



UNIVERSIDADE ESTADUAL DE MARINGÁ
CENTRO DE CIÊNCIAS HUMANAS, LETRAS E ARTES
DEPARTAMENTO DE GEOGRAFIA

RAFAEL BALIEIRO CRESTANI

**REGIÃO FRONTEIRIÇA BRASILEIRA: O CASO DO
OESTE DO ESTADO DO PARANÁ**

Maringá-Paraná-Brasil

2020

Rafael Balieiro Crestani

**REGIÃO FRONTEIRIÇA BRASILEIRA: O CASO DO
OESTE DO ESTADO DO PARANÁ**

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado ao curso de Geografia, da Universidade Estadual de Maringá, como requisito para obtenção do Título de Bacharel em Geografia.

Orientador: Oséias da Silva Martinuci

Maringá-Paraná

2020

DEDICATÓRIA

Dedico este trabalho aos meus pais, Délia e Carlos.
Símbolos de ousadia e criatividade

*It matters not how strait the gate,
How charged with punishments the scroll,
I am the master of my fate,
I am the captain of my soul*

William Ernest Henley

RESUMO

Historicamente um tema importante nos estudos de Geografia Política, as fronteiras também são analisadas em diversas outras áreas do conhecimento, como as Relações Internacionais e a Ciência Política, por exemplo. Vista por uns como um meio de separação e por outros como meio de união, a discussão sobre o papel das fronteiras atravessou as décadas e mobilizou inúmeros pesquisadores. A partir dessa análise histórica e da visão da fronteira como um meio de ligação, buscou-se compreender como o avanço da técnica e o processo de ocupação no Oeste do Paraná, uma zona estratégica pela proximidade com uma importante zona de fronteira, contribuiu para a transformação política, econômica e social da área. O avanço de vias de comunicação, como a BR-277, possibilitaram e impulsionaram o processo de ocupação da região, bem como a instalação de técnicas modernas que, ainda que tenham possibilitado o desenvolvimento econômico da região, contribuíram também para a desigualdade social, diferenciando os locais que dispõem dos que não dispõem desses equipamentos. A metodologia consistiu na pesquisa de referenciais teóricos que abordassem a discussão do termo “Fronteira”, o processo de ocupação do Oeste paranaense e os principais eventos que contribuíram para a produção do espaço regional e a discussão sobre o papel das técnicas na produção do espaço. Também foi realizada a coleta e análise de dados sobre a região, o que contribuiu para a elaboração de mapas, gráficos e tabelas.

O histórico da área fronteiriça, bem como de todo o Oeste do Paraná é importante para compreender a singularidade atual da região e para agir na busca de uma globalização menos perversa. Através da fronteira como meio de ligação, nosso país pode praticar a cooperação com os vizinhos sul-americanos, especialmente os do cone-sul, resgatando a importância do Mercosul, visando fazer frente aos desafios impostos pelos “de cima” na arena internacional.

Palavras-chave: Geografia; Fronteiras; Oeste Paranaense.

Lista de figuras

Figura 1-Os arcos fronteiriços do Brasil	28
Figura 2 2-População urbana e rural dos municípios da faixa de fronteira	29
Figura 3-PIB per capita nos municípios de fronteira.....	31
Figura 4- Brasil: estruturas socioespaciais.....	32
Figura 5- Índice de vulnerabilidade social nos municípios da faixa de fronteira.	34
Figura 6- Hierarquia dos centros urbanos da faixa de fronteira.....	35
Figura 7- A tríplice fronteira(Paraguai-Argentina-Brasil).....	37
Figura 8-.O Oeste do Paraná.....	38
Figura 9- A faixa de fronteira no estado do Paraná.....	42
Figura 10- Localização do salto de Sete Quedas no estado do Paraná.....	43
Figura 11-Divisão política do estado do Paraná em 1933.....	47
Figura 12- Divisão política do estado do Paraná em 1950.....	50
Figura 13- Divisão política do estado do Paraná em 1960.....	52
Figura 14- Divisão Política do estado do Paraná.....	54
Figura 15-Localização do aquífero Guarani.....	57
Figura 16-Trajeto da BR-277.....	58
Figura 17- Evolução da malha urbana de Foz do Iguaçu.....	64
Figura 18- Rede Urbana de Cascavel em 1972.....	66
Figura 19-Rede Urbana de Cascavel em 1987.....	67
Figura 20- Rede Urbana de Foz do Iguaçu em 1993.....	68
Figura 21- Rede urbana de Foz do Iguaçu em 2007.....	69
Figura 22- Linhas de transmissão energia elétrica no Oeste Paranaense.....	72

Figura 23- Principais rodovias nos municípios fronteiriços e Oeste Paranaense.....	74
Figura 24- Número de emissoras de TV e Tv Digital no Oeste do Paraná.....	75
Figura 25- Número de hospitais gerais no Oeste do Paraná.....	77
Figura 26- Microcomputadores com acesso à internet no Oeste Paranaense..	78
Figura 27- Municípios argentinos e distritos paraguaios fronteiriços com o Paraná.....	83
Figura 28- Salário médio mensal dos trabalhadores formais no Oeste Paranaense.....	84
Figura 29- População no Oeste do Paraná.....	87
Figura 30- Razão de Dependência no Oeste do Paraná.....	88
Figura 31- Taxa de envelhecimento no Oeste do Paraná.....	89
Figura 32- IDH no Oeste paranaense.....	90
Figura 33- Grau de Urbanização no Oeste Paranaense.....	91

Lista de Tabelas

Tabela 1	54
Tabela 2	55
Tabela 3-.....	61

Lista de Gráficos

Gráfico 1	81
-----------------	----

SUMÁRIO

1. Introdução	10
2. Fronteiras: História e Concepção	14
3. Processo de Ocupação da Região Fronteiriça Brasileira	27
3.1 Caracterização Social da Região fronteiriça do Brasil.....	27
4. Ocupação e Desenvolvimento do Oeste do Paraná: Eventos Estruturadores do Espaço Geográfico.....	36
4.1. A Fronteira no Oeste Paranaense	36
4.2. O Limiar do Meio Natural: o sistema obragero	42
4.3. A colonização.....	48
4.4. Modernização Agrícola.....	53
4.5. BR-277: símbolo do avanço modernizador.....	57
4.6. A Usina Hidrelétrica de Itaipu.....	62
4.7. Evolução da rede de cidades.....	65
5. A Produção Do Espaço regional	70
5.1. A Situação Geográfica.....	70
5.2. O Espaço geográfico: do natural ao meio técnico ou meio técnico-científico-informacional.....	72
5.3 O Espaço geográfico como fator de evolução social.....	78
5.4. O campo como porta de entrada das inovações.....	81
6. Conclusão	92
Referências.....	95

1. INTRODUÇÃO

Historicamente um tema importante dentro dos estudos de Geografia Política, as questões fronteiriças apresentaram diversas modificações ao longo da evolução da ciência geográfica. Obviamente, mesmo antes da institucionalização da Geografia como ciência, as tribos, os povos e os demais aglomerados humanos já estabeleciam suas fronteiras, separando povos que consideravam distintos e, na maioria das vezes, possíveis ameaças. Mesmo se nos concentrarmos apenas na história ocidental, iremos notar que há vasta documentação e referencial teórico que abordam os estudos fronteiriços.

Longe de ser uma exclusividade da Geografia, a fronteira interessa a estudiosos das mais variadas áreas: História, Sociologia, Relações Internacionais, dentre outras. Em relação aos estudos geográficos, a fronteira, por boa parte da história da Geografia, esteve relacionada com uma dimensão fragmentadora, próxima da noção de fronteira político-administrativa. Separava o *nós* do *eles*, o familiar do estranho e até mesmo o bem do mal. Especialmente com o aparecimento do Estado-nação, essa ideia fragmentadora e linear da fronteira ganha maior relevância. Entretanto, com o mundo contemporâneo e a facilidade de transporte, seja de fluxos, produtos e pessoas, a fronteira admite cada vez mais a conotação de ligação, local de passagem e de interação. Há quem levante até mesmo a ideia da fronteira como lugar.

Atualmente, a fronteira pode ser social e ocorrer até mesmo dentro de uma localidade que politicamente e juridicamente se constitui como uma área fronteiriça. A fronteira pode ser uma abstração, tal como a que é retratada nos mapas e nas cartas ou pode ser real, como a área fronteiriça (*Grenzraum*)¹ (PRESCOTT *apud* RATZEL, 2014).

Afinal, qual é o significado de fronteira? A fronteira representa separação, fragmentação ou se trata de união e conexão? Possivelmente ambos? Atualmente essa discussão ganha terreno em um mundo globalizado que, para muitos, está interconectado e que permite uma grande difusão de informações, produtos, conhecimento e pessoas. É interessante notar que as fronteiras

¹ Termo em alemão que significa área fronteiriça ou zona de fronteira

continuam surgindo no mundo, embora algumas pessoas advoguem o seu fim, como veremos posteriormente.

O termo fronteira é oriundo de “front”, palavra latina que designa o que está à frente ou território situado à frente. Existem, obviamente, correspondentes nos idiomas de origem latina: “Frontière”, “Frontera” “Frontiera”, bem como no inglês: “Frontier”. Esse último termo, especialmente nos Estados Unidos, caracterizou um tipo de fronteira distinta da europeia, principalmente por haver sido utilizado por Turner (1893) e designar a fronteira pioneira, de colonização e ocupação de áreas “não habitadas”.²

Na língua portuguesa há certo consenso sobre o uso do termo “fronteira” para questões geográficas. Mesmo assim, acreditamos ser útil apresentar a diferença entre o termo “fronteira e “limite”, tão discutida em textos de outros idiomas, como o inglês. Segundo o minidicionário Aurélio de 2010, o termo “fronteira” se refere a:

1. Extremidade dum país ou duma região do lado onde confina com outro; limite, raia; 2. Região adjacente a essa extremidade.” Por sua vez, o termo “Limite” se refere a: “1. Linha de demarcação; raia; 2. Local onde se separam 2 terrenos ou territórios contíguos; fronteira; 3. Parte ou ponto extremo; fim, termo.

Como foi explicitado anteriormente, quando tratamos de estudos fronteiriços em língua portuguesa, o mais comum é utilizar o termo “fronteira” para se designar o limite da soberania de um Estado e o início da soberania de outro, em termos políticos e jurídicos, bem como quando tratamos das acepções abstratas que envolvem a região que confina dois Estados ou mesmo quando falamos de demais tipos de fronteiras que podem ou não estar relacionadas à Geografia (ex.: “fronteiras do conhecimento”; “fronteira do bem e do mal, do moral e do imoral etc.). Entretanto, em outros idiomas, especialmente no inglês, houve pesquisadores que entenderam os termos como sinônimos e por certo tempo essa questão levou a discussões sobre o significado dos termos.

² O uso das aspas se deve ao fato de que os indígenas, tanto no Oeste americano como no Brasil, já habitavam essas as áreas de colonização.

No dicionário Oxford (1992), por exemplo, o termo “*frontier*” aparece como sinônimo do termo “*border*” sendo “*a line that separates two countries, etc; the land near the line*”.³ Obviamente que não se trata de um dicionário especializado em termos geográficos ou geopolíticos, mas o fato dos dois termos citados serem tratados como sinônimos nos faz pensar que no senso comum, ambos podem ser utilizados para tratar a fronteira como limite territorial do Estado. O fato de o dicionário trazer como significação do termo uma linha, dá-nos a ideia de uma fronteira político-jurídica e, de certa forma, abstrata, utilizada para a confecção de mapas e cartas.

Victor Prescott, autor de “*The Geography of Frontiers and Boundaries*”, livro publicado em 1965, argumenta que “*Boundary refers to a line, while frontier refers to a zone*”⁴(1965, p.30). No dicionário Oxford (1992), o termo “Boundary” aparece como sendo “*a real or imagined line that marks the limit or edges of sth and separates it from other things or places; a dividing line*”.⁵ Em termos etimológicos, pensar que o termo acima pode se referir tanto a uma linha real quanto a uma imaginária nos causa indagação, já que, como veremos mais adiante, a fronteira como linha é uma convenção cartográfica.

Atentando-se à definição apresentada anteriormente pelo dicionário de língua portuguesa Aurélio (2010), o termo “*boundarie*” estaria em consonância com o termo “limite”, referindo-se a uma linha, um traçado estabelecido por dois Estados fronteiriços como convenção para o início e o fim de suas soberanias territoriais. Sendo assim, a fronteira, empiricamente, seria uma zona, ou seja, uma localidade de característica areal, a qual possui maior dimensão e engloba os territórios nacionais dos países adjacentes.

Prescott (2014, p.26/27) ainda acrescenta que os geógrafos estudam as fronteiras em razão dos elementos da paisagem cultural presente nesses locais. Como bem sabemos, o homem tem a habilidade de transformar o meio e de imprimir nele suas características próprias. Nesse sentido, a fronteira, muito mais que separação, fragmentação e limite, também é, conexão e interação,

³ “Uma linha que separa dois países etc; a terra próxima a linha” (tradução nossa)

⁴ “Limite se refere a uma linha enquanto a Fronteira se refere a uma zona” (tradução nossa)

⁵ Uma linha real ou imaginária que sinaliza o limite ou bordas de sth e separa de outras coisas ou lugares; uma linha que divide (tradução nossa)

econômica, demográfica, cultural, etc., podendo apresentar características distintas das demais regiões dos Estados adjacentes.

A partir da discussão acerca das fronteiras, abordando seu histórico e a discussão do termo, buscamos, através da análise do histórico de ocupação e dos principais eventos que contribuíram para a transformação do Oeste paranaense, analisar como se deu a produção do espaço regional na região fronteira que compreende o Oeste Paranaense e a importância que as diferentes técnicas tiveram nesse processo, contribuindo para que algumas localidades se destacassem mais do que outras e abrindo a região para o capital internacional

A metodologia do trabalho, por sua vez, consistiu na pesquisa de referências teóricas que abordassem a evolução da compreensão geográfica sobre as fronteiras, o processo de ocupação e desenvolvimento do Oeste do Paraná e o papel do meio técnico nas transformações espaciais (derivadas, principalmente, das reflexões do geógrafo Milton Santos).

Como forma de representação das transformações sociais, políticas e tecnológicas ocorridas no Oeste do Paraná, bem como na região fronteira correspondente, foram elaborados produtos cartográficos que auxiliaram na compreensão do que é tratado no texto. Para essa tarefa, foi utilizado o SIG Qgis “Las Palmas”, software de código aberto e de uso gratuito.

A partir das reflexões feitas com a leitura dos materiais teóricos e das representações cartográficas, foi elaborado o texto do trabalho que buscou sinalizar a evolução técnica da região Oeste do Paraná e o papel da fronteira nesse processo.

O seguinte trabalho está dividido em quatro pontos principais, além desta introdução, da conclusão e dos referenciais teóricos. No primeiro ponto principal (item 2), buscamos retratar a história das fronteiras e as principais concepções que este termo teve. No segundo ponto (item 3), o processo de ocupação da região fronteira brasileira foi retratado, ressaltando as condições socioeconômicas gerais dos arcos fronteiros brasileiros. No terceiro ponto (item 4), o histórico de ocupação e desenvolvimento do Oeste do Paraná foi retratado, buscando abordar desde a constituição e desenvolvimento do sistema obreiro, passando pela colonização de caráter familiar, chegando até a modernização da

agricultura, na década de 1960 e 1970, e as obras que possibilitaram o avanço do capital externo na área de estudo, como a pavimentação da BR-277 e a construção da Usina Hidrelétrica de Itaipu. Por fim, no quarto ponto principal (item 5), tratamos da produção do espaço regional a partir do conceito de Situação Geográfica da professora Maria Laura Silveira (1999) e das reflexões de Milton Santos (2013, 2014, 2015 e 2017) sobre o meio técnico científico-informacional, relacionando essa discussão teórica com os principais eventos que modificaram a área de estudo.

2. FRONTEIRAS: HISTÓRIA E CONCEPÇÕES

André Roberto Martin (1997) nos apresenta uma breve contextualização histórica da noção de fronteiras. Iniciando-se com os povos originários anteriores ao estabelecimento dos impérios, da escrita, da invenção da moeda e, de certa forma, da agricultura sistematizada, o autor ressalta nesse período a falta de separação entre propriedade privada e propriedade pública. Baseando sua existência na coleta e na caça, não havia limites rígidos e nem propriedades individuais, sendo utilizados pelo grupo para os fins de existência. Como esses povos eram nômades, a fronteira era flexível e poderiam até mesmo aceitar certa interpenetração de demais povos. Martin (1997, p.23) também enxerga nessas comunidades uma visão religiosa da fronteira, sendo pertencente à tribo, devendo ser protegida por seus deuses ou figuras de sua crença.

Com a sistematização da agricultura, novas funções passam a existir para os integrantes da tribo, como ocupações burocráticas, de governo e outras. Os antigos guerreiros, que promoviam segurança para essas tribos nômades, vão se tornando parte de uma burocracia governante. A sedentarização dessas tribos deu origem às grandes civilizações da Antiguidade.

Quando tratamos de um assunto que envolve a Antiguidade, costumeiramente citamos a Grécia Antiga, o Império Romano e, por vezes, os Chineses e os povos nativos da América. Apesar da dificuldade de encontrar registros acerca dos povos antigos não-europeus, admitimos que é importante que se tenha uma noção de qual foi o desenvolvimento no Oriente, na América e nos demais povos originários do mundo.

Jaques Ancel, em seu “Geopolitique” de 1936 apresenta breve caracterização das fronteiras ao longo da história das civilizações ocidentais. Iniciando seu raciocínio pela Antiguidade com Grécia e Roma, Ancel (1936) ressalta que a delimitação fixa de fronteiras não era presente nos territórios Gregos, ainda mais com técnicas como a Cartografia e a Astronomia ainda em princípio de desenvolvimento. Cobranças aduaneiras poderiam ser realizadas em trocas comerciais entre Esparta, Atenas e as demais cidades-estados, mas não havia uma demarcação precisa pautada em uma linha imaginária ou um limite geográfico (ANCEL, 1936, p. 31). Entretanto, Maristela Ferrari (2014) identifica um caráter sagrado nas fronteiras da Grécia Antiga. De acordo com a autora:

Na Grécia, a noção de fronteira era sustentada basicamente pelas crenças dos gregos nas divindades. As disputas territoriais indicavam uma visão muito clara dos problemas do território. Por exemplo: numa disputa entre cidades gregas, a vencedora removia os marcos sagrados da cidade derrotada e ali construía fortalezas, o que permite distinguir as concepções antigas da fronteira. (FERRARI, 2014, p.8)

Martin (1997), por sua vez, complementa que as fronteiras gregas nunca foram bem definidas. Roma, com seu grande poder expansionista, já apresentava maior complexidade na delimitação de suas fronteiras, separando-os dos povos tidos como bárbaros. O limes romano foi uma das fronteiras mais importantes da história do império. Constituía-se em uma espécie de caminho militar de ronda com fortificações. Entretanto, Ancel (1936) assinala que essa fronteira não era, de certa forma, uma barreira defensiva:

La première vaste vision d'une frontière tangible en Europe est le limes imperi, la frontière d'Empire. Les Romains marquaient ainsi non une barrière défensive, mais la fin du territoire sacré. L'Empire est un pouvoir, non un territoire, et ses limites varient au gré des gouverneurs⁶. (ANCEL, 1936, p.33)

⁶ “A primeira vasta visão de uma fronteira tangível na Europa é o Limes, a fronteira do império. Os Romanos, portanto, marcaram não uma barreira defensiva, mas o limite do território sagrado. O império é um poder, não um território, e seus limites variam de acordo com os governadores” (tradução nossa)

Outra característica Romana era utilizar alguns rios como fronteiras, como o Reno e o Danúbio. Entretanto, essa concepção é muito criticada, uma vez que um rio seria muito mais um canal de ligação do que de separação. Vale ressaltar que o Império Romano foi conhecido pela sua capacidade de fluxo, graças às vastas quantidades de estradas presentes em seu interior. Jussi Laine (2015), professor da *University Eastern of Finland* defende em artigo que a história dos limites/fronteiras (o termo utilizado é '*border*') esteve muito relacionada com tentativas de controle do direito de ir e vir das pessoas. É importante também ressaltar que a clara delimitação das fronteiras, em uma perspectiva histórica, também foi útil para a cobrança de impostos, já que determinavam até onde ia, territorialmente, o poder do Rei.

Na China, uma barreira física, construída como forma de proteção, exerceu o papel de fronteira por certo tempo. Temendo a invasão de hunos e mongóis, a Muralha da China foi construída para proteger a fronteira Norte. Essa primeira muralha (houve duas) era feita de barro e terra e, apesar de sua imponência, não foi capaz de deter os invasores (MARTIN,1997). Após a ocupação e o domínio mongol, os chineses novamente construíram uma Muralha, desta vez de alvenaria, que tampouco foi capaz de deter os invasores do norte e nordeste. Martin (p.26, 1997) vê na eficiência dos mongóis frente aos chineses uma demonstração clara de superioridade bélica da mobilidade frente à rigidez. Uma das funções da muralha também foi de unificação, pois permitiu a comunicação entre algumas províncias chinesas.

Na Idade Média, tratando especificamente da Europa ocidental, as fronteiras com caráter delimitador tiveram pouca importância. Com a queda do Império Romano, a vida nos centros urbanos foi perdendo a intensidade e os feudos passaram a concentrar boa parte da população europeia. Nesse sentido, as fronteiras perderam, nesse período, o caráter de barreira, já que os reis da época não sabiam ao certo o limite de seus reinos. Quando alguns limites puderam ser estimados, eram baseados em elementos naturais, como montanhas, rios, florestas e outros. Nessa época, esses elementos possuíam a fama de serem intransponíveis e foram, por algum tempo, considerados os melhores tipos de fronteiras para a proteção, especialmente as cadeias montanhosas, que dificultavam sobremaneira a passagem de exércitos

terrestres. Se pudermos falar em barreiras na Europa Medieval, estas seriam a que circundavam as cidades que, embora existentes nesse período, abrigavam predominantemente representantes do clero. De forma geral, não houve delimitação precisa de fronteiras na Idade Média. A fronteira possuía, de certa forma, uma característica areal, justamente pela dificuldade de precisão. É interessante lembrar que a falta da popularização da cartografia na Europa, que já era presente nessa época, por exemplo, no mundo árabe, também dificultava a delimitação fronteira.

Martin (1997, p.32) identifica nas fronteiras medievais o papel exercido pela Igreja Católica como unificadora da Europa Ocidental. Se com o fim do Império Romano a unificação ocidental da Europa foi estilhaçada, com o incentivo e a persistência da Igreja Católica a união espiritual perdurou por certo tempo, até pelo menos a Reforma Protestante, que começou a minar o domínio Católico em áreas que hoje pertencem à Alemanha e aos Países Baixos.

É na Idade Moderna que a fronteira, sobretudo a adotada pelo Estado nacional, ganha força. Justamente com o desenvolvimento da cartografia na Europa, ficou mais nítido na imaginação das pessoas onde seriam as fronteiras do Estado nacional. Ancel (1936, p.40) ressalta a importância da cartografia como instrumento de propaganda nacional e patriotismo que começou a ser desenvolvida na época. Entretanto, a Geografia desempenhou papel mais central nessa tarefa, com a forte ligação da disciplina com a ideologia nacionalista, que ressaltava fatos geográficos como o território nacional, o solo sagrado da pátria, a carta do Estado com suas fronteiras e capital, tal como nos é lembrado por Lacoste (2005). Também chama a atenção para o uso maior da chamada “fronteira natural” definida pelos elementos naturais citados anteriormente como forma de estabelecer as fronteiras. Claude Raffestin (1993) ressalta que a mudança das características das fronteiras na Europa, antes imprecisas na Idade Média e mais precisas na Idade Moderna, deve-se ao surgimento do Estado nacional e ao desenvolvimento da cartografia. “O mapa é o instrumento ideal para definir, delimitar e demarcar a fronteira” (RAFFESTIN, 1993, p.167).

Tomemos como referência o tratado de Vestfália, que pôs fim à Guerra dos 30 anos, ocorrida entre 1618 e 1648. O tratado basicamente levantava a

questão do respeito à soberania das potências europeias da época, especialmente em relação à religião de cada Estado, visto que o protestantismo ganhava cada vez mais espaço na Europa, sendo um dos motivos da Guerra citada.

Henry Kissinger (2015) assinala que após a queda do Império Romano, a perda do sentimento de unidade fez surgir uma certa nostalgia na Europa. Carlos Habsburgo, designado como rei do Sacro Império Romano-Germânico, tentou, com a benção da Igreja, reunificar a Europa frente à “ameaça” do protestantismo, mas falhou. Com o Tratado de Vestfália, uma “ordem plurinacional” foi inaugurada na Europa, com cada Estado nacional escolhendo sua religião própria e sua estrutura doméstica. “O Estado, não o império, a dinastia ou a confissão religiosa, foi consagrado como a pedra fundamental da ordem europeia” (KISSINGER, 2015, p.33). Kissinger apresenta, ainda, que a balança de poder começou a reinar na Europa. Isso significou que a ordem internacional inaugurada com a Paz de Vestfália não permitia que um Estado fosse demasiado superior aos demais (em relação à Europa). Em outras palavras, o Estado Soberano se configurava na Europa. De acordo com Laine (2015, p. 16) “the peace of Westphalia can be regarded as an inauguration of the modern political order based on boundaries of sovereign, international recognised as territorially demarcated states”.⁷

Esse sistema está em vigor até os dias atuais, (embora alguns pesquisadores já anunciem o seu fim) sendo perceptível até mesmo na América, que foi colonizada pelos europeus. A partir do Tratado de Vestfália, fronteiras rígidas passam a existir na Europa, ainda que esses limites não fossem tão rígidos devido à carência de técnicas apropriadas.

Considerar o Estado na Europa é importante para esta discussão pois é a partir do seu surgimento, aliado ao caráter nacionalista, que as fronteiras passam a ter maior importância política. Ora, a fronteira passa a ser considerada um símbolo nacional, ainda mais com a disseminação de mapas representando os territórios nacionais. Uma rica ilustração do papel que a cartografia teve na

⁷ “A paz de Vestfália pode ser considerada como a inauguração de uma ordem política moderna baseada em fronteiras internacionais soberanas, reconhecidas como Estados demarcados territorialmente” (tradução nossa)

constituição do Estado moderno e suas fronteiras pode ser encontrada na obra de Jerry Brotton, “Uma história do mundo em doze mapas” (2014). Nesse sentido, podemos concordar com Raffestin (1993), quando afirma que o caráter linear da fronteira foi a que se tornou mais recorrente, justamente pelo desenvolvimento da cartografia (RAFFESTIN, 1993).

Mas, o que acontece com as fronteiras quando se advoga o fim do Estado-Nação? Obviamente, elas tendem a desaparecer. Em uma perspectiva econômica, desenvolvida contemporaneamente, é isso que Kenichi Ohmae (1999) defende em algumas de suas obras. O economista traz como argumentos a crescente dependência dos Estados nacionais em relação ao mercado global, o “inchaço” do setor público e a facilidade de movimentação de capitais e produtos que os avanços tecnológicos permitiram como fatores que estão minando o funcionamento do Estado tradicional. Ohmae (1999) defende que a grande centralização estatal na destinação de recursos atrapalha o desenvolvimento de regiões com grande potencial, como a cidade de São Paulo e região. Para ele, os Estados-regiões seriam locais de grande importância dentro de alguns países ou até dentro de dois ou três países simultaneamente, não sendo confinados a fronteiras jurídico-políticas. Nesse sentido, coloca até mesmo em xeque a unidade nacional, a qual, longe de ser homogênea (cada região possuiria sua característica), jamais deveria ser pensada e gerida da mesma forma. Ainda de acordo com Ohmae:

(...) faz ainda menos sentido atualmente do que alguns anos atrás falar da Itália, da Rússia ou da China como unidades econômicas individuais. Cada um desses países é uma combinação heterogênea de territórios com necessidades totalmente diferentes e capacidades totalmente diferentes (1999, p. 6).

Não é preciso falar que Ohmae é seguidor das teorias liberais. Defende fortemente a abertura dos países ao mercado global, citando como exemplo de sucesso alguns tigres asiáticos. Várias críticas foram feitas em direção ao economista, inclusive por estudiosos de questões fronteiriças. Uma das principais críticas se refere ao fato de que desde o fim da Guerra Fria, o número de Estados nacionais só tem crescido, corroborando a tese dos defensores de

um Estado nacional ainda forte no cenário internacional. Apesar das críticas, é importante lembrar que Ohmae (1999, p.73) dirige suas ideias do enfraquecimento do Estado nacional aos aspectos econômicos. A argamassa que mantém coesa os Estados-nações tradicionais, ao menos em termos econômicos, começou a dissolver-se.

Utilizamos Ohmae apenas como um exemplo dos críticos do “fim das fronteiras”, pois existem diversos outros autores que advogam esse declínio. Como podemos ver, a globalização levantou novos e revigorados debates sobre as fronteiras. A formação de blocos econômicos no século XX deu ainda maior impulso a essa discussão. Atualmente, a questão das barreiras físicas (como a Muralha da China) como fronteiras ganham os noticiários, a exemplo do muro que o presidente americano Donald Trump quer construir para restringir o movimento de imigrantes latino-americanos, especialmente mexicanos, ao país anglo-saxão. (O GLOBO, 2020).

Ainda sobre a discussão histórica das fronteiras, devemos ressaltar que a unificação alemã, assim como a Italiana, teve grande impacto nas fronteiras europeias. É oriundo da Alemanha um dos grandes teóricos da Geografia Política e que, obviamente, também contribuiu para a discussão teórica das fronteiras: Friedrich Ratzel. Contemporâneo do processo de unificação alemã, Ratzel desenvolveu termos no século XIX tão importantes que até hoje são discutidos na Geografia. O conceito de “espaço vital” seria um deles, conhecido por ser a quantidade territorial mínima que um Estado necessitaria para sobreviver. Imaginou o Estado como organismo vivo, podendo crescer, diminuir e até mesmo padecer. Esse pensamento do Estado nos é importante pois caracteriza o que Ratzel pensava das fronteiras de um Estado. A fronteira seria a epiderme do Estado, que deveria manter estreitas relações com a “*área core*”.

Prescott (2014) realiza uma discussão acerca do pensamento de Ratzel sobre as fronteiras e identifica que o pensador alemão as dava grande importância a ponto de influenciarem no poder do Estado. Jussi Laine (2015) também estabelece discussão sobre a fronteira para Ratzel, levando em consideração a ideia de Estado como organismo vivo, com órgãos internos, fronteiras externas e tendências ao expansionismo. Por essa suposta sede de expansionismo, as fronteiras não seriam fixas, mas sim dinâmicas, pois

permitiriam o expansionismo territorial do Estado. “*His conception of a border was thus not a fixed rigidly defined boundary line but rather a zone of transition and a peripheral organ*”⁸ (LAINE, 2015, p.19). Laine (2015, p.20) ainda aborda brevemente a caracterização de fronteira feita por Rudolf Kjéllen, criador do termo Geopolítica e seguidor de Ratzel. Para ele, “*state as a geographical unit had to be demarcated by natural borders*”. Isso nos leva a duas questões interessantes. A primeira relacionada a Ratzel. De acordo com Laine (2015), a fronteira, na Alemanha, assumiu um caráter de zona de transição. Ora, por boa parte da história da Geografia, as fronteiras foram associadas às questões militares de separação e fragmentação, como já foi dito anteriormente. É interessante que um autor como Ratzel já tivesse visto nas fronteiras algo mais do que uma simples barreira de separação.

A outra questão nos leva à discussão que permeou a geografia, a saber, aquela da diferenciação entre fronteiras artificiais e fronteiras naturais e a indagação de qual seria superior. É sabido que as fronteiras naturais foram utilizadas por diversos países na delimitação de suas fronteiras políticas, tanto internas quanto externas. Entretanto, houve discussões sobre qual tipo de fronteira seria mais adequado para a delimitação territorial. Aliás, até os termos “delimitação” e “demarcação” foram discutidos por autores da área. Fawcett (1918) em seu livro “*Frontiers: A Study in Political Geography*” estabelece a diferenciação: “*delimitation is the process of defining a boundary on maps and in diplomatic documents, demarkation is that of making it out on the ground*” (1918, p.6)⁹. Fábio Aristimunho Vargas (2017), numa obra recente, em uma perspectiva relacionada às relações internacionais, também apresenta uma diferenciação dos termos. Segundo ele (2017, p. 75):

Delimitação é o procedimento formal por meio do qual se operam atos solenes de determinação dos traçados de fronteira entre os Estados envolvidos, estabelecendo-se direitos e obrigações mútuos em conformidade com o Direito Internacional. É o estabelecimento das linhas limítrofes entre os territórios de dois

⁸ A concepção dele de fronteira não era, portanto, uma linha de fronteira rigidamente definida, mas uma zona de transição e um órgão periférico. (tradução nossa)

⁹ “Delimitação é o processo de definir um limite em mapas e documentos diplomáticos, demarcação é a que é feita no terreno” (tradução nossa)

ou mais Estados, que pretendem definir o exato traçado de suas fronteiras.

Ainda sobre a discussão que foi levantada sobre a eficiência das fronteiras naturais e artificiais, Justi Laine (2015, p.26) expõe que o uso ilógico dessa divisão foi terminado quando “*political geographers began to emphasize that all political borders are consequences of conscious choices and, thus, artificial*”¹⁰.

Outro autor importante que discorreu sobre o tema foi Claude Raffestin (1993). Esse geógrafo defende que o conceito de limite e fronteira tiveram diversos significados ao longo do tempo, mas situa o limite como sendo “um sinal, ou mais exatamente, um sistema sêmico utilizado pelas coletividades para marcar o território: o da ação imediata ou da ação diferenciada” (1993, p. 165). O limite, como sistema sêmico, estaria relacionado com os modos de produção e uma ideologia. Estando relacionados com os modos de produção, esse sistema sofreria as consequências de “mutações” que pudessem ocorrer nos modos de produção. Raffestin (1993) assinala essas mutações como econômicas, políticas, sociais e outras. Usa como exemplo algumas revoluções, pois estas causariam uma “reviravolta considerável nos sistemas sêmicos aos quais pertencem os limites”. O autor, então, situa a fronteira como um subconjunto da classe geral dos limites e critica os que atribuem apenas a fronteira uma conotação política. Situa a fronteira como função legal, de controle e fiscal, e afirma que os limites não são arbitrários e nem naturais (1993, p.164-170).

No século XX, especialmente durante as duas Grandes Guerras e a Guerra Fria, a fronteira foi admitida fortemente como um termo militar e político-jurídico, um reflexo da situação mundial na época. O Muro de Berlim provavelmente seja a fronteira mais famosa desse período e retrata, de certa forma, como os governos encaravam as fronteiras. O século XX foi um século de muitas guerras e isso repercutiu na formação e conservação das fronteiras.

¹⁰ “geógrafos políticos começam a enfatizar que todas as fronteiras políticas são consequências de escolhas conscientes e, portanto, artificiais” (tradução nossa)

Com o surgimento de diversos Estados Nacionais, principalmente após o término dos conflitos, as disputas fronteiriças e os mecanismos de proteção foram variados. Tomemos como exemplo o Brasil de Vargas. Na época, o Brasil ainda nutria certa rivalidade com a Argentina e alguns países sul-americanos, ainda mais da forma como o país tratou suas questões fronteiriças, pelo *uti possidetis* (como veremos adiante), levantando protestos de diversos vizinhos. Com Vargas, o Brasil criou territórios federais em áreas específicas da fronteira, o que já era recomendado por algumas obras geopolíticas militares. Tomemos, por exemplo, o território do Iguaçu. Vários territórios federais foram criados em 1943, colocando partes da fronteira do Brasil e áreas adjacentes sob o controle direto do governo federal. A medida visava a defesa de áreas fronteiriças e o povoamento desses locais. No caso da área que formou o território do Iguaçu, ocorreram diversos litígios com a Argentina, que reclamava a área como seu território.

Após a Guerra do Paraguai, surgiu um temor de novas invasões acontecerem na região e debateu-se a criação de uma colônia militar na foz do rio Iguaçu. No final do império, argentinos começaram a ocupar a área para a exploração de mate e madeira, disso decorrendo seu litígio. A Argentina contestava a posse do território e o caso foi resolvido em arbitramento feito pelo presidente americano na época, Glover Cleveland, a favor do Brasil. No século XX, a região ficou esquecida tanto pelo governo federal como pelo governo do estado do Paraná, que havia sido instituído em 1853. A pobreza do local impressionava visitantes ou viajantes que passavam pela área. A Coluna Prestes, passando pela região em 1924, chamou a atenção da situação do local e isso levantou a divulgação na imprensa e a preocupação da opinião pública (PRIORI ET AL, 2012).

Após Vargas assumir a presidência, notando o esquecimento e o abandono do interior do país, inicia-se o movimento que ficou conhecido como a Marcha para o Oeste. No caso do território do Iguaçu, hoje pertencente à região Oeste dos estados do Paraná e Santa Catarina, a medida foi satisfatória no sentido da criação de novos municípios e da atração de população para a área, sobretudo gaúcha. O território do Iguaçu, como se sabe, não durou muito, sendo revogado em 1946 após o fim do Estado Novo, já que a elite paranaense e

catarinense foi contra a medida tomada pelo presidente na época, oriunda de uma atitude muito pouco democrática.

A marcha para o Oeste ocorrida no Brasil, bem como a criação dos territórios federais, nos lembra outro conceito de fronteira que foi citado no início do texto devido ao processo de ocupação que se deu no Oeste americano: a fronteira de frente pioneira ou a “frontier” de Turner, como também é conhecida, ligada ao processo de ocupação do oeste americano.

Em obra lançada no final do século XIX, Frederick Jackson Turner, estudando a expansão americana para o Oeste, atribuiu o desenvolvimento americano às fronteiras “vazias” do oeste americano. Os europeus e descendentes, em contato com as vastas áreas livres dessa região americana, teriam se adaptado às condições do meio e se adequado a alguns padrões indígenas. Assim, os novos habitantes teriam desenvolvido especificidades que passaram a caracterizar o americano. Fábio Aristimunho Vargas vê na tese de Turner uma via de mão dupla, uma vez que a fronteira modifica o homem assim como o homem modifica a fronteira, expandindo-a, até se encontrar com o Pacífico. “A fronteira seria como a crista de uma onda, o ponto de contato entre o selvagem e o civilizado” (VARGAS, 2017, p.63).

No Brasil, o avanço da fronteira de colonização foi retratado por Pierre Monbieg (1984), no caso do avanço dos pioneiros e das plantações de café no estado de São Paulo no final do século XIX e início do século XX.

2.1 A Região como unidade administrativa

A Região é um dos conceitos-chave de análise da Geografia e está presente nos estudos geográficos desde a sistematização da ciência geográfica. Mesmo antes da sistematização da Geografia, o conhecimento geográfico já apresentava menções às questões regionais. Na Antiguidade, mais especificamente no Império Romano, as regiões eram uma espécie de subdivisões do império com autonomia governamental própria, mas que deviam obediência e impostos à administração central (GOMES, 1995). Na Idade Média, as divisões entre feudos foram, de certa forma, baseadas nas antigas regiões romanas que acabaram se esfacelando com o avanço dos povos tidos como bárbaros e a queda do Império Romano Ocidental. Na Era Moderna, a união

entre regiões frente à ameaça externa contribuiu para o surgimento de alguns Estados nacionais, como a Alemanha e a Itália.

No final do século XIX e Início do século XX, com a crescente cientificação do conhecimento geográfico na Europa Ocidental, sobretudo na Alemanha e na França, a região assume um papel importante para a Geografia. A Geografia tradicional se caracterizou fortemente, sobretudo na França, como sendo a ciência que tinha na diferenciação de áreas sua principal tarefa, como nos lembra Haesbaert (2010). Logo no começo do século XX, instaurou-se uma diferenciação entre a Geografia Geral e a Geografia Corológica, ou seja, regional, sendo a última responsável por descrever as características de locais ou pontos específicos.

Inicialmente, com os estudos naturais na Geografia, a região esteve relacionada com a diferenciação de áreas naturais, não levando em consideração os aspectos sociais e/ou humanos como determinantes. Era a Região natural, fortemente apoiada no determinismo clássico, que foi mais abordada nos primórdios da Geografia como ciência. No início do século XX, por sua vez, outros autores como Paul Vidal de la Blache, Carl Sauer e Richard Hartshorne iriam transformar a visão da Região na perspectiva geográfica, trazendo para a discussão desse conceito-chave a perspectiva da sociedade e dos homens. Apenas como um exemplo, Paul Vidal de la Blache, tido por muitos como o “pai” da geografia regional possibilista, abordou a região em diferentes perspectivas ao longo de sua carreira, como nos mostra Ozouf-Marigner, (1995, *apud* Haesbaert, 2010). A primeira noção de região defendida por la Blache teria sido aquela da geografia tradicional, diferenciando regiões a partir de unidades fisiográficas. Sua segunda noção, teria sido aquela que apresentaria certa transição entre a primeira noção de região, pautada nos aspectos naturais e na predominância do ambiente natural frente à sociedade, e uma visão que também levasse em consideração a ação humana e o resultado da relação homem-meio. Por sua vez, a terceira noção de região defendida por Paul Vidal de la Blache seria aquela pautada em aspectos econômicos e industriais como fatores chaves para a caracterização regional.

A Região como conceito, por seu turno, sofreu diversas contestações no âmbito geográfico no século XX. Muitos contestaram a existência da região, advogando seu suposto desaparecimento. O neopositivismo, o marxismo e

o globalismo pós moderno, nos dizeres de Haesbaert (2010), teriam decretado a “morte” da região na Geografia. Destes, o globalismo pós moderno nos chama mais a atenção do ponto de vista de nossa análise. Haesbaert (2010) salienta que para os defensores da chamada “morte” da região na Geografia em decorrência do globalismo pós moderno, a homogeneização capitalista seria o grande responsável pelo fim das regiões. A padronização do espaço vinda “de cima” ou seja, oriundos dos agentes hegemônicos, acabaria com a diferenciação de áreas.

Entretanto, o próprio Milton Santos (2015) ressaltou que mesmo com o avanço das técnicas e a tentativa homogeneizadora da globalização perversa, os lugares seriam distintos pois possuiriam características particulares próprias, ressaltando a importância de cultivarmos a cultura local como uma forma de ressignificar o que nos é imposto.

O fim da região em uma perspectiva globalizante, estaria relacionado com o fim das fronteiras, defendido por autores como Keniche Ohmae (1999), que será abordado posteriormente.

A Região Oeste paranaense, por sua vez, área de delimitação de nossa análise, tem um viés bem antigo e conhecido na ciência geográfica que é a delimitação regional para fins de administração. Esse modo de ver a região, como abordamos anteriormente, esteve presente, com suas diferenças e características próprias, desde o Império Romano. São unidades administrativas que buscam tornar a administração do território mais flexível e não apresenta uma forte semelhança em unidades fisiográficas, tal como era de praxe ser realizado na Geografia tradicional. A região Oeste paranaense é um mesorregião definida pelo IBGE. As mesorregiões se definem por serem

uma área individualizada em uma unidade da federação que apresenta forma de organização do espaço geográfico definidas pelas seguintes dimensões: o processo social como determinante, o quadro natural como condicionante e a rede de comunicação e de lugares como elemento de articulação espacial (IBGE, p.8, 1990)

A região fronteira que compreende o Oeste paranaense, por sua vez, seria delimitada pela faixa de fronteira que abarca a região Oeste paranaense. A faixa fronteira brasileira foi estabelecida pela lei nº 6.634/1979

e se refere a uma faixa interna de 150 km de largura a partir da linha fronteira Oeste do Brasil, como será melhor discutido posteriormente.

O importante a retratar aqui é que, mesmo considerando as similaridades da região fronteira que compreende o Oeste paranaense, devemos salientar que essa região, bem como Oeste como um todo, não apresentou desenvolvimento, do ponto de vista ocupacional e técnico, homogêneo.

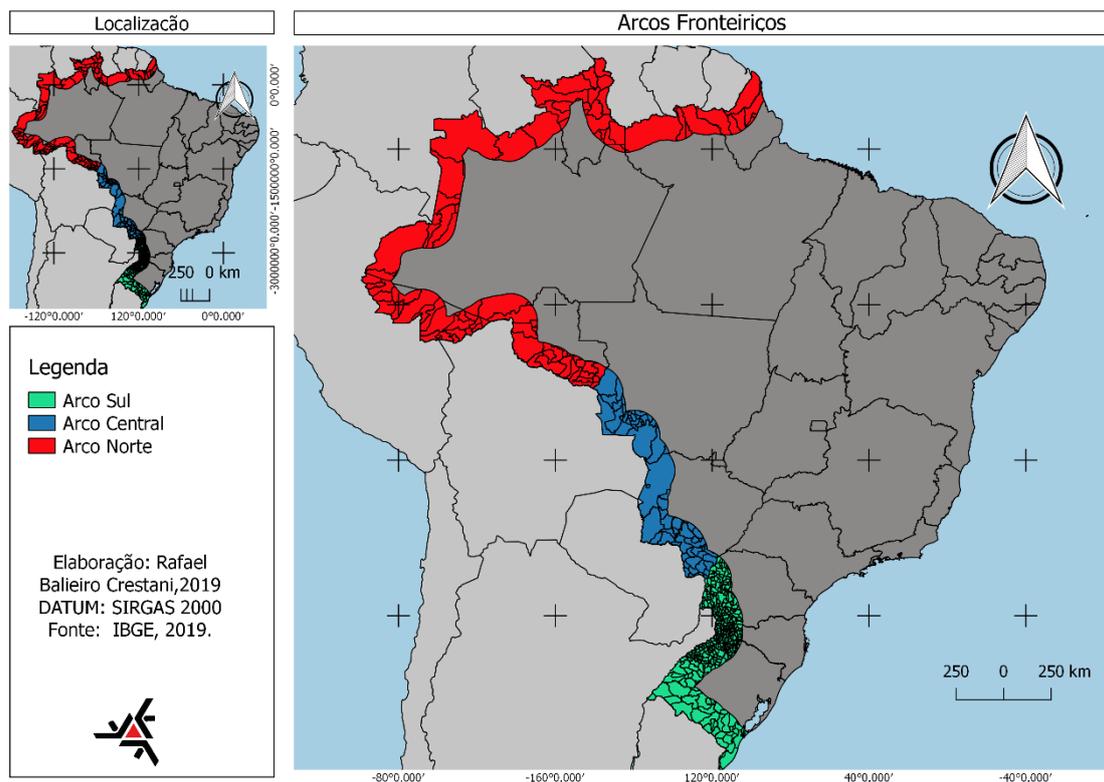
Diversas são as diferenças e semelhanças internas que caracterizam a área de estudo, sendo importante retratá-las para não correr o risco de que simplificações sejam feitas.

3. PROCESSO DE OCUPAÇÃO DA REGIÃO FRONTEIRIÇA BRASILEIRA

3.1. Caracterização social da região fronteira do Brasil

A faixa fronteira brasileira foi estabelecida pela lei nº 6.634/1979. Trata-se de uma faixa interna de 150 km de largura a partir da linha fronteira Oeste do Brasil. A faixa fronteira abrange 588 municípios divididos em “Arcos fronteiros” definidos para fins de sistematização com base na Política Nacional de Desenvolvimento Regional (PNDR), do Ministério da Integração Nacional (MIN) e do Programa de Desenvolvimento da Faixa de Fronteira (PDFF), sendo estas: Arco Norte, Arco Central e Arco Sul, sendo limítima a 10 países sul-americanos (figura 1).

Figura 1- Os arcos fronteiriços do Brasil

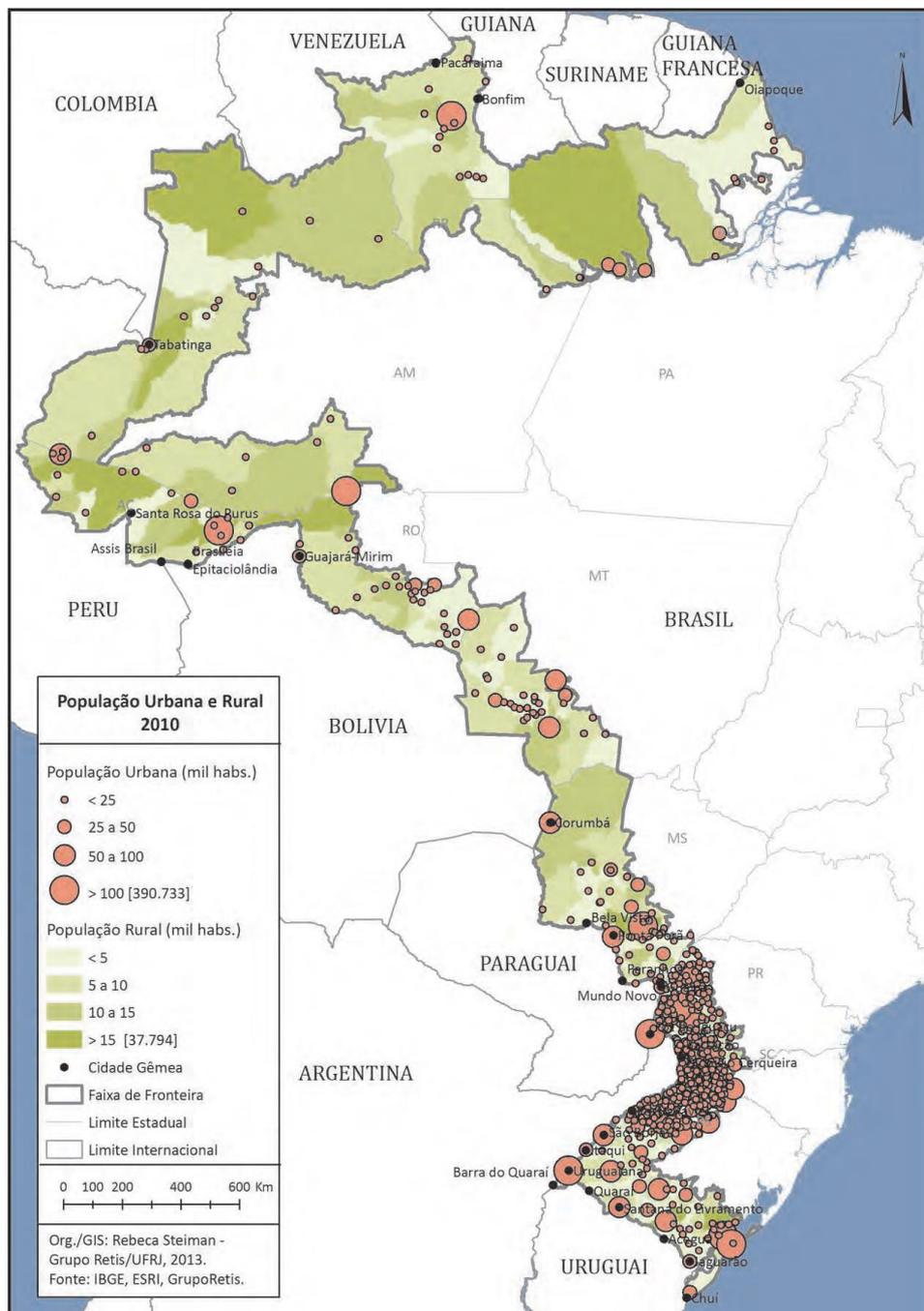


(Autor, 2019)

Durante boa parte do século XX, o povoamento esparsa na área fronteiriça do Brasil com seus vizinhos sul-americanos foi tido como um problema a ser resolvido e motivou teorias geopolíticas, principalmente militares, que buscaram resolver essa questão. Atualmente, após várias obras de comunicação e transportes que conectaram diversos pontos dessa faixa fronteiriça aos principais centros do Brasil, localizados em sua maioria próximos ao litoral, o povoamento da faixa fronteiriça foi acentuado, mas, mesmo atualmente, ainda gera preocupações geopolíticas, assim como a situação social das populações que vivem nessa faixa. É o que podemos notar no Diagnóstico de Segurança Pública nas Fronteiras (2016) que ressalta a diferença entre a densidade demográfica entre a média nacional, que marcava 23 hab/km² e a da faixa fronteiriça brasileira, que “raramente” ultrapassava os 10 hab/km², alcançando esses valores apenas em cidades como Boa Vista-RR, Rio Branco-AC, Tabatinga-AM, Dourados-MS, Ponta-Porã-MS e Cascavel-PR, e em outras exceções do “arco sul”, que apresenta maior densidade populacional em comparação com os demais arcos fronteiriços.

Segundo o Diagnóstico, quase 90% da totalidade das sedes da faixa de fronteira tem menos de 25 mil habitantes e a maioria habita a zona urbana, como pode ser visto no mapa abaixo (figura 2).

Figura 2- População urbana e rural nos municípios da faixa de fronteira

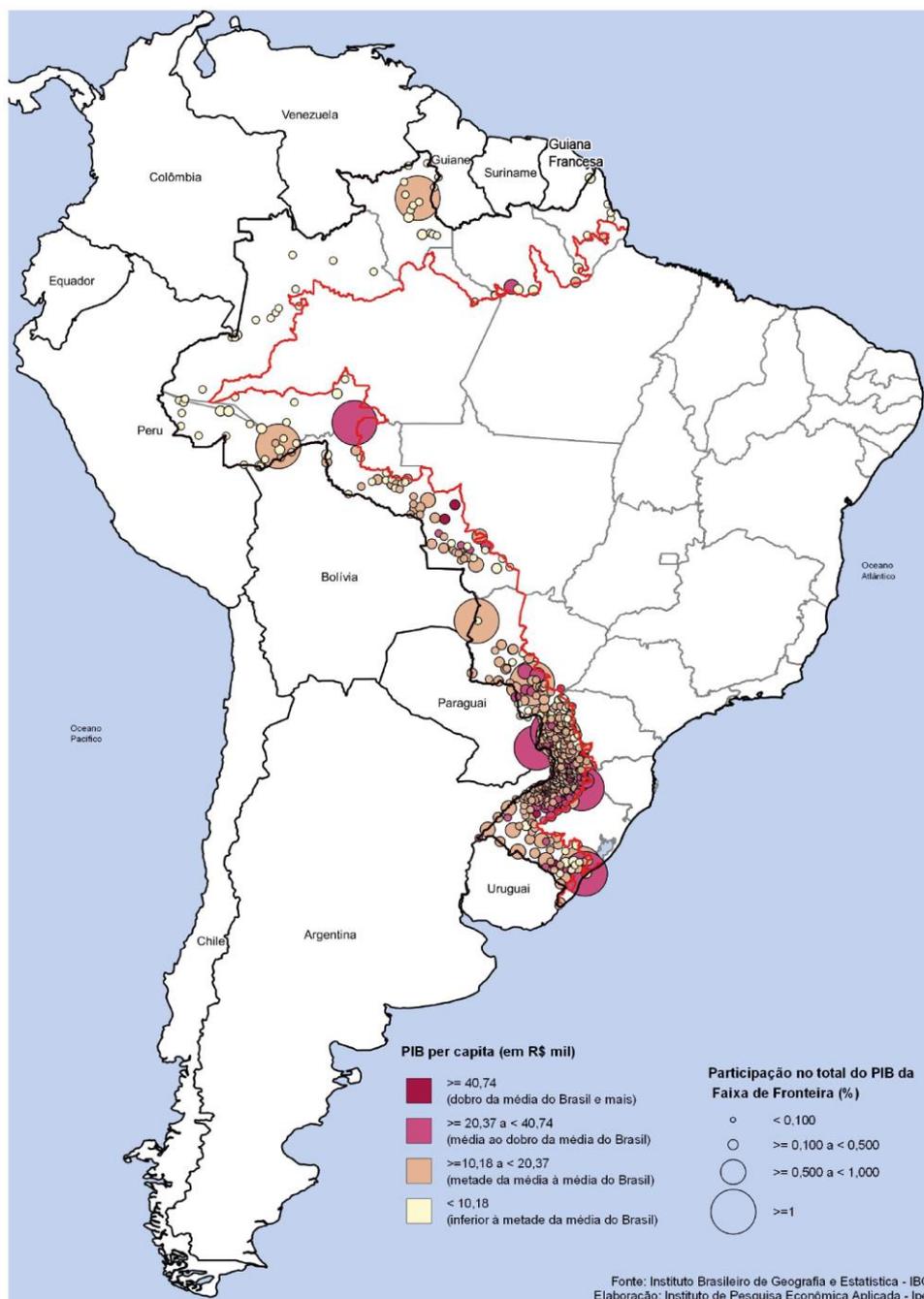


Fonte: Das Neves et al, 2016.

No arco sul, notamos que a rede urbana é mais desenvolvida. A quantidade de centros urbanos, ainda que boa parte seja de pequenos centros, é significativamente maior que a encontrada nos arcos fronteiros Norte e Central, onde ainda predominam municípios com grande extensão territorial e populações dispersas.

A respeito do Produto Interno Bruto (figura 3) gerado pelas localidades inseridas na faixa de fronteira, chama a atenção o fato de que o Arco Sul possui melhores índices, especialmente em seus maiores centros, como Cascavel-PR e Chapecó-SC. Nos arcos Central e Norte, mesmo os centros que são capitais de estados, como Boa Vista-RR e Rio Branco-AC, apresentam índices baixos. Uma exceção é Porto Velho-RO, que atinge valores similares aos encontrados nos principais centros urbanos do arco fronteiro Sul. O maior desenvolvimento urbano do arco fronteiro Sul está atrelado, dentre outros fatores, ao processo de colonização e ocupação da área, bem como a velocidade do desenvolvimento que essas áreas tiveram. Além do mais, nos arcos Central e Norte, o processo de ocupação efetiva se deu posteriormente ao processo de ocupação efetiva levado a cabo no arco fronteiro Sul, apresentando localidades esparsas até os dias atuais.

Figura 3-PIB per capita nos municípios da faixa de fronteira

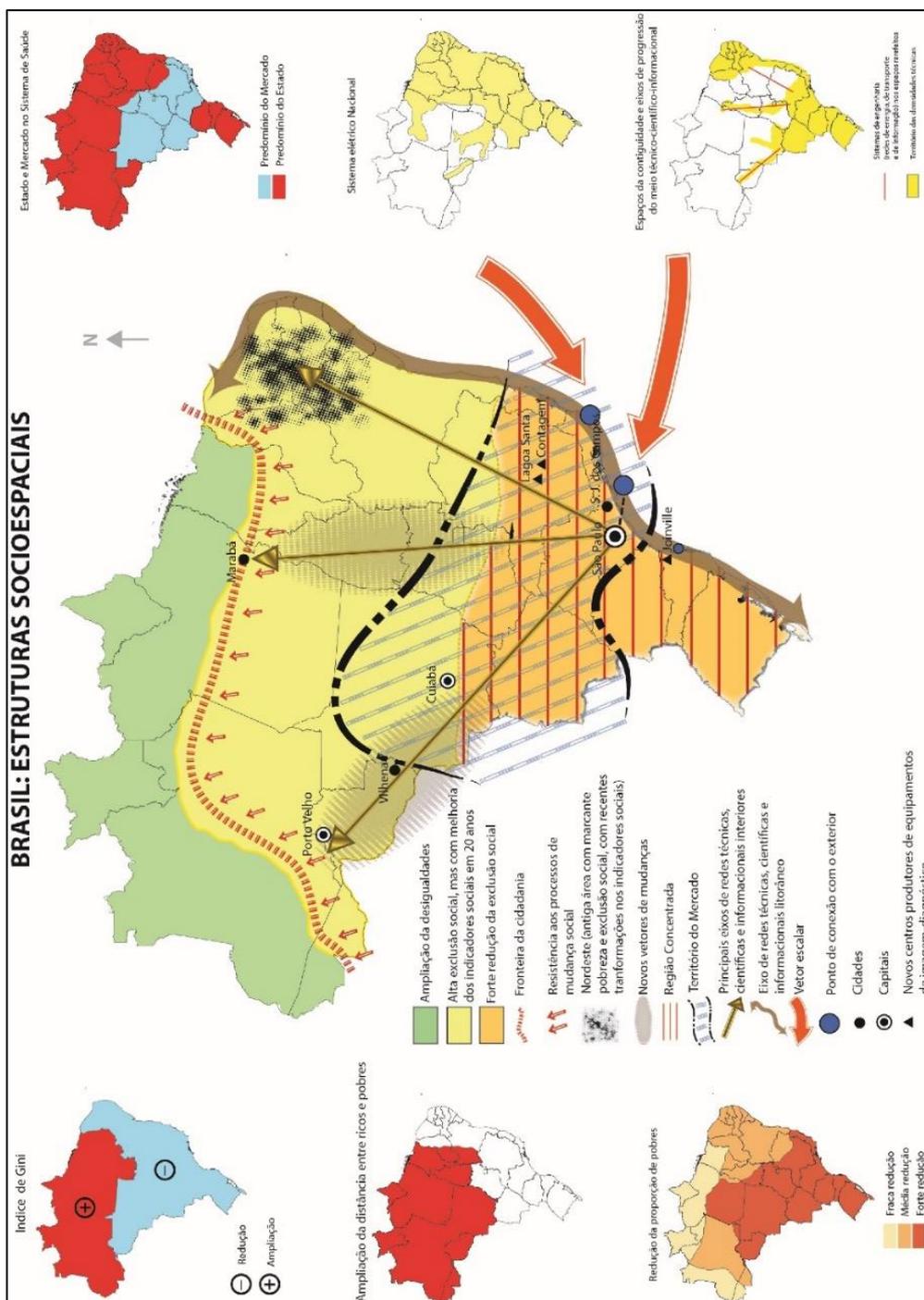


Fonte: Pêgo Filho *et al*, 2018.

Ainda sobre os aspectos socioeconômicos da faixa de fronteira do Brasil, quando tratamos do IVS (Índice de Vulnerabilidade Social), podemos notar ainda mais as diferenças existentes entre os três arcos fronteiriços, sobretudo entre os Arcos Norte e Sul. No Arco Norte estão os maiores índices de vulnerabilidade social, com a maioria das localidades apresentando valores altos e muito altos,

apresentando, inclusive ampliação dos indicadores de desigualdades no período 1991-2010, como podemos ver abaixo (figura 4)

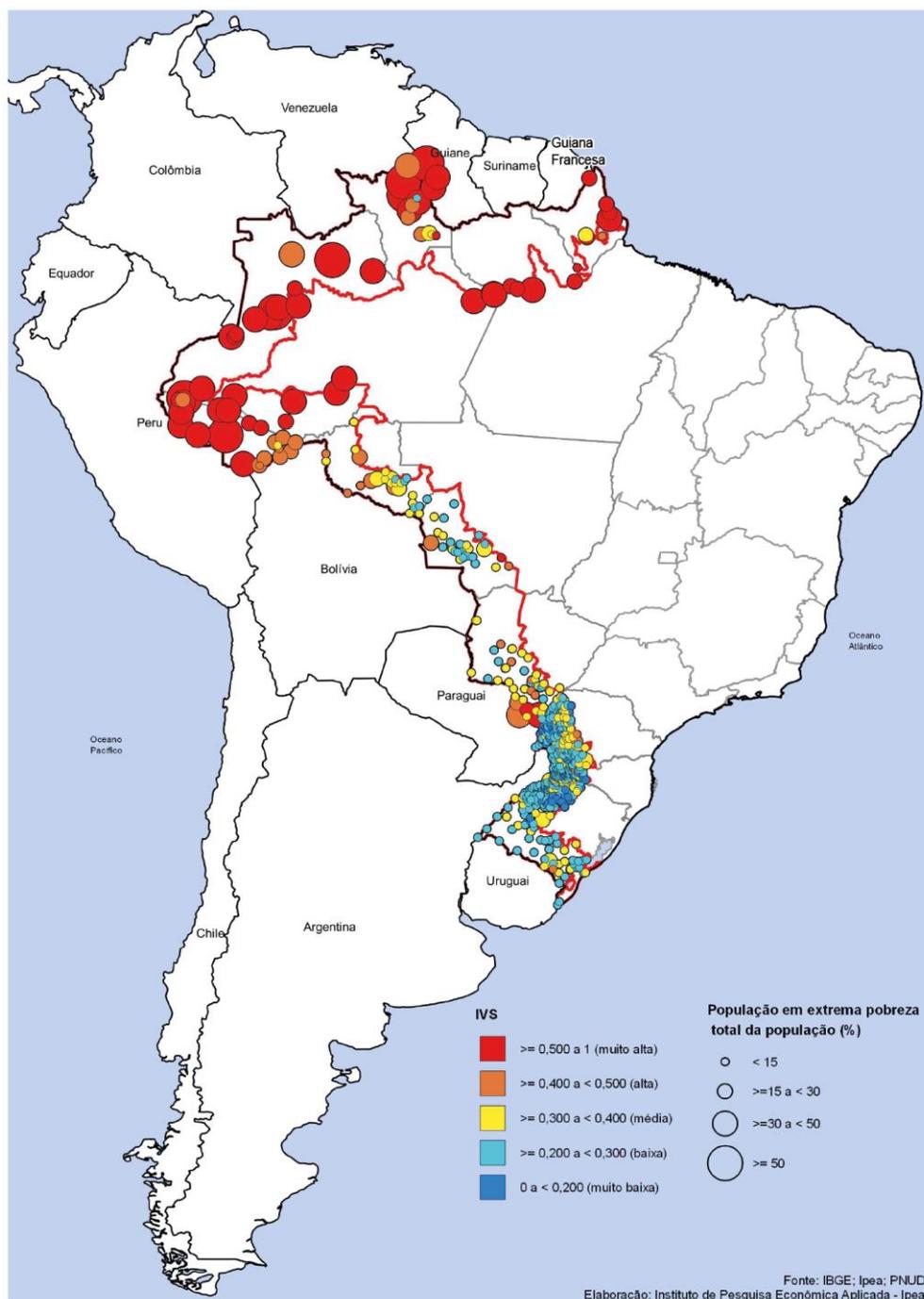
Figura 4- Brasil: estruturas socioespaciais



(Martinuci, 2013)

A porcentagem de pessoas vivendo em extrema pobreza alcança mais de 50% em algumas localidades. Contrastando com essa situação, no Arco Fronteiriço Sul não há registros de Índices de Vulnerabilidade Social muito altos. O que acontece nesse arco da faixa fronteiriça é justamente o contrário, com a maioria das localidades apresentando índices baixos e muito baixos. A porcentagem da população vivendo em extrema pobreza, por sua vez, é inferior a 15% na maioria das localidades. O arco fronteiriço Central apresenta, por sua vez, índices baixos e médios, em sua maioria, com poucas localidades com índices muito altos e com a porcentagem da população em extrema pobreza abaixo de 15%, em sua maioria (figura 5).

Figura 5- Índice de vulnerabilidade social nos municípios da faixa de fronteira

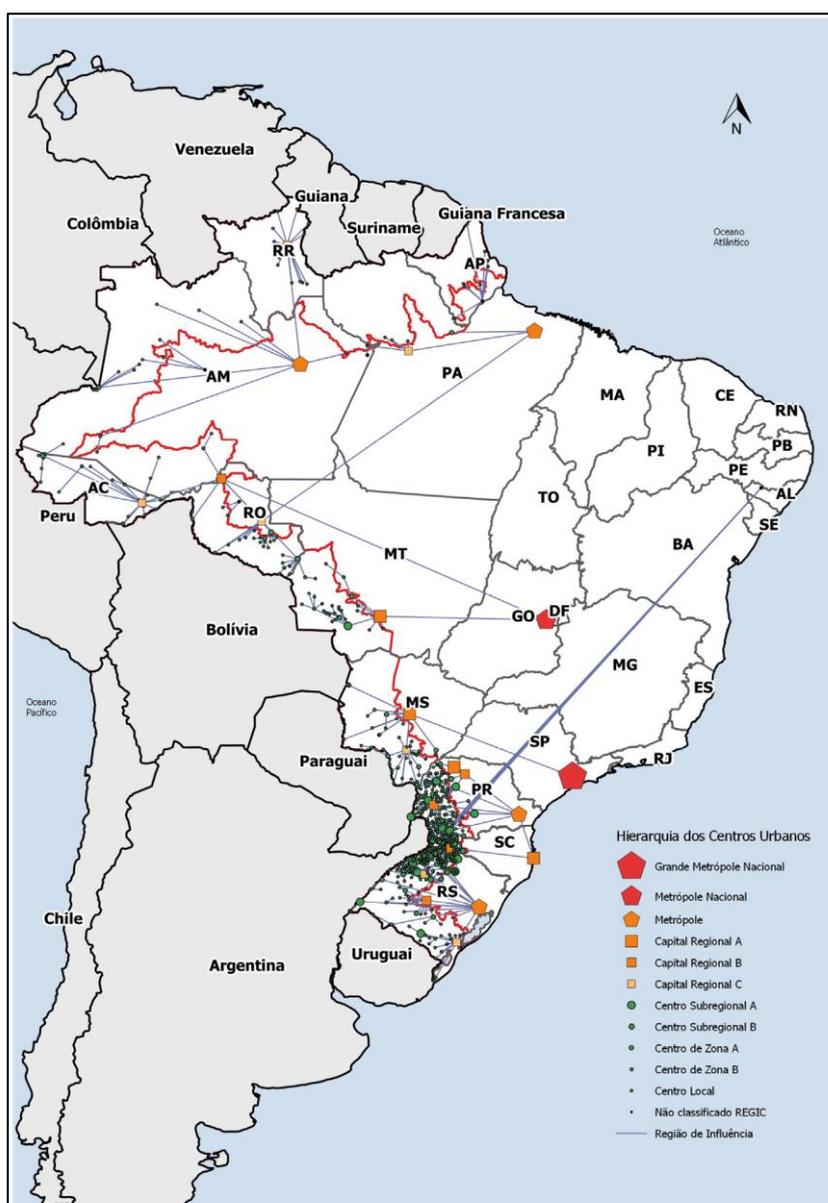


Fonte: Pêgo Filho *et al*, 2018.

Na faixa fronteiriça, além dos aspectos socioeconômicos, também possui grande importância a interconexão com os principais centros do país, já que foi este um dos motivos que motivou a expansão da fronteira agrícola para o Oeste brasileiro no século XX, pelo menos no discurso oficial. Especificamente dentro da faixa fronteiriça, as localidades com maior nível hierárquico de acordo com o

Regic (2008) são capitais regionais B como Porto Velho-RO, Cascavel-PR e Chapecó-SC. No arco fronteiriço Norte (figura 6), notamos que as localidades fronteiriças possuem grau de conexão direta maior com a capital de seus respectivos estados, não sendo comum a existência de localidades com níveis hierárquicos maiores localizados de forma mais próxima que a capital, algo que acontece no arco fronteiriço sul, com a existência de centros como Cascavel-PR e Chapecó-SC.

Figura 6- Hierarquia dos centros urbanos da faixa de fronteira



Fonte: Pêgo Filho *et al*, 2018.

A partir da reunião e análise dessas breves informações sobre a faixa fronteira brasileira, pudemos notar que existem inúmeras diferenças sociais entre os três arcos fronteiriços. O arco Sul apresenta, de modo geral, melhores índices sociais do que os arcos Norte e Central, o que não significa dizer que não existem problemas de desigualdade nas localidades desse arco. Isso ocorre por inúmeros motivos, mas o fato da colonização e da ocupação branca das localidades do arco fronteiro Sul ter sido realizada antes, fez com que esses locais, de modo geral, se tornassem mais adensados, tanto do ponto de vista da técnica, como do ponto de vista populacional.

Enquanto o Oeste paranaense começou a ser ocupado efetivamente pela população branca após a década de 1940, áreas fronteiriças localizadas no estado do Mato Grosso e Rondônia, por exemplo, começaram seu processo de ocupação efetiva¹¹ apenas na década de 1970, apresentando forte crescimento populacional apenas nos anos posteriores. Em outras localidades do arco fronteiro Norte, a densidade demográfica ainda é muito baixa e as aglomerações humanas dispersas. Esses locais, do ponto de vista do “tempo”, ainda possuem tempo diferente quando comparado com áreas fronteiriças que já apresentam forte contingente populacional e alta densidade técnica. Vejamos um pouco como se deu o processo de ocupação e colonização branca da área de estudo, o Oeste paranaense, para compreender como uma área de esparsos povoamento e de baixo nível técnico se tornou em uma área de densidades técnicas e populacionais consideráveis e, por sua vez, como o espaço geográfico se modificou nesse processo.

¹¹ No caso do Oeste paranaense, quando utilizamos o termo “ocupação efetiva”, nos referimos a ocupação sedentária permanente, uma vez que os povos originários eram nômades e o sistema de Obrages não conferiu ocupação sedentária permanente, sendo uma forma de exploração extrativa temporária.

4. OCUPAÇÃO E DESENVOLVIMENTO DO OESTE DO PARANÁ: EVENTOS ESTRUTURADORES DO ESPAÇO GEOGRÁFICO

4.1. A fronteira no Oeste paranaense

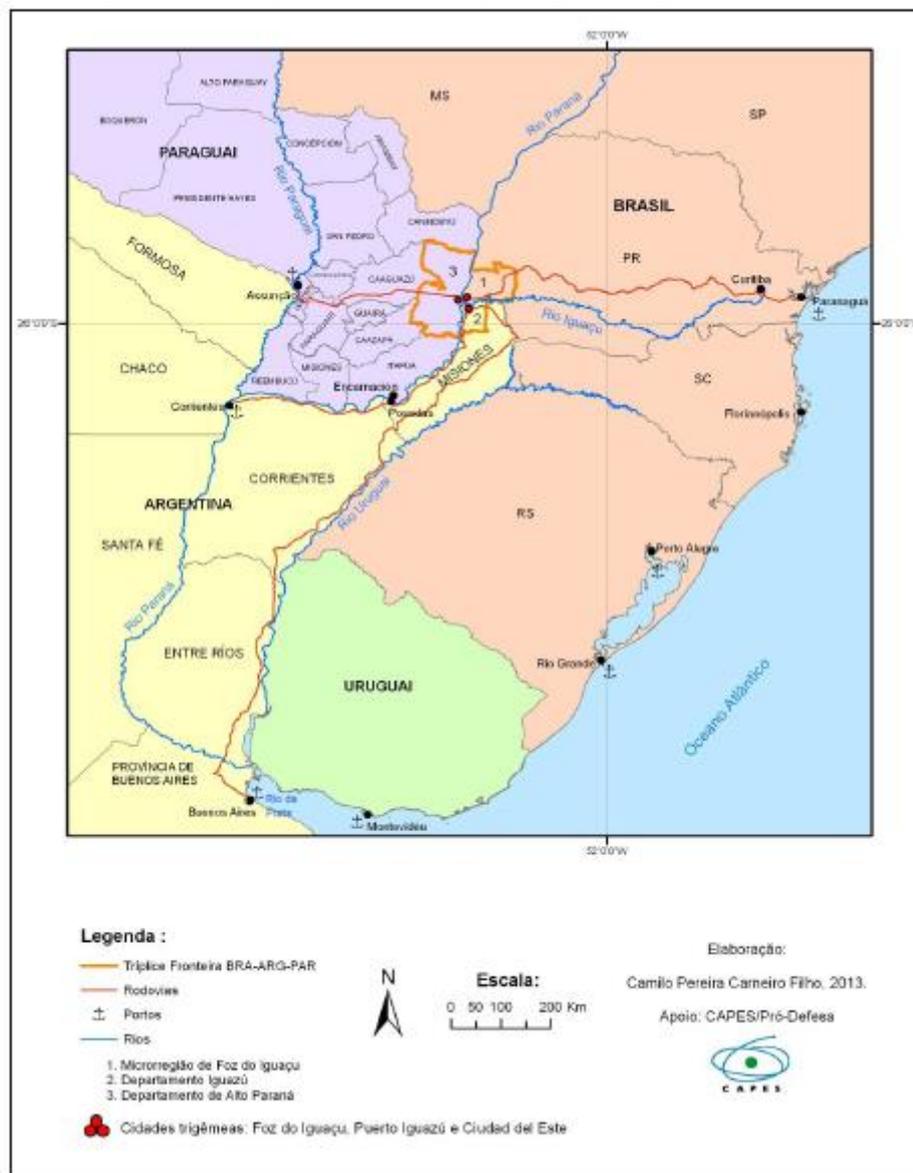
Como pudemos perceber, a evolução histórica do significado das fronteiras é muito rica e diversa e seria necessária uma pesquisa extremamente aprofundada para relatar com maior precisão o tema.

Para nossa discussão, provavelmente o conceito de fronteira como lugar e como zona areal tenham importância maior que as demais discutidas anteriormente. Fábio Aristimunho Vargas apresenta essa concepção da fronteira em sua obra “Evolução das Fronteiras Latino-Americanas” (2017). Nessa concepção, a fronteira seria um local compartilhado, de integração, de vivência social, um espaço compartilhado pelas pessoas no dia-a-dia. Não só como um linha que divide, que fragmenta, como foi geralmente a conotação dada para as fronteiras, através da concepção jurídica-política (VARGAS 2017, p. 44).

Vargas (2017) localiza essa concepção através dos próprios moradores e meios de comunicação que, por vezes, se dirigem ao local compreendido pelas áreas fronteiriças e adjacentes simplesmente como “fronteira”. Ou seja, toda a área compreendida pelos espaços fronteiriços, considerando partes do território de todos os Estados limítrofes, ignorando os limites político-administrativos, seria denominada simplesmente pelo termo. Na tríplice fronteira (figura 7), em Foz do Iguaçu, por exemplo, isso é extremamente perceptível, inclusive para pessoas que vivem distante do local que, quando estão se dirigindo a Foz do Iguaçu expressam frases como: “Irei até a fronteira”. O autor ainda levanta a possibilidade da formação de uma visão cultural fronteiriça:

A proximidade geográfica entre dois povos proporcionada pela fronteira permite a criação de um espaço comum onde naturalmente se desenvolvem relações de diversas ordens, onde a integração é um dado da vida, gerando uma cultura peculiar, *sui generis*, ‘fronteiriça’ (2017, p. 46)

Figura 7- A tríplice fronteira (Paraguai-Argentina-Brasil)

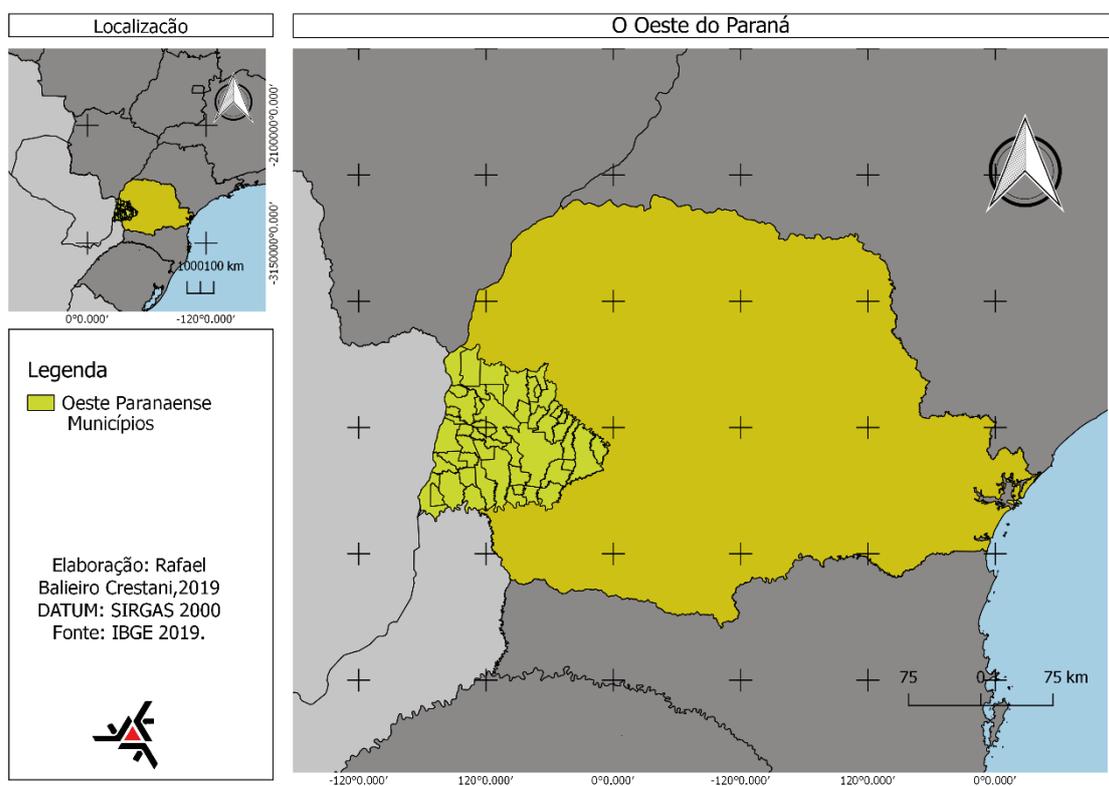


Fonte: Carneiro Filho, 2013.

Em uma perspectiva econômica, é na fronteira que as dinâmicas capitalistas globais ficam mais evidentes, por ser um local de troca, de negócios, de conexão.

Tomemos como exemplo a fronteira do Brasil com o Paraguai, na região Oeste do Paraná (figura 8).

Figura 8- O Oeste do Paraná



(Autor, 2019)

Historicamente, a fronteira entre Paraguai-Brasil foi menos dinâmica para o país guarani do que sua fronteira com a Argentina. Isso se deve a muitos fatores, dentre eles: o histórico de ocupação litorânea do Brasil, que demorou a iniciar uma exploração e ocupação efetiva do oeste do país; e o fato de a ocupação populacional no Paraguai ter se desenvolvido primeiramente nas áreas ocidentais e central. Outro fator que contribuiu para a maior dinamicidade da fronteira argentino-paraguaia foi o processo de repartição de terras no Paraguai.

Após 1870, o Estado paraguaio iniciou uma massiva venda de terras públicas. Estas terras foram vendidas para grandes agricultores, gerando grandes latifúndios no país e expulsando pequenos camponeses de suas terras. Estes se dirigem às grandes cidades como Assunção e, também, à Argentina, para as áreas fronteiriças próximas ao Paraguai (CARRON; SILVA, 2016). Na

região leste do Paraguai, ainda coberta por matas no final do século XIX, estabeleceram-se empresas extrativas oriundas do Brasil e da Argentina, mas sem empregar grandes contingentes dessas nacionalidades. Os trabalhadores eram constituídos, majoritariamente, por “peones” paraguaios.

Com o século XX, o Brasil inicia sua política de expansão ao Oeste, como já foi abordado, com a criação de territórios federais em áreas fronteiriças.

Entretanto, a região oeste do Paraná passa a ser ocupada com maior efetividade após a metade do século XX, sobretudo devido às mudanças de exigências agropecuárias no mercado internacional. A soja passa a ser a “sensação” no mercado de *commodities* e o Brasil passa a investir cada vez mais no plantio dessa leguminosa, iniciado com maior vigor no Rio Grande do Sul e depois se transferindo para Santa Catarina e Paraná. Apesar desse crescimento populacional em decorrência do avanço da soja (CARRON; SILVA, 2016, p.7) assinalam que os primeiros consideráveis fluxos de imigrantes brasileiros no Paraguai se assentaram na região oriental do país por volta de 1962 para tentar cultivar o café, o que rapidamente não vingou em decorrência das frequentes geadas da região. Nos anos de 1970, brasileiros viram nos férteis solos da região a possibilidade do cultivo de Eucalipto. Os autores caracterizam esses imigrantes como “*punta de lanza de la colonización*” (CARRON; SILVA, 2016, p. 7). Os autores também citam outra frente pioneira originária do Nordeste brasileiro. Na década de 1970 inicia-se a construção da barragem de Itaipu, é construída a Ponte da Amizade e o município de Ciudad del Este é criado, bem como uma rota que o liga até Assunção. “*Ahora la frontera estaba abierta, en una situación mucho más favorable para la circulación de bienes y personas entre ambos países*”. (CARRON; SILVA, 2016) ¹².

O *boom* da soja no Brasil se expandiu para os estados do Centro-Oeste, para o Paraguai e para a Bolívia, área de fronteira agrícola, com terras mais baratas do que as tradicionais terras gaúchas, catarinenses e paranaenses. Isso levou brasileiros a comprarem terras no Paraguai especialmente próximas da zona fronteiriça. “El boom del cultivo de la soja transforma radicalmente la zona

¹² “Agora a fronteira estava aberta, em uma situação muito mais favorável para a circulação de bens e pessoas entre ambos países” (tradução nossa).

este del Paraguay y las relaciones fronteirizas entre nuestro país (CARRON; SILVA, 2016, p. 9).¹³

Os autores também ressaltam que a soja ajudou a expulsar pequenos agricultores e camponeses, tanto Brasileiros como Paraguaiois, que não tiveram como competir com o latifúndio equipado com alta tecnologia e grande expectativa de produção, sendo levados para novas áreas de fronteira agrícola ou para os centros urbanos.

Nesse sentido, a fronteira Brasil-Paraguai é hoje mais dinâmica devido aos fatores ditos anteriormente com base em Carron e Silva (2016), bem como obras de comunicação e transporte que ligaram a região leste do Paraguai ao Brasil e ao atlântico. A histórica necessidade do Paraguai de encontrar uma saída ao mar sempre o ligou com a Argentina, “detentora” da foz do Rio da Prata. Com o avanço da soja, a construção da Usina Binacional de Itaipu e a construção da BR-277, ligando Foz do Iguaçu ao porto de Paranaguá, o Paraguai se encontra mais familiarizado com o Brasil e diplomaticamente amigável.

André Roberto Martin, no início de seu livro “Fronteiras e Nações” (1997, p. 11) identifica o desejo de liberdade como responsável pelo surgimento de novas fronteiras, em relação ao surgimento de novos Estados a partir de movimento separatistas e coloca um dilema acerca da interdependência dos povos como estruturador das relações internacionais entre os Estados ou, segundo suas palavras: “admitimos que estamos todos no mesmo barco e portanto somos todos responsáveis pelos destinos do Planeta Terra” (1997, p.12).

O princípio de autodeterminação dos povos é oriundo do tratado de Vestfália e vem de encontro com a teoria do mundo interconectado, globalizado e supostamente sem fronteiras. Uma série de teorias surgiu a partir da queda do Muro de Berlim: Ohmae e o mundo sem fronteiras; O Choque de Civilizações de Huntington; O Fim da História e o Último Homem de Fukuyama entre outros.

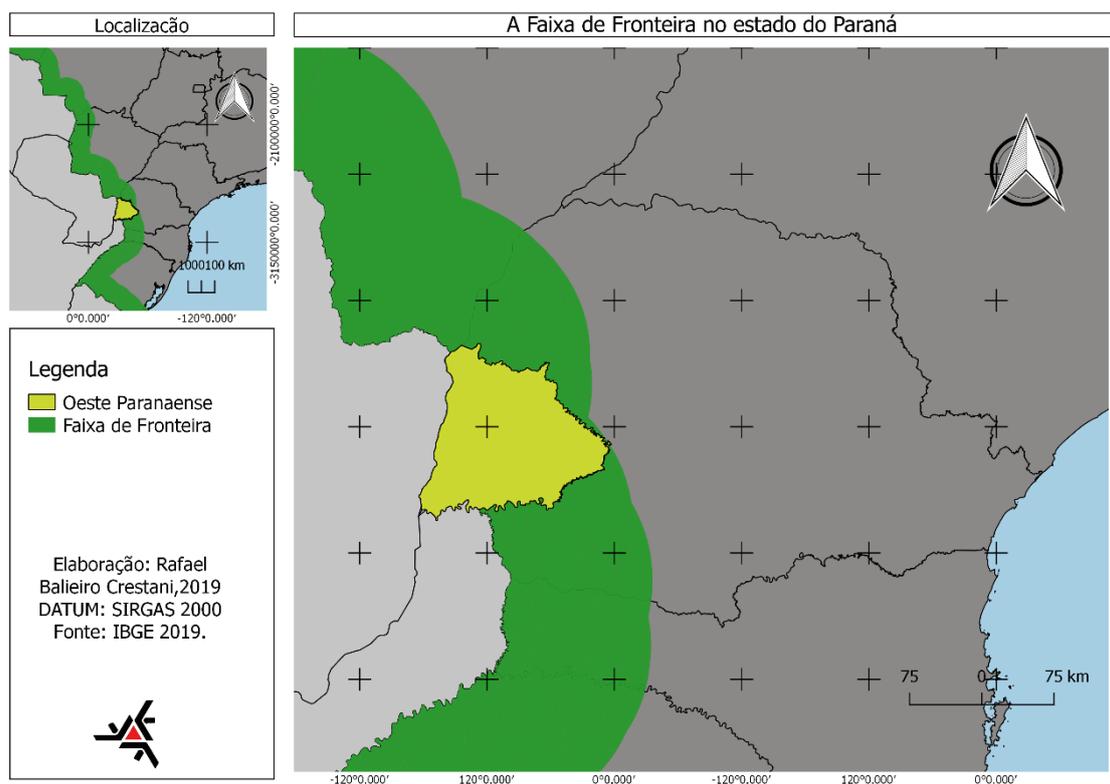
O que nos intriga é essa dualidade: ou seremos unidos ou seremos totalmente separados. Somos ‘nós’ enquanto seres humanos, pertencentes à

¹³ “O boom do cultivo da soja transforma radicalmente a zona leste do Paraguai e as relações fronteiriças entre nosso país”. (tradução nossa)

mesma espécie, mas diferentes em tantos aspectos que dificilmente iremos caminhar “no mesmo barco”. A cultura parece ser um aspecto importante para essa análise, especialmente no que alguns autores chamam de “californização do gosto”. Michael Lowy e Frei Beto (2014) expõem esse pensamento. Será que a globalização é para todos? O que vemos é um frequente ‘ataque’ cultural do ocidente ao resto do mundo. Uma padronização desenfreada e uma apropriação cultural naquilo que é rentável (ex: comida chinesa, japonesa).

A questão fronteiriça se torna importante quando analisamos o processo de expansão da chamada “fronteira agrícola” para o Oeste brasileiro (figura 10). Mais ainda, quando essa fronteira agrícola é expandida em direção à fronteira política e jurídica do Estado brasileiro. O Oeste paranaense é uma das regiões mais importantes do estado do Paraná em termos econômicos, populacionais e outros. Seu processo de ocupação veio ao encontro dos desejos do governo federal de povoar áreas de litígio fronteiriço, bem como desenvolver economicamente áreas com baixo índice ocupação ou que apresentavam ocupações apenas indígenas. O processo de avanço dessa fronteira agrícola permitiu que sistemas técnicos variados chegassem ao Oeste paranaense, inclusive área fronteiriça, dinamizando as relações locais e contribuindo inclusive para a melhor relação diplomática do Brasil com o Paraguai. Entretanto, o avanço dos sistemas técnicos, que num primeiro momento contribuiu para que ocupação demográfica do Oeste paranaense fosse efetiva, não se mostrou, através do tempo, algo acessível a todos. A modernização da agricultura, na década de 1970, deixou isso ainda mais claro, com o inchaço das cidades e seus problemas de desigualdade e a saída de inúmeras famílias para novas áreas de fronteira agrícola.

Figura 9- A faixa de fronteira no estado do Paraná



(Autor, 2019)

4.2. O limiar do meio natural: o sistema *obragero*

O Oeste do Paraná, no século XIX, ainda era um local praticamente despovoado pelo homem branco. Os habitantes da região eram compostos, basicamente, por indígenas Kaingangs e Guaranis. Somente em meados do século XX que o interesse pela área se manifestou, mesmo que timidamente. No final do século XIX, com a crescente ocupação dos campos de Guarapuava, aumentou o interesse pelas terras a Oeste, especialmente por parte do Estado brasileiro. Um dos motivos era a questão fronteiriça com os vizinhos sul-americanos. Mesmo com a independência das colônias de Espanha e Portugal, decidiu-se manter o tratado de Santo Ildefonso (1777) que estabeleceu fronteiras entre Brasil e Argentina, principalmente. A fronteira seria baseada no Rio Paraná e Iguaçu. Após a Guerra do Paraguai, Brasil e Argentina se consolidam como as duas principais potências do subcontinente, despertando certa rivalidade, especialmente sobre a situação platina, importante área de navegação. Em 1881, a Argentina apresenta uma nova interpretação do Tratado de Santo

Ildfonso. Essa ação chama a atenção do governo imperial brasileiro, que passa a se preocupar ainda mais com a região platina.

O Oeste Paranaense, por exemplo, era totalmente despovoado de brasileiros nessa época, devido à falta de vias de comunicação terrestres que ligassem a região aos demais centros urbanos brasileiros. A única maneira de se chegar ao Oeste Paranaense de forma segura era pelo Rio Paraná, partindo de Buenos Aires. Era impossível chegar de embarcação partindo da província de São Paulo pelo Rio Paranapanema e, em seguida, pelo Rio Paraná, devido aos saltos de Sete Quedas (figura 11), na altura da localidade de Guaíra. Sabendo dessa situação, o governo brasileiro, após diversas recomendações do governo da província do Paraná, apostou na criação de colônias militares como meio de resguardar a fronteira e auxiliar na promoção da ocupação da área. Dessa forma, são criadas, primeiramente, as colônias de Chopim e Chapecó (1882) e, posteriormente, a colônia de Foz do Iguaçu (1889).

Figura 10- Localização do salto de Sete Quedas no estado do Paraná.



Fonte: Folha, 2017

Uma comissão foi montada para a construção de uma picada que ligasse os campos do Chagú, localidade próxima à Guarapuava, até a Foz do Rio Iguaçu

(MYSKIW, 2002). Essa comissão foi chefiada por Bellarmino Augusto Mendonça Lobo. A preocupação do governo federal era justificável, principalmente porque tanto os governantes paranaenses como do governo federal tinham consciência do que se passava naquela região há algum tempo. Argentinos e Paraguaiois exploravam as barrancas do Paraná, em solo brasileiro: eram as “obrages” de mate e madeira.

A extração de mate e madeira estava sendo feita ostensivamente na região e levados por barcos a vapor e jangadas via Rio Paraná para Posadas e Corrientes, localidades argentinas. Nesse sentido, a picada aberta pelos militares e chefiada por Bellarmino. Augusto Mendonça Lobo seria uma forma do Brasil se apossar da região. A picada começou a ser aberta no dia 25 de novembro de 1888 e 7 meses depois estava finalizada, em 15 de julho de 1889 (MYSKIW, 2002). Fato curioso é que mesmo antes de chegarem à foz do Rio Iguaçu, o grupo chefiado por Bellarmino se espantou devido ao encontro com ervateiros estrangeiros. De acordo com Wachowicz (1987, p. 23), “a primeira surpresa, pois, do grupo fundador da colônia do Iguaçu, foi ter encontrado em território paranaense, antes mesmo de ter atingido seu objetivo, os vanguardas da frente de extração do mate” (WACHOWICZ, 1987, p.23).

Isso mostra que antes da ocupação brasileira, já havia um efetivo sistema de exploração econômica na região que gerava lucros para os *obrageros* de nacionalidade não-brasileira. A colônia que seria fundada, inicialmente, tinha como objetivo principal fixar colonos por meio da produção de gêneros alimentícios de subsistência (WACHOWICZ, 1987, p.24). Logo se verificou que os objetivos desejados com a formação da colônia não seriam nada fáceis. Em primeiro lugar, as péssimas condições do caminho que ligava Guarapuava até a Colônia Militar de Foz do Iguaçu afastaram possíveis colonos. A viagem era longa e o caminho, obviamente, não-asfaltado, ficava intransitável em períodos de chuva, sendo atrapalhado também pelo avanço constante da mata na picada. Na colônia, o grande problema se tornou a economia local. Tudo na região girava em torno das *obrages*, o que dificultava a circulação do dinheiro brasileiro na região. O Peso argentino era a principal moeda utilizada, pois os *Mensus*, geralmente paraguaiois, eram pagos pelas *obrageros* argentinos nessa moeda.

A falta de uma estrada que ligasse a colônia às principais localidades brasileiras fazia com que os mantimentos da localidade fossem comprados da Argentina. Em resumo, a Colônia Militar de Foz do Iguaçu estava muito mais ligada ao país vizinho devido à facilidade de transporte proporcionada pelo Rio Paraná, única forma de comunicação rápida com um centro importante do cone sul, que ao Brasil. De acordo com Wachowicz (1987, p.24) “em 1905, a população civil no território da colônia era de aproximadamente mil habitantes. A grande maioria continuava sendo formada de trabalhadores braçais de origem paraguaia (guarani) e argentina”.

Outro problema que atrasou o desenvolvimento da colônia foi a conivência dos administradores com a situação da localidade. Alguns inclusive participavam do sistema *obragero*. O descaso com a localidade era uma realidade, tanto por parte dos administradores locais, como do governo da província do Paraná. Os interesses particulares de alguns, bem como das companhias de mate, se sobrepuseram aos interesses do Estado e da população local. A Mate Laranjeira era uma dessas companhias. O interesse *obragero* pouco contribuía com a colonização e a fixação de brasileiros na região.

O interesse fundamental de um obragero não era a colonização em regime de pequena ou média propriedade, nem o povoamento de suas vastas terras. Seu objetivo precípua era a extração de erva mate, nativa da região, bem como da madeira em toras, abundante na mata nativa, subtropical (WACHOWICZ, 1987, p.44).

A navegação do Prata, controlada pela Argentina acentuava o poderio do país na região. As *obrages* não se limitaram à região da Colônia Militar de Foz de Iguaçu. Sua área de influência passava pelo Salto de Sete Quedas, na altura de Guaíra, chegando até ao atual estado do Mato Grosso do Sul.

Ainda de acordo com Wachowicz (1987, p.75), além do descaso do governo quanto à comunicação da região, a Matte Laranjeira e outras *obrages* lutavam para manter o status quo, pois a colonização da região, com fixação efetiva de brasileiros através de propriedades rurais de subsistência poderia enfraquecer a exploração.

Outros entraves, ainda antes do século XX, surgiram, dificultando ainda mais o já complicado processo de desenvolvimento da colônia militar de Foz do Iguaçu. Myskw (2002, p.144/145) cita a passagem pela região, em 1894, dos rebeldes da Revolução Federalista do Paraná, espantando os poucos colonos da área, temerosos com a violência.

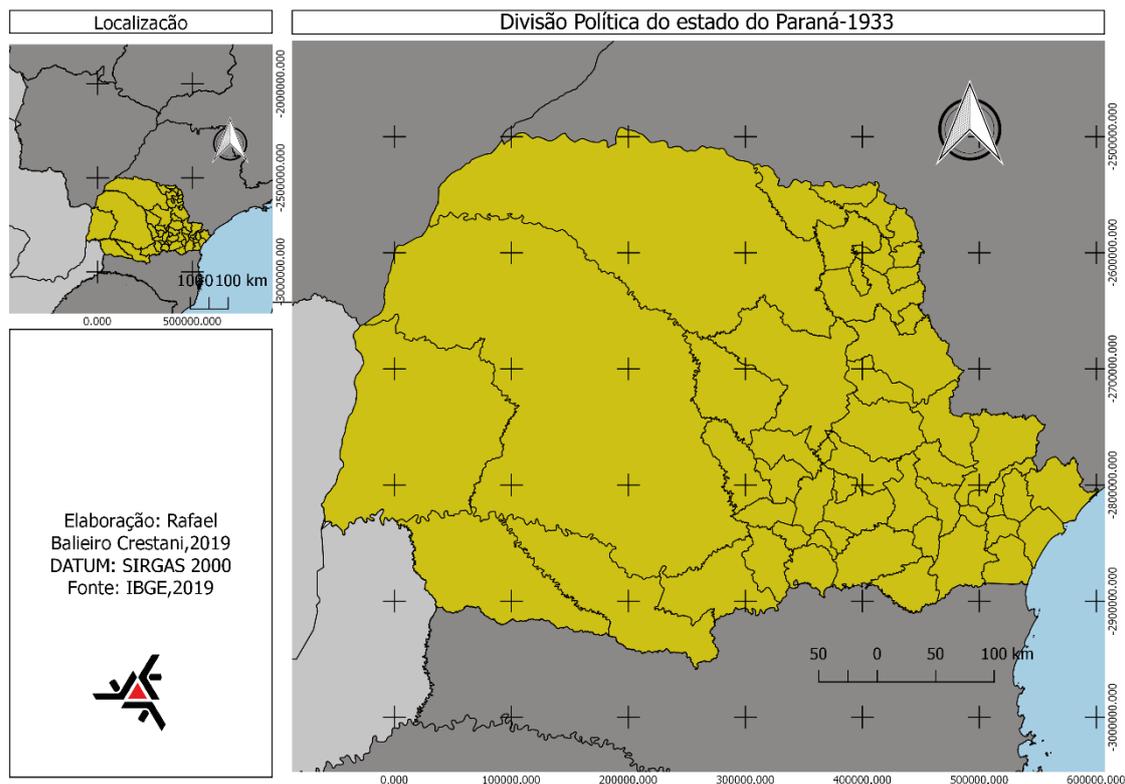
Mesmo com saída dos rebeldes, os velhos problemas seguiram. A falta de identidade brasileira na região desanimava o governo. O português continuou praticamente não falado na área. Muitos colonos que já habitavam a localidade há algum tempo não haviam tido suas terras demarcadas e regularizados, não possuindo a posse efetiva da terra. Com tantos problemas estruturais, a colônia Militar de Foz de Iguaçu deixou de ser uma colônia em 1910, sendo elevada à categoria de vila. O interesse de comerciantes e *obrageros* platinos com a conivência de administradores de Foz do Iguaçu entravaram o desenvolvimento da colônia. Alguns anos após a elevação da colônia à categoria de Vila, novos ares começam a chegar na localidade. A Revolução Tenentista, em 1924, percorrendo o interior do Paraná, chamou a atenção da mídia para o estado de miséria e abandono em que se encontrava uma região estratégica para o país.

A destruição causada pelas batalhas dessa Revolução no interior do Paraná também contribuiu para a queda de algumas *obrages* da região Oeste. Como foi dito, as *obrages* utilizaram do território paranaense para extrair e exportar mate e madeira para o mercado argentino. Entretanto, no início do século XX o governo Argentino, preocupado com a cobrança de impostos e visando garantir maior abastecimento interno, começa a incentivar mais a produção nacional, contribuindo para a decadência das *obrages* de Mate no Paraná. As complicações causadas pela I Guerra Mundial também ajudaram a derrubar o império das *obrages* nas barrancas do Rio Paraná. Como o produto era predominantemente exportado para a Europa, a demanda caiu gradativamente durante e após o conflito. O governo brasileiro, por sua vez, começou a exigir que trabalhadores brasileiros fossem empregados nas *obrages*, em detrimento dos paraguaios (WACHOWICZ, 1995, p.131).

Completando esta fase, vieram os anos de 1930 e a Era Vargas com a política de ocupação e desenvolvimento do interior do país. Politicamente, o Oeste paranaense ainda era pouco explorado, o que se refletia em sua malha

político-administrativa (figura 12). A partir da década de 1940, a região passa, paulatinamente, por processo de fracionamento territorial, que tornará sua divisão político-administrativa cada vez mais densa, conforme veremos mais adiante.

Figura 11- Divisão política do estado do Paraná em 1933



(Autor, 2019)

Desta vez, a ocupação seria efetiva, predominantemente branca e impulsionado por empresas colonizadoras.

As terras da região, após a decadência das *obrages*, começaram a ser vendidas pelo Estado para se destinarem à colonização. O regime de pequena e média propriedade foi, naquele momento, o escolhido. Os colonos vieram, em maioria, do Rio Grande do Sul, onde a frente de colonização havia se completado e existia um excesso de mão de obra. De acordo com Wachowicz (1995, p. 165):

Com o desenvolvimento da colonização em regime de pequena propriedade na região das barrancas do Rio Paraná iniciava-se uma nova etapa histórica na região. As *obrages* desapareceram e surgia no lugar do *mensu* o colono, vindo do Paraná, do Rio

Grande do Sul, Santa Catarina e outros estados da federação brasileira.

4.3. A colonização

O Brasil, na década de 1920 e, sobretudo, na década de 1930, passa por um novo período em sua história, principalmente com Getúlio Vargas no poder. Após o fim da escravidão (1888) e a proclamação da república (1889), o país lentamente inicia um processo de industrialização no século XX. Esse processo se mostrou tímido nos primeiros anos do novo século, se intensificando vagarosamente com o passar dos anos. Uma das grandes dificuldades da industrialização brasileira era a falta de comunicação entre os diversos pontos do vasto território, o que se constituía como um entrave à expansão do consumo do que era produzido nos grandes centros do Sudeste. Dessa forma, vários estudiosos brasileiros, como Travassos (1931) e Backheuser (1952), sobretudo aqueles da temática geopolítica, atrelaram o desenvolvimento do Brasil ao desenvolvimento das vias de transporte e a integração do território nacional. Essas vias, por sua vez, em alguns casos também atenderiam às questões de segurança interna e externa. Havia receios de movimentos e revoltas separatistas no país, bem como olhares suspeitos e atentos aos movimentos de Argentina e Paraguai. O Estado capitalista brasileiro, em formação, demandava segurança interna e externa, além de condições infraestruturais para produzir e transportar seus bens. Uma rodovia no Oeste do Paraná viria atender essa região, livrando-a do isolamento em relação aos grandes centros brasileiros.

Como vimos anteriormente o Oeste paranaense no final do século XIX e início do século XX não apresentou ocupação efetiva da terra, sendo desenvolvida na região o sistema de *obrages*, que visava a extração e exportação de mate e madeira, atraindo, dessa forma, Argentinos e Paraguaio para a área, fazendo com que o governo brasileiro se atentasse para a situação, temendo a desnacionalização da região. Nesse sentido, foi criada a já mencionada Colônia Militar de Foz do Iguaçu.

A picada aberta entre a região dos campos de Guarapuava e a Colônia se mostrou ineficiente com o tempo, devido à sua intransitabilidade em boa parte do ano e à necessidade de frequentes reparos. Com Vargas no poder, o Oeste

passa a ser observado com maior atenção pelo governo federal. Era a preocupação fronteiriça.

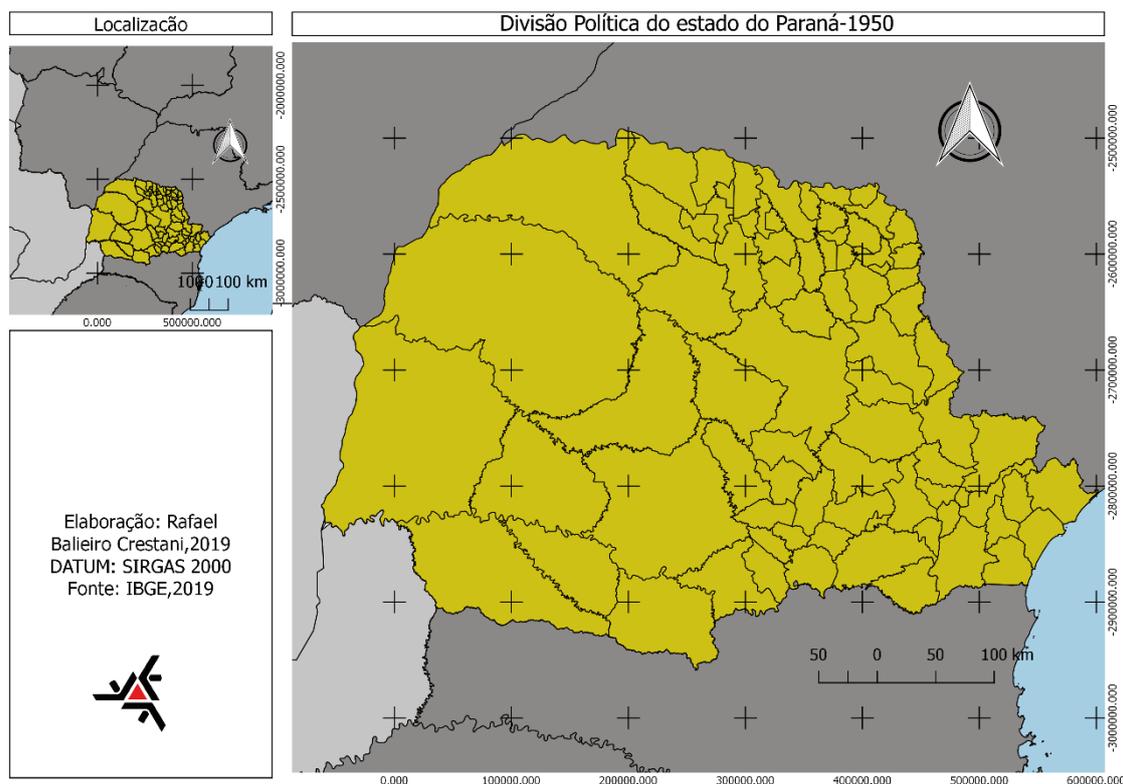
Era necessário integrar a área, politicamente e economicamente com as demais áreas do país, pois havia o receio de perdê-la para Argentina ou para o Paraguai. E uma das ações que o governo federal viu como uma saída ao problema da falta de integração territorial foi a construção de vias de transporte. Com relação a isso, Santos (1995, p.11) elenca o sistema de *obrages*, a Guerra do Paraguai (1864-1870), a fundação da Colônia Militar de Foz do Iguaçu e a criação do Território Federal como os pressupostos básicos para a construção da rodovia que iria dinamizar econômica e territorialmente o Oeste paranaense: a BR-277. A Guerra do Paraguai (1864-1870), apesar de ter ocorrido no século XIX, demonstrou a importância das vias de comunicação quando o Estado brasileiro precisou socorrer seu território da invasão das tropas de Solano Lopes ao estado de Mato Grosso. O general Meira Mattos (1979, p. 47) relata que o destacamento que saiu de São Paulo para defender a área levou cerca de um ano para chegar até o local, perdendo metade de seu efetivo no caminho.

A preocupação com o interior do país, especialmente as zonas de fronteira seguiram no decorrer do século XIX, com a fundação da Colônia Militar de Foz do Iguaçu (1889), sendo também uma reação ao sistema de *obrages* estrangeiras que estavam na região das barrancas do Rio Paraná e prosseguiu no século XX, com a criação dos territórios federais em zonas de fronteira, sendo o Oeste paranaense englobado, juntamente com o Oeste catarinense, para formar o Território Federal do Iguaçu.

A criação desses territórios foi uma tentativa de nacionalizar essas áreas vistas sob “ameaça” pelo governo brasileiro. Essas medidas, entretanto, visavam também acelerar a ocupação no local, já que desde a década de 1920 chegavam migrantes à área (SANTOS, 1995, p. 92). Entretanto, a ocupação de pequenos produtores agrícolas se deu com maior intensidade apenas a partir da década de 1940, quando se tornou mais fácil o acesso ao local pela BR-035 (MELLOS, 1988, p. 115 *apud* SANTOS, 1995, p. 92), ainda não pavimentada, e que viria a se chamar BR-277 no futuro. A ocupação mais expressiva da área também foi resultado de interesses do governo federal, que em 1938 transferiu a responsabilidade da colonização de 150 km de faixa de terras ao longo da

fronteira dos estados com outros países para o Ministério da Agricultura (SANTOS, 1995, p. 87). Essas ações, no Oeste paranaense, culminaram com a criação do território federal do Iguaçu em 1943, intensificando a ocupação do oeste por gaúchos e catarinenses. Entretanto, mesmo com essas ações, é possível notar que a ocupação ainda era tímida na década de 1950 e que a divisão política havia avançado (figura 8) comparada com a década de 1930 (ver figura 13), mas ainda era muito lenta.

Figura 12- Divisão política do estado do Paraná em 1950



(Autor, 2019)

De fato, o capital gaúcho iria chegar na região por meio das madeiras colonizadoras que atraíram mão-de-obra gaúcha e catarinense em detrimento dos “nortistas”. Entretanto, é importante ressaltar que houve migração de paranaenses oriundos do Norte, bem como paulistas, para a região, mas esse contingente não foi o majoritário.

Quando as madeiras e colonizadoras chegaram ao oeste paranaense, a parte oriental e centro da região sudeste já havia sido ocupada por paranaenses, gaúchos e catarinenses. Dessa forma, o fluxo migratório de colonos vindos, no final da década

de 1940 e na seguinte, restaram como áreas de assentamento, a parte ocidental do sudoeste e o extremo oeste paranaense (SANTOS, 1995, p.92).

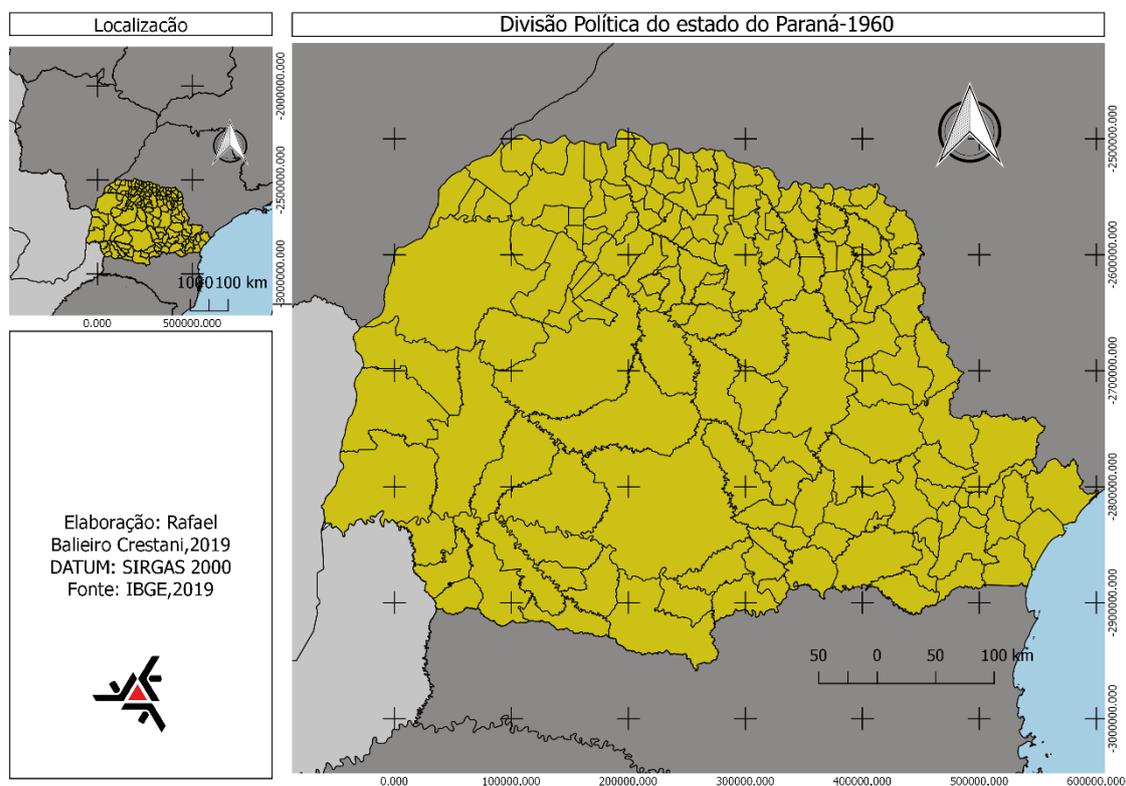
As colonizadoras, que exploravam parte do Oeste paranaense encontraram as terras ainda com muita mata e, antes de vendê-las aos colonos, retiravam toda a madeira útil dos lotes, também obtendo lucro com esta atividade. Os colonos, notavam a qualidade do solo e os baixos preços dos lotes, se animando para a aquisição de um pedaço de terra. Esse processo de colonização e ocupação do Oeste Paranaense esteve diretamente atrelado com as mudanças estruturais que ocorreram no Rio Grande do Sul e Santa Catarina a partir dos anos 1930. O Rio Grande do Sul, aproximadamente na década de 1930, começou a passar por modificações em sua estrutura fundiária, com o processo de minifundização das propriedades rurais em decorrência da subdivisão de propriedades familiares e o avanço de grandes propriedades destinadas à agropecuária (RIPPEL, 2005, p.77). Essas mudanças geraram excessos de mão-de-obra, o que, aliadas à propaganda feita pelas colonizadoras, acabaram atraindo esse contingente populacional para essa região paranaense. Como os preços das terras eram menores e a qualidade do solo era maior na maior parte da área, isso motivou os migrantes a se deslocarem para a área. Esse é um dos motivos que explica por que a região recebeu grande contingente de gaúchos e catarinenses.

Outro motivo é o esgotamento da fronteira agrícola no Rio Grande do Sul e em Santa Catarina, que assim como os demais acontecimentos, motivou a migração em direção a outras regiões do país, sendo uma delas o Oeste paranaense. Esses migrantes, predominantemente de origem italiana e germânica, se instalaram na área em pequenas propriedades baseadas no trabalho familiar (RIPPEL, 2005, p. 71 *apud* MAGALHÃES, 1996). Dessa forma, a ocupação efetiva da área, liderada por sulistas, começou a se dar na década de 1940 e 1950, se intensificando no decorrer dos anos, influenciando na divisão político-administrativa, com a criação de novos municípios. Rippele (2005, p.80) também chama a atenção para as mudanças que ocorreram na região norte do estado, quando a cultura do café passa a dar lugar a outras culturas menos demandantes de mão-de-obra, gerando excedente no campo e contribuindo

para que parte desses trabalhadores e suas famílias migrassem para o Oeste Paranaense. É importante salientar que o Oeste paranaense, mesmo internamente, não apresentou desenvolvimento homogêneo. Alguns municípios não receberam forte influência da migração gaúcha e catarinense. Apesar de ser uma região que apresenta diversas similaridades internas, é importante ressaltar suas diferenças.

De acordo com Padis (1981, p. 159) metade da população presente nessa região do Paraná era de origem gaúcha e que 2/3 dos migrados para o Oeste eram oriundos do Rio Grande do Sul. Em 1950, a população da região Oeste era de aproximadamente 17.000 pessoas. Em 2000, mais de 1.000.000 de pessoas habitavam o local, como pode ser visto na tabela 1. Esse *boom* populacional na área esteve relacionado com o processo migratório impulsionado pela ocupação e pela colonização da área. Já na década de 1960, é possível notar maior fracionamento político-administrativo da área (figura 14), resultado do avanço migratório e colonizador.

Figura 13- Divisão política do estado do Paraná em 1960



(Autor, 2019)

Além dos inúmeros atrativos, a construção e posteriormente a pavimentação de estradas da região, também contribuíram com a migração e com o desenvolvimento. Os bons números da produção local possibilitaram excedentes agrícolas e a expansão do comércio (RIPPEL, p. 82, 2005 *apud* MAGALHÃES, 1996).

4.4. A modernização agrícola

Se após a primeira fase de colonização da área, baseada no extrativismo, a região foi sendo ocupada e colonizada por migrantes rurais, trabalhando em pequenas e médias propriedades, na década de 1970, com os resultados da internacionalização do capitalismo pós Segunda Guerra Mundial e a entrada de capitais externos no Brasil, a região Oeste Paranaense passa a receber modificações oriundas da Revolução Verde, com a chegada de tecnologias, maquinários, insumos, novas culturas, etc. O Brasil, na década de 1960 e 1970, se volta para as necessidades externas, passando a incentivar a produção de *commodities* para exportação em grande escala. Essa fase de transição que se deu na década de 1960 e 1970 “trouxo novas culturas agrícolas e novas relações de tecnologia e de produção” (RIPPEL, 2005, p.11).

Atendendo às necessidades do mercado internacional, o governo brasileiro passou a conceder subsídios para os produtores que cultivassem soja, trigo e outras culturas destinadas ao mercado internacional, motivando um processo de migração para a área. As novas condições da agricultura do Oeste do Paraná, que demandavam maior nível técnico dos trabalhadores, acesso a crédito, capital e áreas para cultivo dessas *commodities*, fez com que a área, que havia sido de grande atração populacional nas décadas de 1950 e 1960, passasse a se tornar, gradativamente, a partir da década de 1970, em área de baixo crescimento populacional, se tornando gradativamente em zona de evasão populacional. A impossibilidade de absorção de toda mão-de-obra, fez com que vários trabalhadores migrassem para estados vizinhos ao Paraná ou para as novas fronteiras agrícolas nos estados de Mato Grosso e Rondônia, na década de 1970. As cidades da região também receberam grande contingente migratório

oriundo do campo (tabela 1), fazendo com que cidades como Cascavel, Toledo e Foz do Iguaçu crescessem muito do ponto de vista populacional.

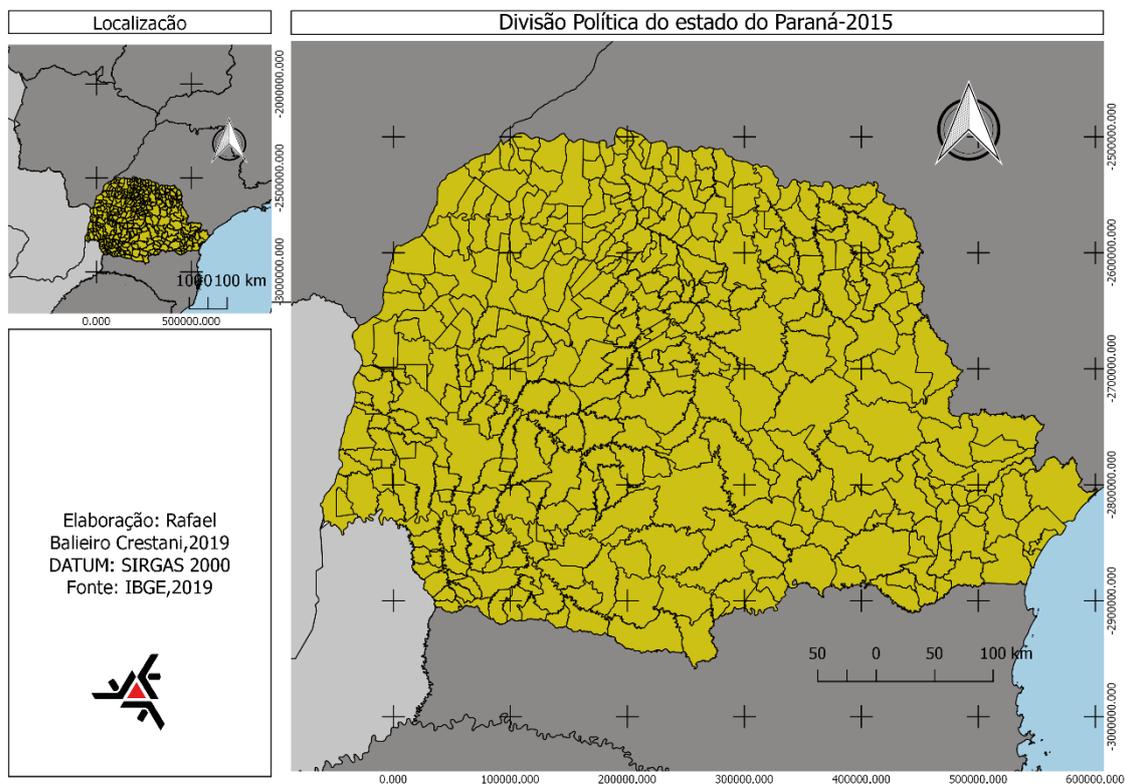
Tabela 1- População Urbana e Rural no Oeste paranaense(1950- 2010)

Ano	População Residente Urbana	População Residente Rural
1950	3.404	13.017
1960	41.483	93.553
1970	148.101	604.331
1980	484.661	476.114
1991	728.448	288.033
2000	929.092	209.490
2010	1.044.091	175.467

Fonte: IPEA Data, 2020

O aumento da migração na área e a posterior aglomeração urbana possibilitaram o maior fracionamento político-territorial da região (figura 15), com novos municípios sendo criados.

Figura 14- Divisão política do estado do Paraná



(Autor, 2019)

Na década de 1980, esse processo se acentuou ainda mais. Rippel (2005, p. 25) aponta que no caso dos fluxos migratórios, suas particularidades, como a intensidade e a direção, estão relacionadas às mudanças estruturais que ocorreram na área de estudo. Rippel (2005, p. 88) identifica o Oeste do Paraná como sendo de economia de subsistência na década de 1950 com baixo nível de emprego tecnológico. Isso atraiu migrantes nas décadas de 1950, 1960 e 1970, sendo estes vinculados à ocupação da terra, ao meio rural. Essa mão-de-obra, de característica familiar e de baixo nível técnico, passou a ser substituída com o avanço da modernização da agricultura, que demandava trabalhadores mais qualificados. Com o inchaço das cidades e a necessidade de outros serviços, o setor industrial e comercial passou a se desenvolver em cidades como Cascavel, Toledo e Foz do Iguaçu. Concomitante a esse processo, a desigualdade social intra-municipal e entre os municípios da região foi se acentuando.

A variação da área plantada de *commodities* temporárias de soja e Trigo aumentaram consideravelmente da década de 1960 demonstrando as mudanças estruturais no campo brasileiro e a ação do Estado nesse sentido, disponibilizando subsídios para os produtores desse tipo de culturas.

Tabela 2- Área Colhida das Principais Culturas Temporárias - Variação Percentual 1960-70

Produtos	Variação (%)
Cana-de-Açúcar	23,3
Algodão	87,5
Milho	2.118,40
Arroz	2.252,80
Feijão	2.516,80
Trigo	3.474,70
Soja	23.019,80

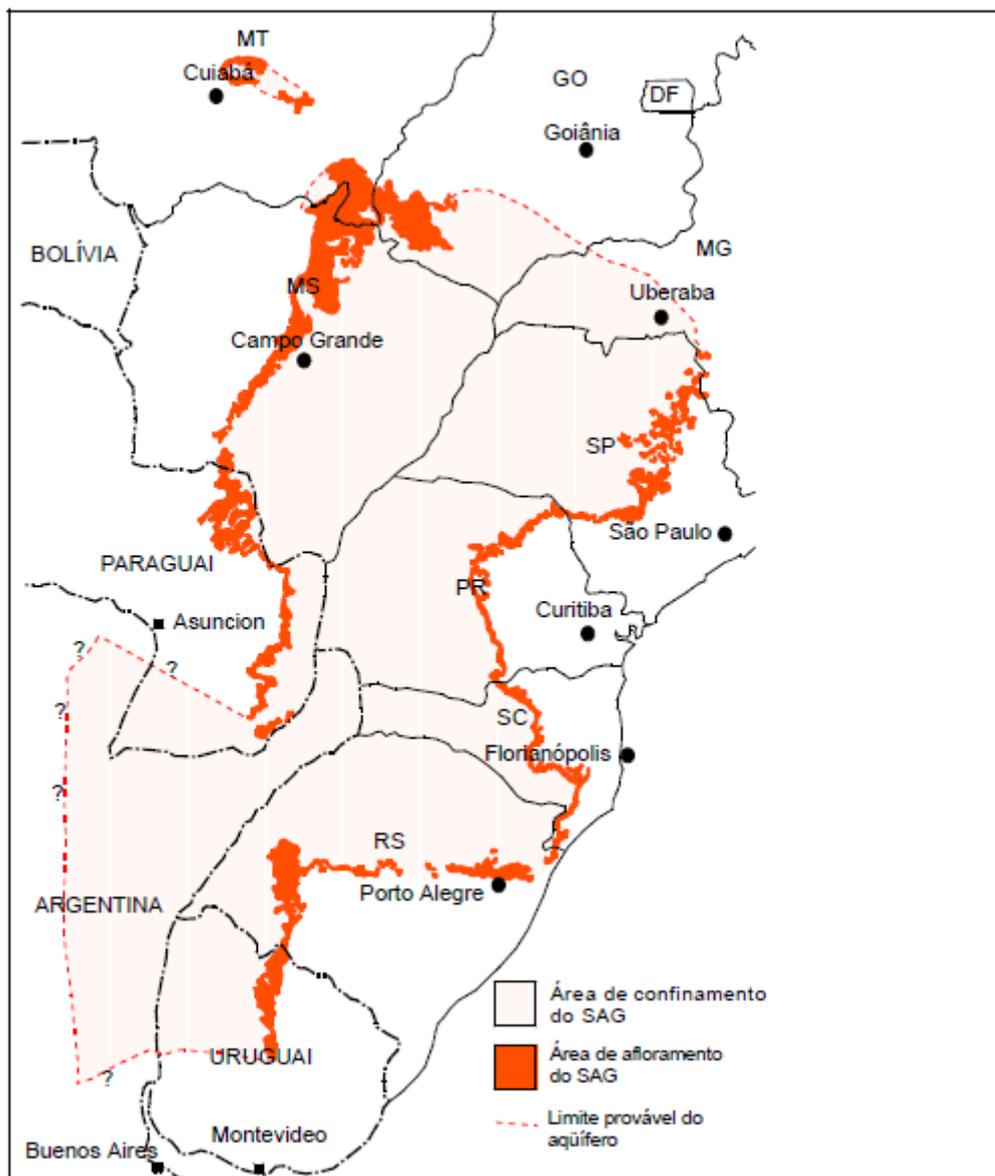
Fonte: Piffer, 1997, p. 95

Esse movimento gerou, como dissemos anteriormente, migração em massa para as cidades da região e para as novas fronteiras agrícolas do país, bem como os estados vizinhos ao Paraná. Já entre a década de 1970 e 1980, os números de crescimento populacional anual caem consideravelmente, quando comparados com o decênio anterior, refletindo as mudanças que se

processaram no campo. Durante a década de 1970, o Oeste passa de uma área de atração para uma área de evasão populacional.

Entretanto, o uso de agrotóxicos, por sua vez, muito além de ser um problema local dos cultivos de soja, acaba ganhando importância diplomática. Isso ocorre, pois, no Paraguai está localizada parte dos “sumidouros” que abastecem o Aquífero Guaraní (figura 9) , uma das maiores reservas de água potável do mundo. Diversas manifestações surgiram nos últimos anos para a “privatização” desse recurso natural. Com essa questão que envolve um recurso natural que está sob a superfície de quatro países soberanos, ressaltamos o papel importante das fronteiras para assuntos diversos.

Figura 15- Localização do Aquífero Guarani



Fonte: Da Rosa Filho, 2003

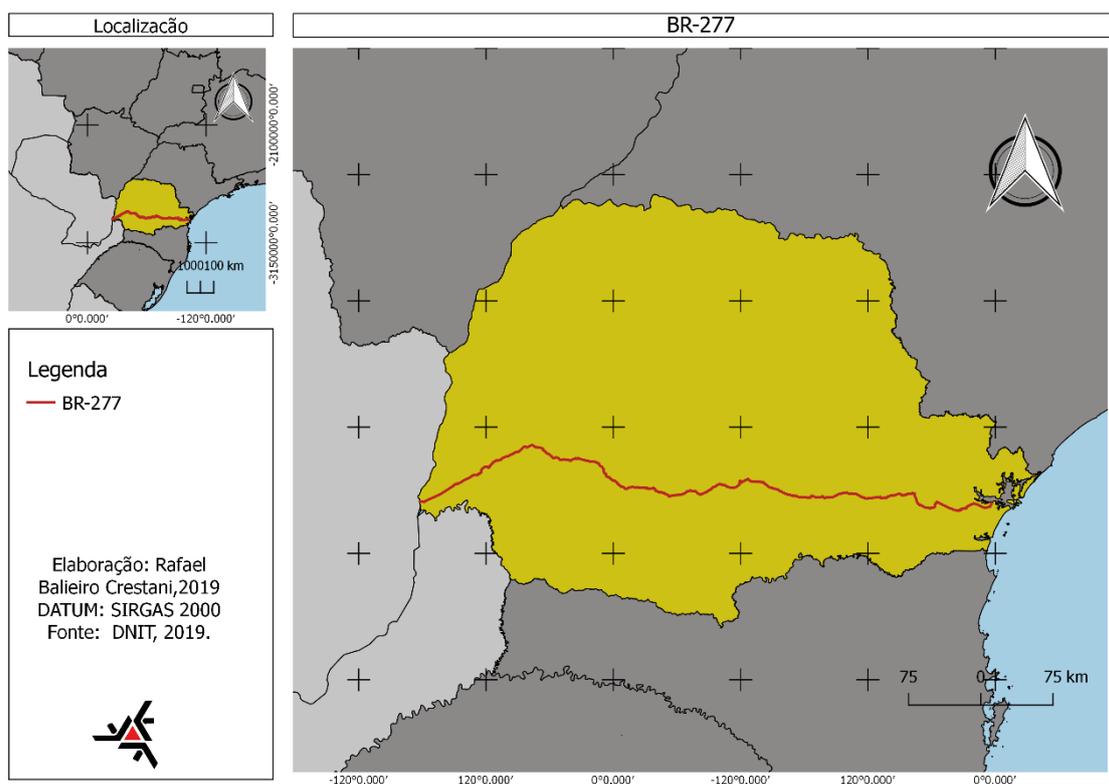
4.5. BR-277: símbolo do avanço modernizador.

Na década de 1960 e 1970, o Brasil continua empregando a política do avanço para o interior por meio da construção e pavimentação de vias de comunicação, principalmente de estradas de rodagem. Com o governo Juscelino Kubistchek, na década de 1950, o programa desenvolvimentista do país voltou-se para o exterior. Os capitais externos tiveram maior facilidade de adentrar ao

país e o governo percebeu na exportação de produtos primários uma oportunidade.

Dessa forma, novas áreas passaram a ser buscadas para a implementação da chamada agricultura moderna. A fronteira agrícola foi expandida em direção ao Norte e ao Oeste do país e áreas que já estavam ocupadas ou que estavam em processo de ocupação, como o Oeste Paranaense e o Norte do Paraná, passaram por transformações importantes, especialmente no campo. No Oeste do Paraná, uma das medidas do governo para alavancar a função econômica agrícola da área foi a pavimentação da BR-277, no trecho Guarapuava-Foz do Iguaçu, entre 1960 e 1969 (figura 16).

Figura 16- Trajeto da BR-277.



(Autor, 2019)

Nesse momento específico da industrialização do país, o Oeste do Paraná seria mais uma área a atender o programa desenvolvimentista/capitalista. O Estado se utilizou de discursos para a expansão das vias de comunicação e do povoamento em direção ao interior do país. Durante o século XX, boa parte das

ideias geopolíticas da integração nacional foram elaboradas por militares. Estes temiam a desnacionalização de áreas interioranas a partir de movimentos separatistas ou revisão de fronteiras por parte dos vizinhos sul-americanos. Durante o século XX, inúmeros geopolíticos militares realizaram propostas para a captura dessas áreas por meio do avanço da “civilização” e do povoamento. Criaram, dessa forma, um imaginário que associava a industrialização e a unificação nacional ao desenvolvimento. Era, nesse discurso, urgente que o Brasil se livrasse do atraso do subdesenvolvimento, impulsionando a industrialização (SANTOS, 1995, p. 101). As rodovias trariam a unificação tão desejada e, por meio delas, o desenvolvimento seria facilitado, já que o isolamento das regiões seria atenuado.

Um desses autores chegou a prever que o Brasil se tornaria uma potência no ano 2000 (MATTOS, 1975). O exército teve importante papel na expansão dessas vias, sendo inclusive o construtor de algumas delas, especialmente durante a Ditadura Militar (1964-1985), como exemplo a rodovia Cuiabá-Santarém.

O discurso do ‘medo’ fez sentido com a Guerra-Fria. Até mesmo possíveis ameaças soviéticas contra o Brasil foram colocadas em pauta. Explorar o interior, nesse sentido, seria muito mais que um ato patriótico, seria uma aventura comparada à corrida americana ao Oeste, um símbolo de superação do brasileiro, que enfrentaria a selva e os indígenas no objetivo de desenvolver o país e gerar renda. Dentre as várias ações que facilitariam essa empreitada, o Estado se encarregou de uma tarefa importante: a construção dos caminhos que levariam “o homem civilizado” às novas áreas de ocupação.

A BR-277, por sua vez, foi asfaltada no período 1960-1969 pelo exército por meio de Comissão Estratégica. Santos (1995, p. 109-114) apresenta por meio de relato de testemunhas que indígenas, inclusive crianças, foram utilizadas na obra. A estrada é um dos símbolos do avanço do capital no Extremo Oeste paranaense, mas sem promover uma distribuição satisfatória dos benefícios que esta trouxe (SANTOS, 1995, p. 114).

Além dos fatores geopolíticos internos, o asfaltamento da BR-277 também teve significação geopolítica externa. O Paraguai, como país que não possui

litoral, costumeiramente utilizava o Rio da Prata, cuja foz esteve por muito tempo sob o domínio argentino, para exportar suas mercadorias. O Brasil, com a construção e asfaltamento da BR-277 abre uma nova possibilidade para o Paraguai exportar e importar mercadorias pelo porto de Paranaguá. A faixa fronteiriça começa a se dinamizar em termos econômicos. Com a criação do Porto Franco paraguaio em Paranaguá, o Brasil atraiu ainda mais o país vizinho para sua órbita de influência, retirando o mesmo da órbita argentina, o principal rival brasileiro na ótica da geopolítica militar brasileira do século XX. Esses movimentos brasileiros estabeleceram as condições para acordos entre os dois países, que resultou na criação do Porto Franco paraguaio em Paranaguá e na assinatura do Tratado de Itaipu (1973) que permitiu o aproveitamento hidrelétrico do Rio Paraná e a construção da Usina Hidrelétrica Binacional de Itaipu.

Santos (1995, p. 138) elenca alguns motivos pelos quais o Paraguai preferiu o Brasil à Argentina: o fato de o Rio Paraguai, utilizado para navegação até a foz do Prata ser navegável apenas em três meses do ano e o fato da grande oneração dos produtos quando transferidos para navios de grande calado em Buenos Aires, atraíram o Paraguai para as facilidades oferecidas pelo Brasil.

Após a criação da área franca paraguaia no Porto de Paranaguá em 1956 e do asfaltamento da BR-277, terminado em 1969, “o trajeto que antes demorava duas semanas até o Porto de Buenos Aires poderia, agora, ser feito em apenas vinte horas para o porto brasileiro (SANTOS, 1995, p.139).

Se a construção da BR-277 na década de 1940 possibilitou que migrantes chegassem ao Oeste paranaense com maior facilidade a pavimentação dessa rodovia, na década de 1960 permitiu a dinamização da agricultura na área e o crescimento de polos urbanos como Cascavel e Foz do Iguaçu. Como a área foi dotada de infraestrutura moderna, tanto com a BR-277, como a construção da Usina Itaipu, possibilitou sua integração econômica ao espaço geográfico nacional.

No campo, logo a soja e a agricultura mecanizada ganhariam espaço, empurrando os agricultores familiares para os núcleos urbanos. Vários municípios foram criados nesse período. Santos (1995, p.163) tece crítica àqueles trabalhos que tratam da ocupação e da expansão da fronteira agrícola

como uma relação “natural e inevitável da atualidade”, como se fossem predestinadas, uma visão etapista da história (1995, p.163).

A mudança de estrutura agrária e dos tipos de cultivo atingiu, inclusive, o Paraguai, que antes exportava, sobretudo, madeira pelo Porto de Paranaguá, passando a exportar, paulatinamente, após a década de 1970, soja, assim como o oeste paranaense. A construção da Usina de Itaipu exerceu, por sua vez, grande influência na área, modificando bruscamente a realidade de Foz de Iguaçu, deixando marcas até o presente no seu espaço urbano (THAUMATURGO, p. 2012)

O papel que o asfaltamento da BR-277 teve foi importante para a dinamização da agricultura na área e dos polos urbanos, como Cascavel, encruzilhada de estradas no oeste do Paraná, e Foz do Iguaçu. Em pouco tempo, o Oeste se tornou em um dos polos agrícolas do estado. Nesse sentido, podemos notar o crescimento populacional (Tabela 2) que a região Oeste do Paraná obteve no período, especialmente entre 1950 e 1970.

Tabela 3- População e Taxas de Crescimento Populacional Anuais 1940-2000- Oeste do Paraná

Ano	População Total	Taxa de crescimento anual no período (%)
1940	7645	*
1950	16421	7,94
1960	135697	23,51
1970	768271	18,93
1980	1009432	2,76
1991	1047990	0,34
2000	1164200	1,18

Fonte: Rippel, 2005

Dessa forma, reforçamos a importância de compreender as modificações que se deram na área de estudo e como Foz do Iguaçu, com a ligação ao litoral pela BR-277 e com a construção da Usina Hidrelétrica de Itaipu, tornou-se um centro considerável na hierarquia urbana paranaense, exercendo importante papel estratégico para o Estado brasileiro no âmbito sul-americano.

4.6. A Usina Hidrelétrica de Itaipu

Desde a década de 1930, o governo brasileiro buscou incentivar a indústria nacional, fomentando o processo de substituição de importações e investindo dinheiro público em obras de infraestrutura. Esse processo, que se iniciou com Vargas no poder, persistiu até o período da Ditadura Militar (1964-1985). No embalo do processo de abertura econômica, de industrialização, centrado principalmente na região Sudeste e no período de grande crescimento econômico que ficou conhecido como “Milagre Econômico”, o governo brasileiro resolveu agir com relação à dependência energética que o país possuía, o que o fazia importar petróleo e, por vezes, enfrentar problemas com os altos preços do combustível fóssil decorrentes das crises internacionais do produto. Nesse sentido, o governo investiu na construção de usinas hidrelétricas que possibilitariam maior segurança energética para o Brasil e seu crescente parque industrial. Mesmo com os problemas decorrentes da crise do Petróleo de 1973, o governo brasileiro continuou realizando intensos investimentos estatais tentando manter os altos índices de crescimento econômico que foram alcançados no período do “Milagre”.

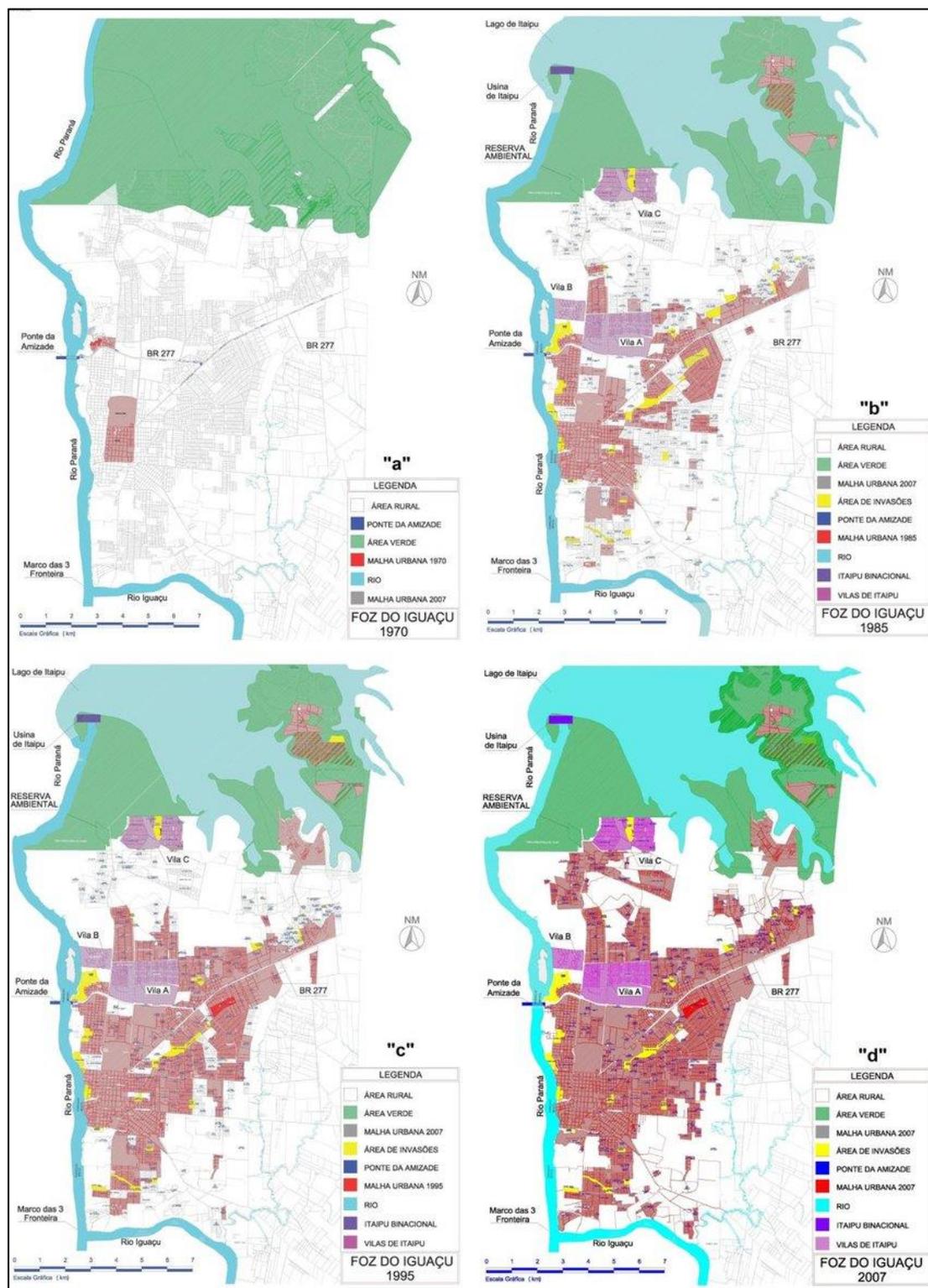
No dia 26 de abril de 1973 foi assinado o Tratado de Itaipu que possibilitou o aproveitamento energético das águas do Rio Paraná de forma conjunta entre Paraguai e Brasil. Muito mais do que uma ação em busca da independência energética, esta foi uma ação geopolítica que atraiu o Paraguai em direção à órbita diplomática do Brasil e o afastou da Argentina. Além disso, a questão fronteiriça com o Paraguai, que ainda não estava totalmente resolvida, acabou indo por água abaixo no imenso reservatório construído para a Usina, que acabou alagando a área de fronteira que fora contestada.

Em 2 de Maio de 1975 iniciou-se a construção da Usina Hidrelétrica de Itaipu, transformando a dinâmica existente em Foz do Iguaçu e em toda a região Oeste do Paraná. Até a década de 1970, Foz do Iguaçu era uma localidade não muito conhecida no país. Conte (2012, p.74) ressalta que até a década de 1970, pequenos núcleos urbanos eram presentes na região. Não havia grandes relações entre estes e a maior centralidade urbana se dava em Cascavel. Com o advento da construção da Usina, Foz Iguaçu ganha um valor diferente do anterior. Muitos trabalhadores se deslocam para o município em busca de

trabalho na construção da Usina e diversos equipamentos e materiais passam a ser demandados pela cidade, estabelecendo relações entre as localidades próximas e com Cascavel. A grande migração ocasionou problemas, já que a cidade não estava preparada para atender a grande demanda educacional, hospitalar, de segurança e outros que se tornou necessária com a chegada dos trabalhadores.

A própria Itaipu contribuiu para a modificação da estrutura interna da cidade, com a construção de três vilas (figura 17) para trabalhadores que, em 1980, 5 anos após o início da construção da Usina, abrigavam cerca de 35.000 pessoas.

Figura 17-Evolução da malha urbana de Foz do Iguaçu



Fonte: Thaumaturgo, Simões e Trannin, 2013

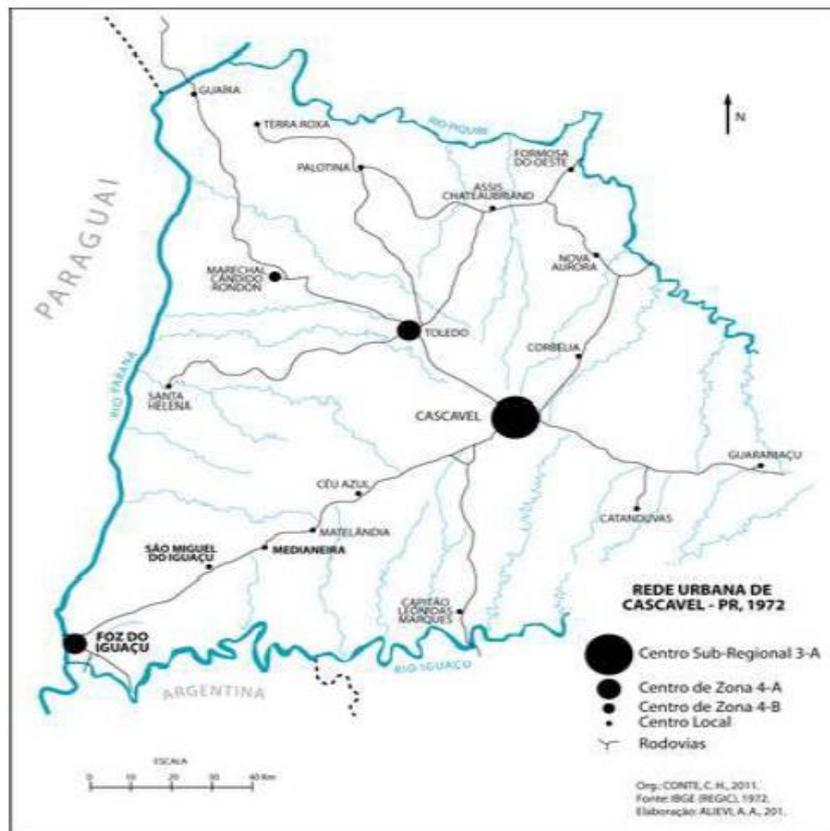
Além das vilas, uma escola, um hospital e dois clubes sociais esportivos foram construídos para atender os trabalhadores da usina (CONTE, 2012, p.92-94). Além das transformações ocorridas na dinâmica urbana de Foz do Iguaçu, também ocorreram mudanças significativas na zona rural, já que parte do município foi alagada em decorrência da construção do reservatório da usina de Itaipu. Foram 149,10 km² de terras inundadas. (CONTE, 2012, p.100). Em comparação com o tamanho atual do município (617,7 km²), foram alagadas 24,1% de sua área.

Após a construção da Usina, diversos trabalhadores foram dispensados, ficando sem meios de sustentar sua família na cidade. Muitos destes voltaram para seus locais de origem ou procuraram novos empregos em outras localidades do país. Entretanto, outros continuaram na cidade. Catta (2009, p. 201-202 *apud* CONTE, 2012, p. 104) salienta que esses trabalhadores foram morar na periferia de Foz do Iguaçu, muitas vezes em favelas, devido ao baixo preço dos aluguéis. Muitos destes se dedicaram ao trabalho informal, trabalhando como sacoleiros ou laranjas, trazendo produtos diversos do Paraguai para o Brasil.

4.7. Evolução da rede de cidades

Com a construção da Usina Hidrelétrica de Itaipu e todas as modificações que esta trouxe, a rede de cidades da Região Oeste do Paraná enfrentou modificações. Como dissemos, antes da década de 1970, Foz do Iguaçu era um centro local sem grande importância na rede de cidades e desconhecida nos grandes centros do país, mesmo sendo considerada um centro de zona, como pode ser visto na imagem abaixo (figura 18), produto realizado por Conte (2014) baseado um estudo realizado pelo IBGE na década de 1960 e publicado em 1972.

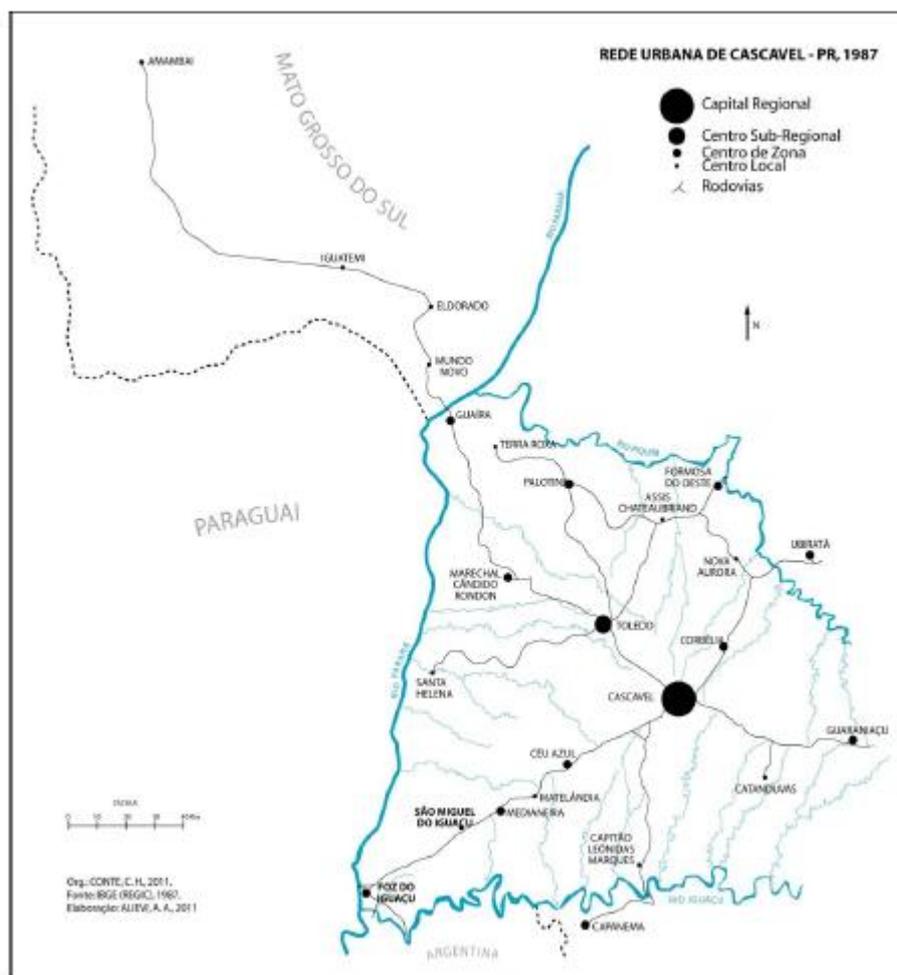
Figura 18-Rede urbana de Cascavel em 1972



Fonte: Conte, 2014

A partir da construção da Usina de Itaipu e o deslocamento de pessoas e serviços para a cidade, esta passa a exercer outros papéis, oferecendo serviços mais complexos, chegando a atender os municípios próximos. De acordo com o estudo realizado por Conte (2012; 2014), após o início das obras de construção da Usina Hidrelétrica de Itaipu, modificações passam a ser visíveis na rede de cidades da região Oeste do Paraná. Cascavel adquire maior importância na hierarquia de cidades devido ao papel de distribuidora que passa a exercer com a construção da Usina, já que era o centro com maior peso na hierarquia de cidades da região na época, como pode ser visto na figura abaixo (figura 19), fruto de um estudo realizado pelo IBGE no final da década de 1970 e publicado na década de 1980.

Figura 19- Rede urbana de Cascavel em 1987



Fonte: Conte, 2014

Com a chegada de trabalhadores e serviços para a cidade de Foz do Iguaçu, esta passa a exercer papel mais importante na rede de cidades, estabelecendo sua própria rede de influência, englobando os municípios próximos e que antes estavam mais ligados a Cascavel. Isso fica nítido no estudo realizado pelo IBGE no final da década de 1980 e publicado em 1993 (figura 20), o qual mostra Foz do Iguaçu já como um centro Sub-regional. Com as novas necessidades impostas pela construção da Usina e por todas as consequências que a obra implicou, a cidade precisou se aparelhar em termos de infraestrutura e serviços, passando também a atender os municípios próximos.

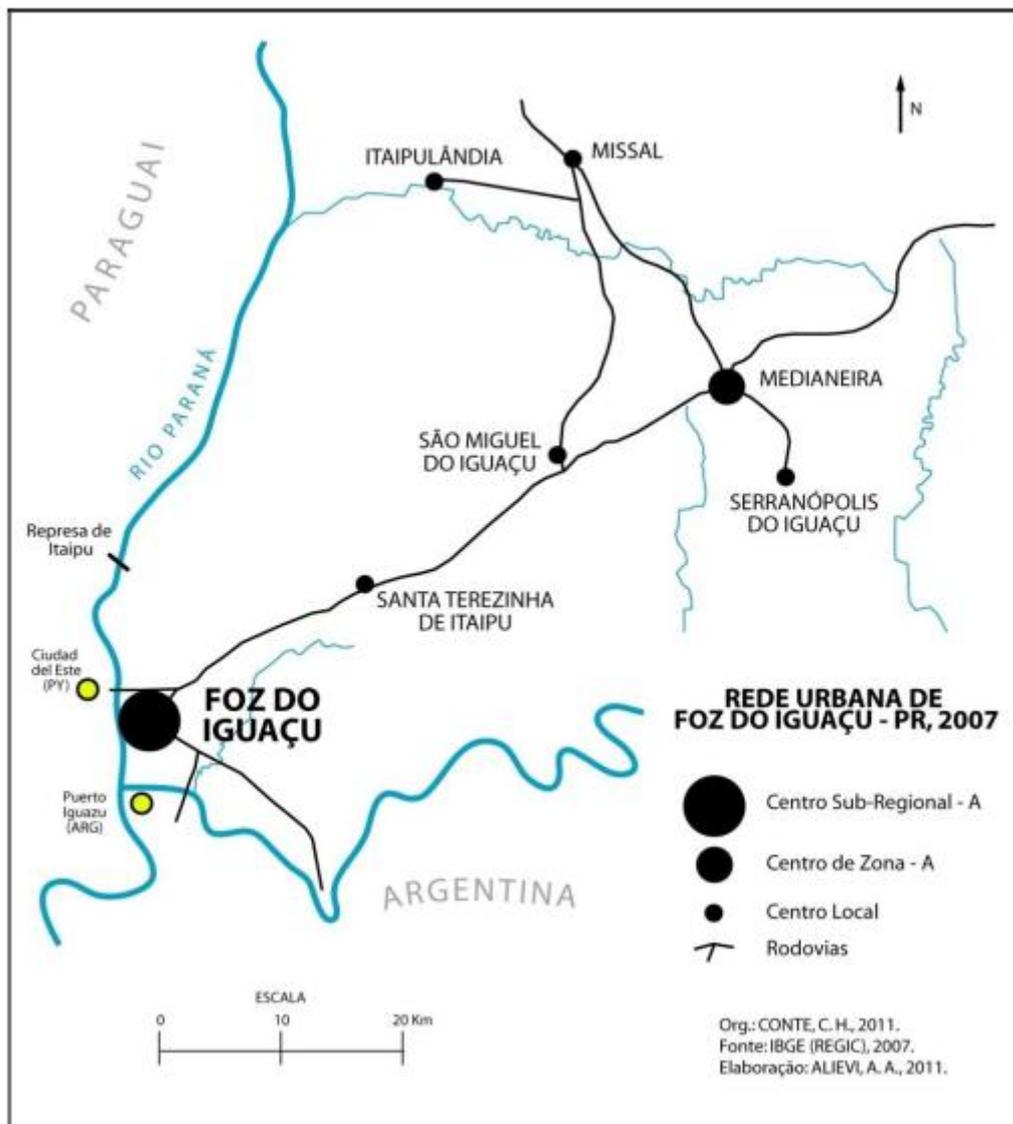
Figura 20- Rede urbana de Foz do Iguaçu em 1993



Fonte: Conte, 2014

Num estudo mais recente do IBGE, denominado Regic (Região de influência das cidades) de 2007, Foz do Iguaçu já aparecia como um Centro Sub-regional A (figura 21), embora tenha “perdido” 6 cidades sob sua influência para Cascavel. Conte (2014) explica que apesar da complexidade de serviços oferecidos em Foz do Iguaçu, sua localização no extremo Oeste paranaense e o baixo número de municípios sob sua influência, contribui para que sua dinâmica na rede urbana regional seja limitada.

Figura 21- Rede urbana de Foz do Iguaçu em 2007



Fonte: Conte, 2014

5. A PRODUÇÃO DO ESPAÇO REGIONAL

5.1. A situação geográfica

Buscando analisar a produção contínua do Espaço Geográfico Regional da área de estudo, utilizamos do conceito de situação geográfica (SILVEIRA, 1999) para compreender a evolução das transformações ocorridas no Oeste paranaense desde o processo de ocupação branca até os dias atuais. Buscamos nos debruçar sobre a área de estudo a partir de uma visão de síntese e processual, que considera os eventos mais importantes que se deram na área de estudo para caracterizá-la atualmente, enxergando as modificações como um processo. Para Silveira (1999, p. 25)

A situação é um resultado do impacto de um feixe de eventos sobre um lugar e contém existências materiais e organizacionais. Inovações técnicas e novas ações de empresas de força diversa, dos vários segmentos do Estado, de grupos e corporações difundem-se num pedaço do planeta, modificando o dinamismo preexistente.

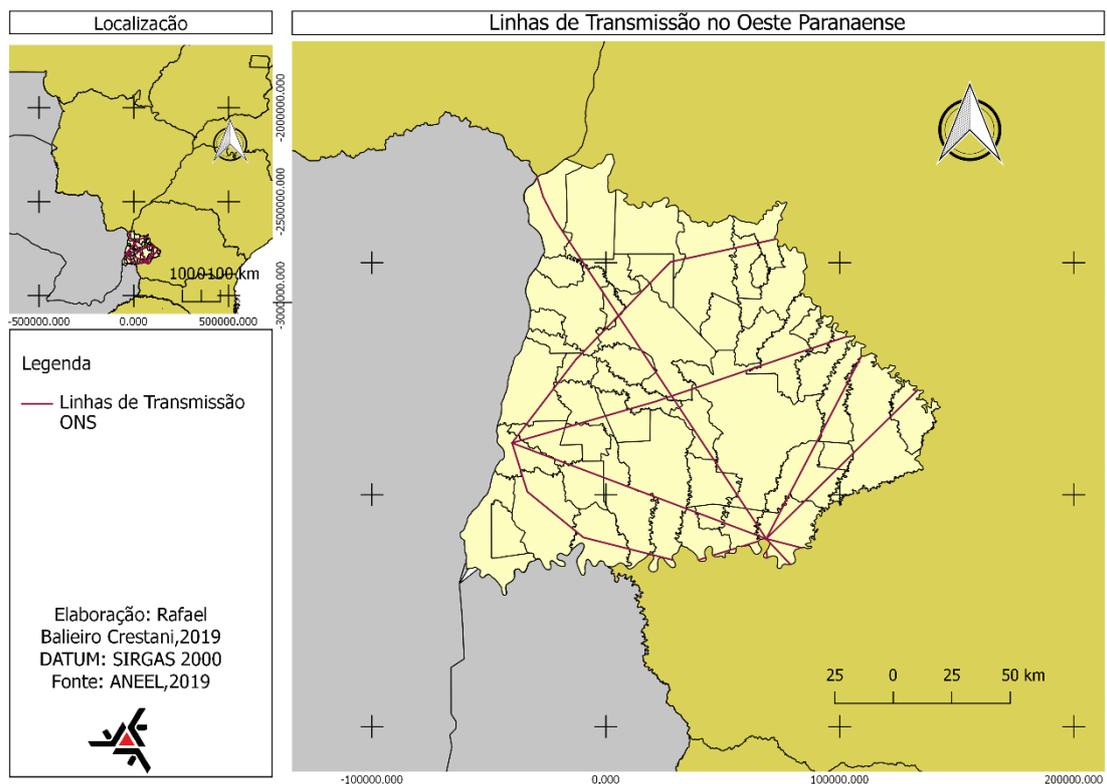
Com o avanço dos sistemas técnicos e das ações de diversos agentes para vários pontos do planeta, o mundo se tornou interconectado, guiado por um ritmo único que tem no lucro o objetivo principal de boa parte das ações empreendidas. No Oeste paranaense, isso não se deu de forma diferente, embora cada lugar seja singular, devido aos acontecimentos específicos que marcam sua história. Em outras palavras, os lugares são guiados por um ritmo único, mas não são homogêneos. Cada lugar possui sua singularidade. Esses acontecimentos específicos que marcaram a história do Oeste paranaense são os eventos que se deram nesse lugar e que convergiram para que a situação atual, essa cristalização momentânea, seja como está atualmente. Entretanto, é importante lembrar que esse movimento não é finito. Nossa análise é sobre uma cristalização momentânea, uma pequena parte do ininterrupto processo de totalização, uma situação de momento que cambiará rapidamente e seguirá cambiando.

Antes da ocupação branca, já havia povos originários na região que possuíam sua própria lógica organizacional do espaço e seu próprio tempo de ação. Esses povos originários, expulsos ou mortos pela colonização estimulada pelo Estado brasileiro que, em meados do século XX, levou grandes

contingentes populacionais à região, foram desterritorializados e com eles sua lógica de ocupação do espaço e de utilização dos recursos naturais. Quando a população branca chegou ao Oeste paranaense através das colonizadoras, uma lógica capitalista guiada por várias agentes, mas principalmente pelo Estado brasileiro, é colocada em prática. Como já vimos anteriormente, a necessidade de expansão da fronteira agrícola estipulada pelo Estado brasileiro e da ocupação branca para o interior do país, visando proteger áreas fronteiriças, criar mercados consumidores que fossem atendidos pela crescente região industrial, centrado na região Sudeste, fez com que a dinâmica do Oeste paranaense e de outras regiões do Brasil se modificasse. Primeiro com o deslocamento de produtores rurais oriundos do Rio Grande do Sul e de Santa Catarina, em sua maioria, com o objetivo de produzir alimentos em médias e pequenas propriedades. Posteriormente, com o avanço da modernização da agricultura, gerando o deslocamento desses pequenos produtores e suas famílias para áreas de novas frentes agrícolas no Brasil ou para os crescentes centros urbanos da região, como Cascavel, Toledo e Foz do Iguaçu. Além disso, observou-se modificações na estrutura agrária da região e nas técnicas demandadas para o atendimento das novas necessidades como, por exemplo, a necessidade de energia elétrica (figura 22), não só para a região em si, mas para o país, de forma geral, que se industrializava cada vez mais.

É importante salientar que a técnica trazida pelo homem branco e sua lógica organizacional do espaço não foi superior à lógica organizacional que foi levada a cabo pelos povos originários que estavam no Oeste paranaense anteriormente à colonização. Se trata apenas de lógicas organizacionais distintas, ainda que a lógica empreendida pelo o homem branco durante a colonização tenha sido predatória do ponto de vista ambiental.

Figura 22- Linhas de transmissão de energia elétrica no Oeste Paranaense



Autor, 2019

5.2. O espaço geográfico: do natural ao meio técnico ou técnico-científico-informacional

As infraestruturas tiveram um papel importantíssimo no desenvolvimento do interior do Brasil. As obras de transportes e comunicação desenvolvidas na Era Vargas (1930-1945) e no Período Militar (1964-1985) possibilitaram a integração de diversas áreas do país com os principais centros de tomada de decisão e abriram esses locais à economia globalizada, principalmente por meio do agronegócio. Milton Santos, geógrafo brasileiro de extensa obra, defendia que o espaço é formado por um conjunto indissociável de objetos e ações (SANTOS, 2017, p.100). Estes, em uma relação dialética, seriam interdependentes.

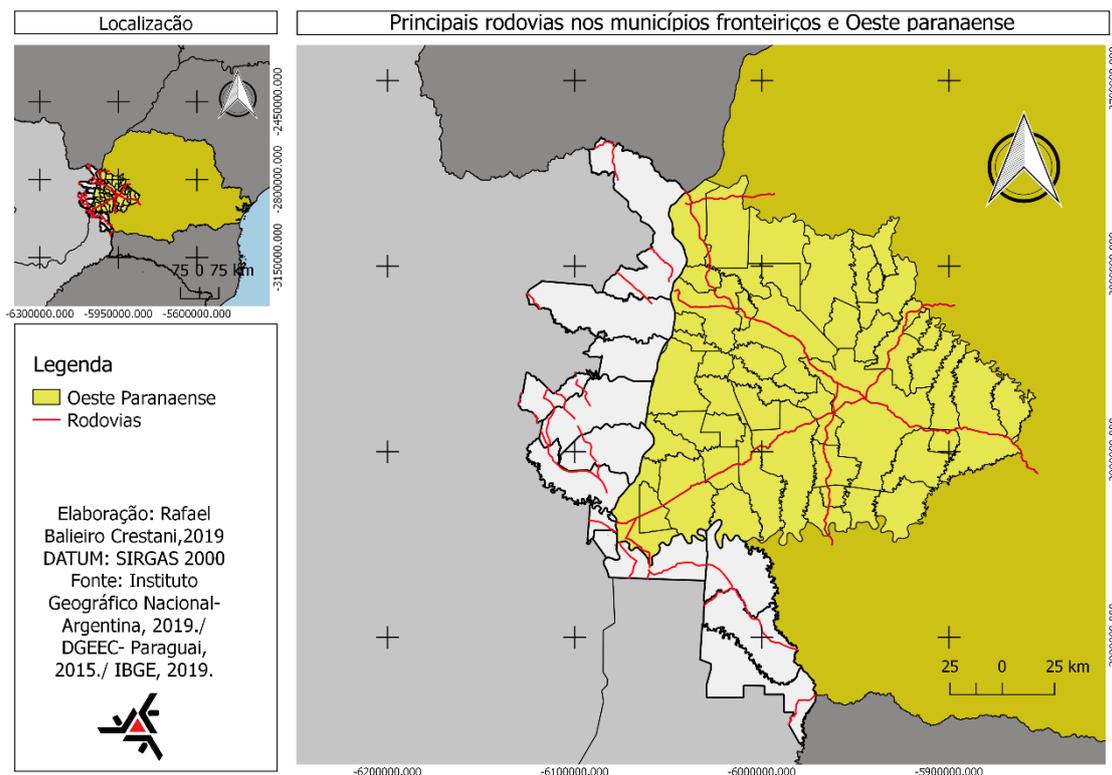
Os objetos técnicos só existem no mundo através das ações empreendidas por atores inúmeros. Por sua vez, as ações, se dariam por meio dos objetos. Santos confere importância especial às técnicas elaboradas e utilizadas no espaço em diferentes momentos históricos. Sendo assim, no

entendimento de Santos (2017) a elaboração da técnica pelo homem seria a principal forma de relação entre este e o meio.

Elaborando e utilizando a técnica, o homem poderia exercer forte influência sobre o meio. Ora, as ações empreendidas através dos objetos inseridos no meio seriam acompanhadas, por sua vez, por um discurso. Esse discurso, cada vez mais necessário, devido à evolução dos sistemas técnicos, viria como uma forma de justificar as ações empreendidas perante os demais. É importante ressaltar que nem sempre esse discurso seria verdadeiro e coerente com as ações. Santos argumenta que os objetos técnicos não são distribuídos uniformemente no espaço, de modo homogêneo. “A inserção seria desigual, na história, no território, no tempo e no espaço” (SANTOS, 2017, p.39). No Oeste, isto é perceptível através de diversos equipamentos técnicos, desde os mais simples até o mais complexo, como a disseminação de vias de transporte (figura 23), não só no Oeste paranaense, mas na faixa de fronteira, de modo geral.

A distribuição desigual de caminhos e estradas por essa região, contribuiu para que algumas localidades apresentassem maior relevância do ponto de vista urbano, populacional e econômico do que outras, como foi o caso de Cascavel, que se constituiu como um ponto de entroncamento rodoviário, o que contribuiu sobremaneira para que esta localidade se tornasse o principal centro urbano do Oeste paranaense.

Figura 23- Principais rodovias nos municípios fronteiriços e Oeste paranaense



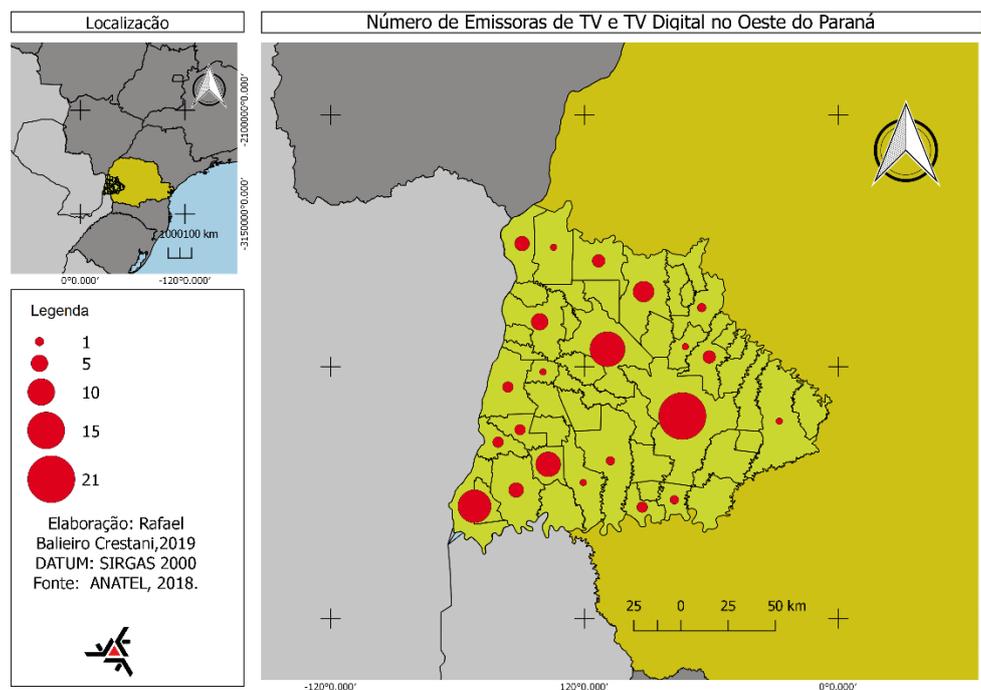
Autor, 2019

Esse sistema de objetos, tratado anteriormente, por sua vez, sendo indissociável do sistema de ações, também expressariam intencionalidades, as quais muitas vezes não estariam associadas ao discurso, pelo menos não do discurso passado às massas. Pela técnica, também poderíamos apreender a história. “A técnica é tempo congelado e revela uma história” (SANTOS, 2017, p. 48). O discurso geopolítico militar, por exemplo, atravessou boa parte do século XX defendendo aspectos que seriam de extrema importância para a segurança nacional: a integração nacional, a centralização territorial da capital federal, a equipotência entre os entes federativos, a proteção das fronteiras, a melhor distribuição populacional etc.

Através desse discurso, ações foram empreendidas, técnicas foram construídas, intencionalidades buscadas e o espaço foi fortemente modificado. A preocupação com a fronteira terrestre brasileira esteve fortemente ligada a essas teorias. A preocupação governamental quanto a esses temas também envolveu temores de perda de soberania para os vizinhos sul-americanos, especialmente à Argentina. Dessa forma, o espaço, o “novo espaço” formado nesses locais,

novos e abertos à nova economia, eram fruto de uma intencionalidade anterior e de um discurso já constituído. Santos (2017, p.175) alertava que “a técnica nunca é oferecida só e jamais funciona isoladamente”. Quando estradas de rodagem foram construídas, por exemplo, estas foram passadas com o discurso de uma integração territorial e do progresso, mas que integravam essas áreas ao mercado internacional. Logo essas áreas foram associadas ao agronegócio. Santos (2017) argumenta que os objetos técnicos ainda são irregulares, do ponto de vista de sua distribuição sobre o espaço, mas, ao contrário do passado, estes são, atualmente, mundiais. Isso se deve à fluidez do território atualmente. Essa fluidez pode ser notada pela facilidade na transmissão de informações e no transporte de mercadorias e pessoas. No Oeste paranaense, a facilidade de comunicação (figura 24) permitiu com que essa região se conectasse com as demais do país e do mundo. Primeiro com o rádio, depois com a televisão e, por fim, com a popularização da Internet. Além, é claro, do avanço das rodovias que conectaram a área com as demais localidades do estado e do país. A demanda populacional criada na área permitiu que outros aparatos técnicos de massa pudessem se expandir, como as emissoras de TV.

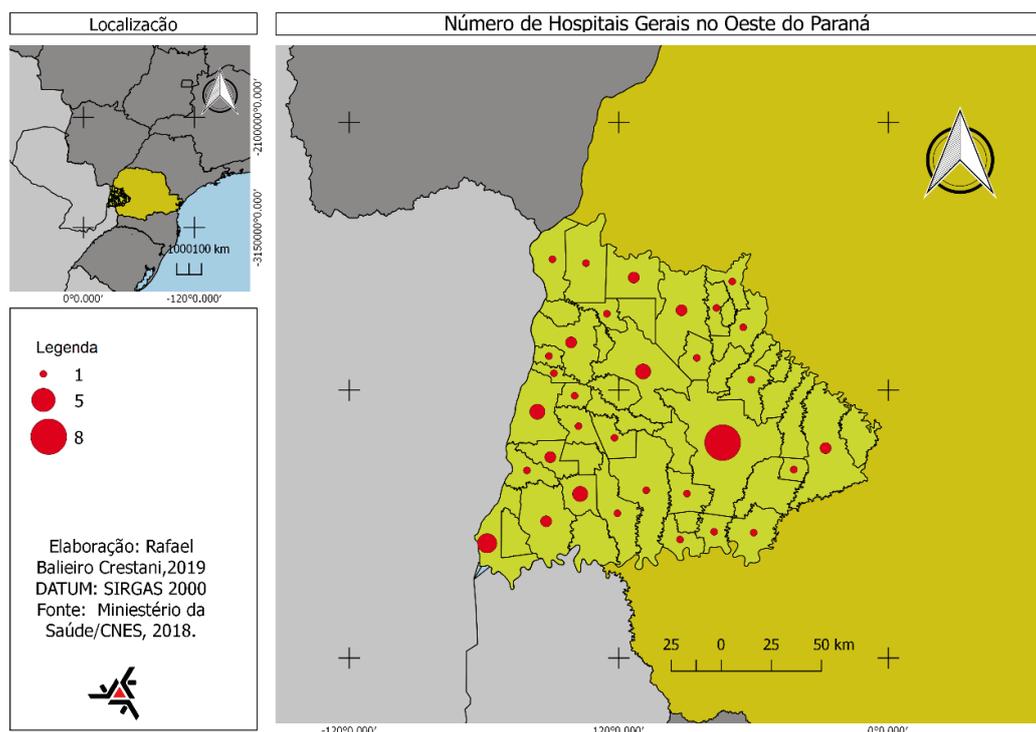
Figura 24- Número de emissoras de TV e TV Digital no Oeste do Paraná



Autor, 2019

Quando os povos originários são expulsos ou mortos no Oeste paranaense, em decorrência do início da colonização branca da área, o meio, antes natural, passa a se tecnificar para atender às demandas impostas pela colonização e pela lógica capitalista. Num primeiro momento, com a ocupação rural familiar, a mata é derrubada com o auxílio de machados e outras ferramentas que eram desconhecidas ou pelo menos não utilizadas pelos originários que antes habitavam o local. Ferramentas como a enxada auxiliaram os pequenos produtores no plantio de alimentos, dentre inúmeras outras técnicas que já eram utilizadas no Rio Grande do Sul e em Santa Catarina pela maioria dos colonos que se deslocaram para o Oeste paranaense. Estradas foram construídas para ligar a região aos principais centros do estado e do país. Os núcleos urbanos começaram a ser fundados e a se desenvolver, buscando atender as demandas do meio rural, da mesma forma que o meio rural buscou atender a demanda urbana, principalmente de alimentos. Com a população crescente na região, tanto no meio rural como urbano, necessidades básicas foram requeridas como, por exemplo, hospitais (figura 25). É importante ressaltar que, mesmo dentro da região Oeste paranaense, o desenvolvimento e o processo de ocupação não foi homogêneo, com algumas localidades apresentando colonização distinta. As transformações que ocorreram em municípios como Cascavel e Foz do Iguaçu, por exemplo, foram diferentes das que ocorreram em outros municípios, como Guaíra. Cascavel, por exemplo, como já foi lembrado, teve seu desenvolvimento muito mais ligado ao seu papel de ponto de entroncamento rodoviário do que à colonização rural.

Figura 25-Número de Hospitais Gerais no Oeste do Paraná



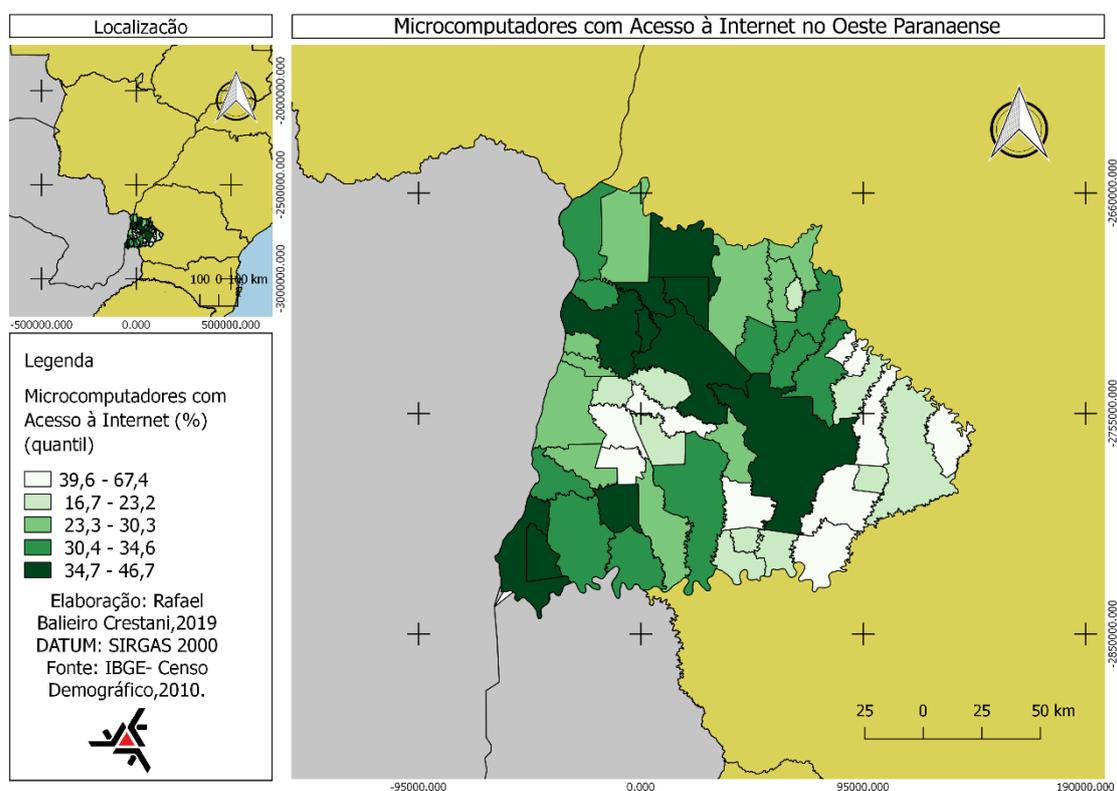
Autor, 2019

Com a modernização da agricultura, a “necessidade” do plantio de *commodities* motivada pelo Estado brasileiro e pelas condições internacionais na década de 1970, novas técnicas, ainda mais avançadas, chegaram ao Oeste do Paraná. O campo e a cidade se informatizaram com o passar do tempo e a produção rural, que antes era de caráter familiar, passa a buscar o lucro e a produção em massa de *commodities*, como a soja. Esses eventos são apenas alguns que conferiram modificações no processo de totalização que diz respeito ao Oeste paranaense.

O Oeste paranaense, mais especificamente as áreas atingidas diretamente pelas obras de integração, por meio de estradas de rodagem, possuíam um determinado “tempo” anteriormente à instalação dessas infraestruturas. Ou seja, a percepção do tempo nessas áreas era diferente. Com a chegada da inovação modernizadora nessa região, um novo ritmo passou a ser percebido, mais veloz e dinâmico do que o anterior. A rede de transportes possibilitou que os lugares se comunicassem e se especializassem em funções inúmeras, ao sabor das demandas globais. Os meios de comunicação tornaram as informações mais instantâneas, mesmo para o cidadão médio, que passou,

gradativamente a ter acesso à eletrodomésticos e eletrônicos que possibilitaram a sua inserção na rede mundial de computadores, como podemos ver abaixo (figura 26). Esse acesso à produtos também foi desigual dentro da região analisada. Algumas localidades apresentam maior densidade técnica, o que geralmente proporciona mais empregos e maior acesso à produtos de uso pessoal, como os computadores. Localidades com Cascavel, Toledo e Foz do Iguaçu, por exemplo, apresentaram maiores valores de porcentagem referente a microcomputadores com acesso à internet.

Figura 26-Microcomputadores com acesso à internet no Oeste Paranaense



Autor, 2019

5.3. O espaço geográfico como fator de evolução social

Santos (2014) defende que o espaço geográfico é um fator de evolução social, uma instância da sociedade que recebe influência das demais instâncias, assim como também as influenciam. O espaço seria uma totalidade em evolução permanente, sendo modificado constantemente, estabelecendo relações entre

seus “subsistemas”. Esses subsistemas seriam os elementos constituintes do espaço: os homens, as firmas, o meio ecológico, as infraestruturas, etc. (SANTOS, 2014, p.16). Esses elementos que também evoluíram constantemente, estabelecendo relações inúmeras, generalizadas entre si e não apenas bilaterais.

O valor dos elementos constituintes do espaço cambiaria conforme o tempo. Esses elementos são variáveis e sua importância qualitativa e quantitativa mudam conforme o tempo histórico ou o lugar no espaço. Esse valor variável dado aos elementos também seria modificado com relação aos demais. Os lugares são diferentes justamente porque o valor dado a seus elementos geográficos também são distintos com relação ao tempo histórico.

Apesar da discussão dos elementos constituintes do espaço, lembremos que os elementos estão, obviamente, intrinsicamente ligados ao todo e uma evolução constatada em um dos elementos tem reflexo na evolução do todo. A evolução da particularidade afeta o todo e a evolução do todo também é a evolução da particularidade.

Assim, estaríamos no período técnico-científico-informacional, caracterizado pelas grandes corporações, grandes indústrias, a necessidade constante de pesquisa e inovação no setor produtivo. Santos (2014) salienta que nesse período, todos os espaços seriam alcançados pela modernização, que é constante. No período técnico-científico-informacional, as necessidades são rapidamente atendidas por novas atividades que, por sua vez, criam novas necessidades e, assim, sucessivamente. Apesar da facilidade de propagação das inovações em razão do avanço dos meios de transportes e comunicação, alguns lugares recebem as modernizações em períodos de tempos distintos. A propagação da inovação não é homogênea. Isso acaba diferenciando países, regiões e localidades, como foi possível perceber em alguns mapas anteriores, com as localidades de Cascavel, Foz do Iguaçu e Toledo apresentando maiores números de objetos técnicos do que as demais localidades do Oeste paranaense. Os lugares que recebem as inovações primeiro, acabam, de certa forma, estabelecendo uma hierarquia em comparação com os lugares que recebem a inovação posteriormente.

Isso ainda possibilita que esses lugares privilegiados recebam as futuras inovações com maior facilidade. Dessa forma, a técnica é o grande fator das disparidades regionais, pois alguns lugares são “especializados” do ponto de vista da técnica e outras não. Isso gera diversas transformações. Santos (2014, p. 62) defende que os capitais (bancário, industrial, fundiário e mercantil), no meio científico-técnico, estejam mais propensos à união e que com a facilidade dos meios de transportes e comunicação, esse possa ser investido distante de seu ponto de origem. Isso geraria demandas novas sobre a população local que, não conseguindo responder às novas necessidades profissionais do ponto de vista técnica, seriam substituídos por profissionais capacitados oriundos de outros lugares, constituindo uma dinâmica migratória, tal qual a se sentiu no Oeste paranaense quando a modernização da agricultura começou a ocorrer.

Para compreender esse tipo de transformações em um lugar determinado, Santos (2014, p. 50) sugere que se faça uma análise espaciotemporal. Para ele, o espaço seria um “subproduto do tempo”, resultados de mudanças na sociedade que ocorreriam devido a novas necessidades. Como foi dito anteriormente, o espaço deve ser visto como constante totalização. Assim sendo, seria preciso fragmentar essa totalização para poder analisar suas categorias e reconstruir o todo para explicá-lo. Dessa forma, são sugeridas análises das categorias do método geográfico: função, forma, estrutura e processo. Para Santos (2014, p. 69):

Forma é o aspecto visível de uma coisa. Refere-se, ademais, ao arranjo ordenado de objetos, a um padrão. Função, de acordo com o dicionário Webster, sugere uma tarefa ou atividade esperada de uma forma, pessoa, instituição ou coisa. Estrutura implica a inter-relação de todas as partes de um todo; o modo de organização ou construção. Processo pode ser definido como uma ação contínua desenvolvendo-se em direção a um resultado qualquer, implicando conceitos de tempo (continuidade) e mudança.

A partir do entendimento dessas categorias, seria preciso analisá-las conjuntamente, em interação generalizada, sob a luz da história, para compreender a totalidade presente. Lembrando, mais uma vez, que o espaço, totalização, está em transformação contínua. A análise histórica seria importante do ponto de vista de todas as variáveis. A forma, por exemplo, implantada em uma determinada época, com uma estrutura correspondente característica

desse período e uma função específica, seria afetada pelo processo, pelas modificações através do tempo. Essa forma poderia ficar ultrapassada através do tempo e, assim, assumir novas funções no âmbito de uma estrutura diferente, em constante modificação. A forma é uma categoria importante para entendermos do que Santos (2014) quis dizer com “rugosidades espaciais”.

5.4. O campo como porta de entrada das inovações

Como as técnicas nem sempre podem ser substituídas, tanto devido ao seu custo quanto ao seu tamanho, estas acabam se adaptando às novas necessidades. Quanto mais envelhecido, mais difícil é sua utilização pelos atores hegemônicos, sendo utilizadas pelos atores não-hegemônicos e constituindo uma espécie de entrave à modernização e à modernidade. Essas rugosidades, que são objetos técnicos envelhecidos, cuja função original deixou de existir, correspondem ao prático-inerte de Sartre, ou seja, os objetos que contém o trabalho da sociedade e que se tornam imediatamente um condicionador da ação, autorizando-a ou dificultando-a. É por esse motivo que o campo é mais suscetível à transformação moderna do que a cidade. No campo, como não há esses tipos de objetos orgânicos, é mais fácil substituir os constituintes da lógica anterior por uma outra lógica.

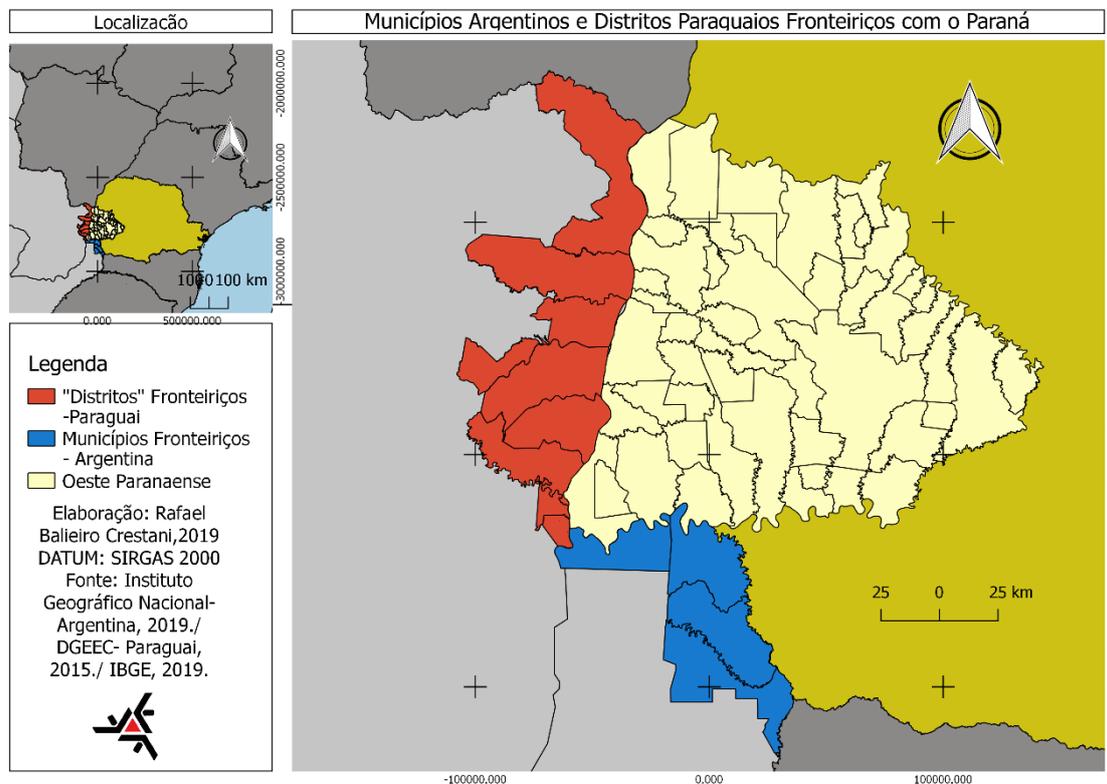
No meio urbano, o prático-inerte age e entrava essa ação, pois os objetos técnicos do passado não podem exercer as novas funções com perfeição. “As técnicas, de um lado, dão-nos a possibilidade de empiricização do tempo e, de outro, a possibilidade de uma qualificação precisa da materialidade sobre a qual as sociedades humanas trabalham” (SANTOS, 2013, p.39). A evolução dos transportes e das comunicações foram fatores para a disseminação das informações e das mercadorias com facilidade. Os lugares do mandar estão conectados com os lugares do fazer quase que instantaneamente. E essa relação nos abre a possibilidade de a análise escalar. Os primeiros, sedentos de inovação, ciência, tecnologia e informação conseguem transmitir suas inovações aos demais lugares, graças à facilidade de transmissão de informações. Quanto maior a facilidade de fluidez, maior o poder de hierarquização. Os locais do fazer, dessa forma, são subalternos. Possuem um tempo que é subalterno, pois não

dispõem de meios técnicos e da tecnologia presente nos espaços do mandar. Haveria, portanto, “um tempo mundial hegemônico e outros subalternos” (SANTOS, 2013, p.43). No Oeste paranaense, os aparatos técnicos, ainda que concentrados, permitem que as informações cheguem de diversos pontos do país e, por outro lado, fazem com que as informações do Oeste Paranaense também cheguem a pontos que antes da colonização eram isolados da região.

Os novos objetos técnicos influíram para o estabelecimento de novas ações e estas ações, por sua vez, contribuiriam para o aperfeiçoamento e o surgimento de novas técnicas. Com o avanço dos meios de comunicação e transporte e a facilidade de transmissão de fluxos no espaço, ocorreu a predominância de um único sistema técnico no mundo (SANTOS, 2014, p.46-7). Dessa unicidade, veio a hierarquização, como já explanado. Cada local, revestido por suas particularidades possui um papel a desempenhar.

Além dos objetos técnicos, as relações sociais de cada local com a técnica contribuem para o entendimento das especificidades, ou, em outros termos, das singularidades espaciais. Essa relação de diversas variáveis que confere particularidade a cada lugar é que chamamos de estrutura (SANTOS, 2013, p. 60). Uma vez instalada, a produção moderna ao fazer uso de técnicas, vai demandar cada vez mais técnica. A técnica gera a necessidade de novas técnicas e de um aperfeiçoamento constante. Até mesmo o Estado tem um papel importante nesse movimento, uma vez que este regula as normas que possibilitam maiores facilidades para a produção e também é o responsável por grandiosas obras que possibilitam a fluidez. “O Estado é chamado a adequar o meio ambiente construído para possibilitar a ação global das forças mundializadoras do mercado” (SANTOS, 2013, p.74). Em áreas fronteiriças o papel do Estado se torna ainda mais interessante, já que o território nesses locais diz respeito a duas ou mais jurisdições estatais. Ou seja, são dois Estados ou mais que aplicam normas diferentes em um espaço que, muitas vezes, encontra-se cada vez mais integrado, como a tríplice fronteira em Foz do Iguaçu (figura 27), reunindo as normas brasileiras, argentinas e paraguaias.

Figura 27- Municípios argentinos e distritos paraguaios fronteiriços com o Paraná



Autor, 2019

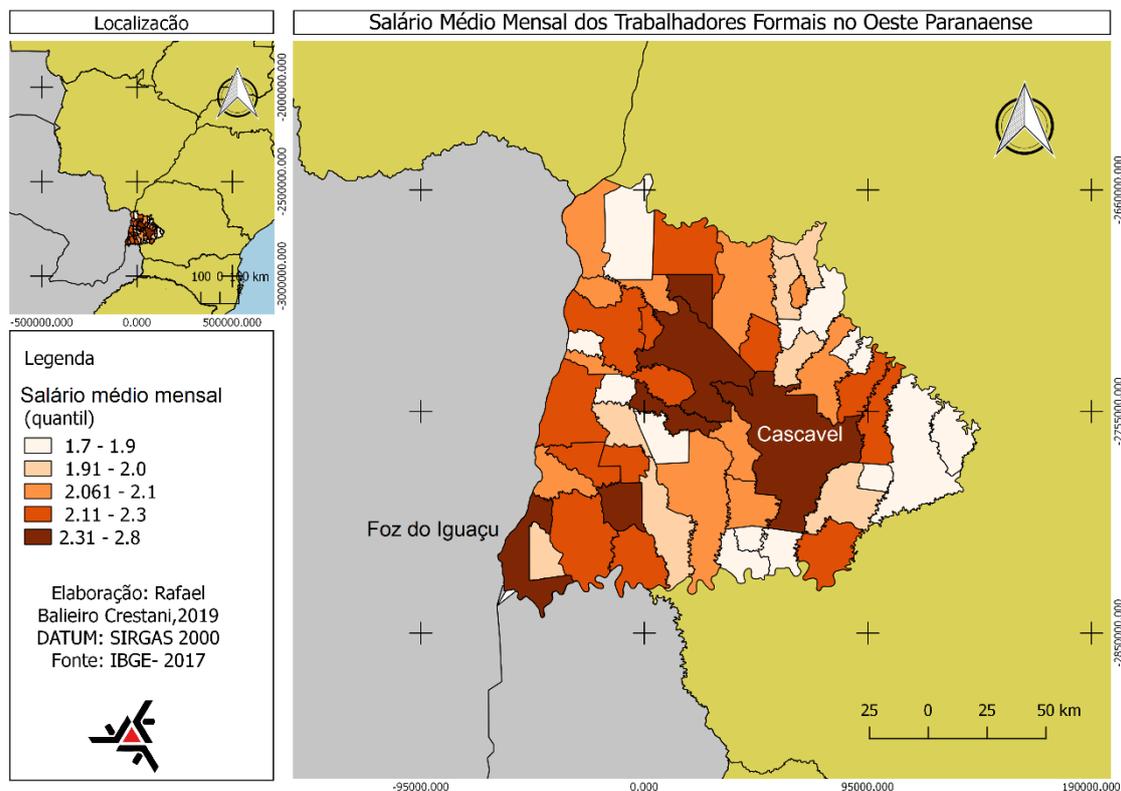
Como as normas são distintas, os agentes do espaço geográfico, desde os mais poderosos até aos mais simples, podem se beneficiar dessas diferenças normativas, buscando vantagens em diversos âmbitos, seja em busca do lucro ou da sobrevivência. O Estado, muitas vezes guiado por representantes de agentes particulares, pode se equilibrar constantemente, buscando adequar normas para favorecer alguns em detrimento da maioria. Do ponto de vista dos direitos dos cidadãos, isso pode gerar caos em alguns lugares. As pessoas, privadas de acesso a alguns serviços em seus locais de origem, seriam facilmente atraídas a atravessar a fronteira em busca de atendimento às suas necessidades.

Juntamente com essas obras técnicas das quais falávamos, também é produzido um discurso para que estas sejam justificadas diante da opinião pública. Muitas vezes esses discursos são pautados em justificativas técnicas, propositalmente empregados para serem mais aceitas pelo povo carente de

informação e criticidade. Muitos falam que a ação levará ao progresso e à diminuição das desigualdades sociais, ocasionando, em diversas ocasiões, justamente o contrário.

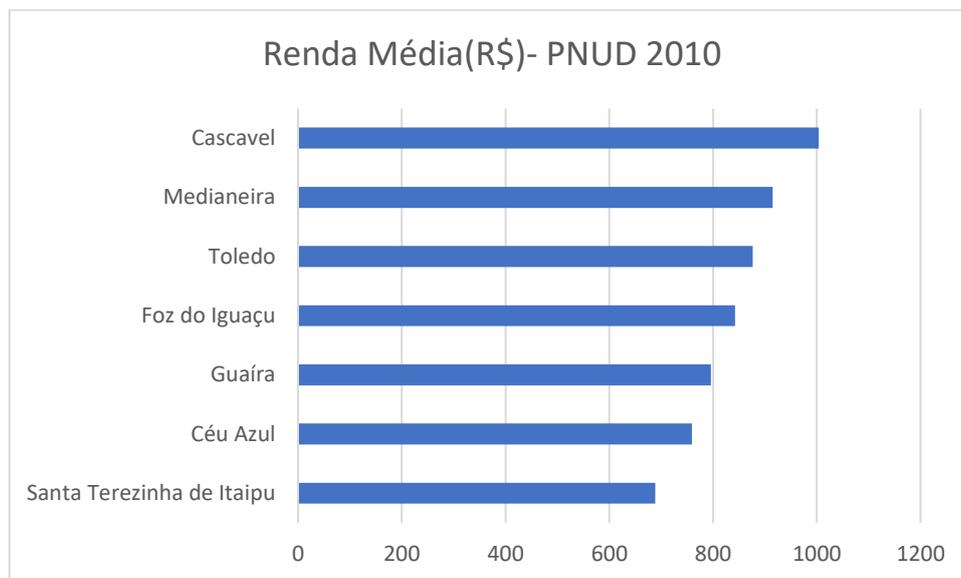
No Oeste paranaense, isso pode ser percebido com a maior centralidade de municípios como Cascavel, Toledo e Foz do Iguaçu, bem como os municípios subordinados, principalmente devido à facilidade de comunicação e transporte. A distribuição espacial dos salários médios mensais dos trabalhadores formais (figura 28), evidencia que os maiores valores estão próximos às principais cidades (Cascavel e Foz). Vê-se como as cidades de Cascavel e Foz do Iguaçu estão entre as cidades com os maiores rendimentos (gráfico 1). Isso também pode ser explicado pela densificação técnica que existe nessas localidades, o que contribui para que o acesso ao emprego, ainda que em condições precárias em alguns casos, seja facilitado quando comparado com os demais municípios da região, especialmente aqueles que estão distantes dos principais eixos rodoviários.

Figura 28-Salário médio mensal dos trabalhadores formais no Oeste Paranaense



Autor, 2019

Gráfico 1-Renda média em alguns municípios do Oeste Paranaense



Elaboração: Autor, 2019

Esse discurso esconde uma intencionalidade, a verdadeira. Os objetos instalados já possuem uma intencionalidade e uma função pré-estabelecida. O uso das técnicas modernas pela população é passivo, enquanto os agentes principais do mercado as usam ativamente.

Conforme o tempo passa, a cidade deixa de ser rígida, porque o objeto técnico envelhece junto com ela, tornando-se mais acessível às camadas mais empobrecidas da população e não atendendo perfeitamente às novas funções demandadas pela lógica dos atores hegemônicos. A princípio, estes objetos técnicos não são “palpáveis” para a população comum, pois sua intencionalidade e sua lógica são modeladas longe do local. A questão escalar, como dissemos, pode ser compreendida através dessas ações. Os objetivos da ação empreendida localmente são estranhos à população. Entretanto existem áreas consideradas “virgens” ou pouco densas do ponto de vista da técnica e que são justamente a ambição dos agentes que promovem a densidade técnica. Nesses locais, como a região Oeste paranaense na década de 1940, 1950, 1960 e até mesmo na década de 1970, a modernidade e os bens técnicos já vieram “prontos”, pois não existia um passado considerável que pudesse entravar ou dificultar o avanço técnico. A técnica chega a partir de uma grande obra que integra a região aos centros decisores do país e possibilita que a troca de fluxos

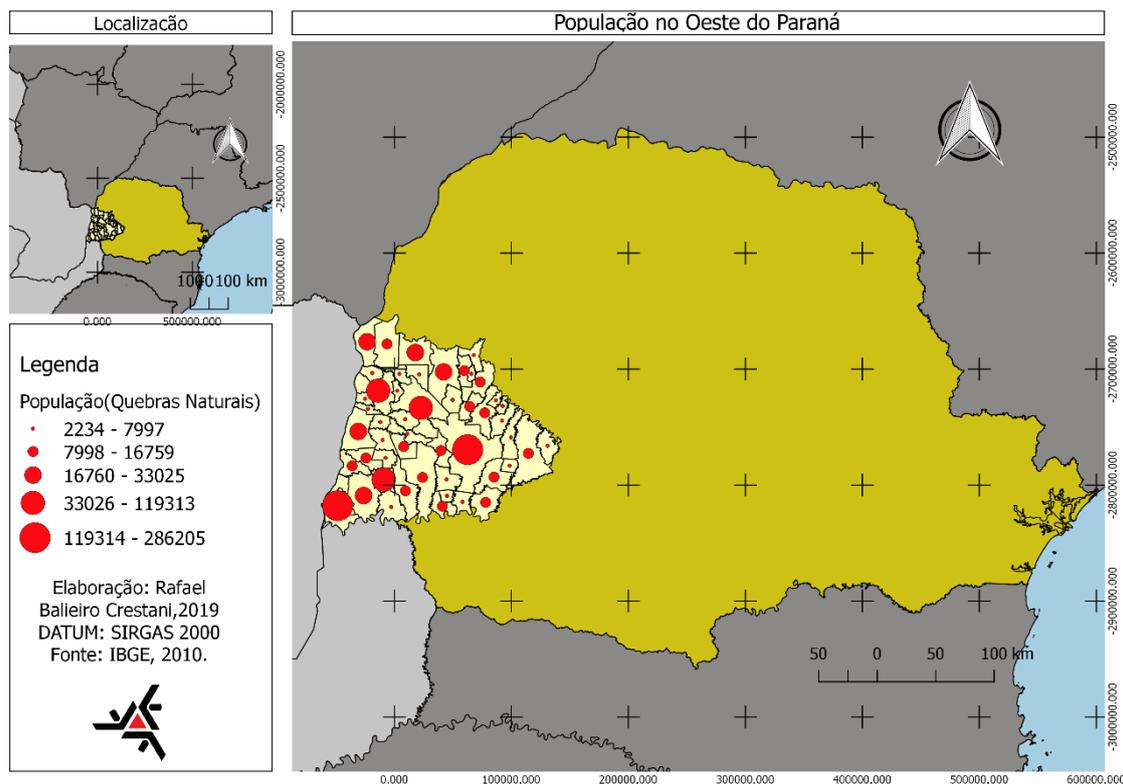
seja constante entre essas partes, demandando novos objetos técnicos para permitir novas ações e, estas ações, por sua vez, permitem que se criem necessidades de mais objetos técnicos.

Essa modernização na região Oeste paranaense foi levada a cabo, principalmente, pelo campo. O modelo agroexportador e a “necessidade” de expansão da fronteira agrícola possibilitaram que os objetos técnicos chegassem ao interior do país para servirem à produção crescente de *commodities*. Máquinas, insumos, agroquímicos e outros foram necessários para alavancar a produção. Isso, por sua vez, gerou novas necessidades, como a abertura de cidades para atender ao campo e sua produção. Com o tempo, também foi necessário mão-de-obra qualificada e então técnicos foram demandados, as universidades começaram a surgir e tudo rapidamente se tornou muito diferente do que havia no passado. À medida que o campo se moderniza, requerendo máquinas, implementos, componentes, insumos materiais e intelectuais indispensáveis à produção, ao crédito, à administração pública e privada, o mecanismo territorial da oferta e da demanda de bens e serviços tende a ser substancialmente diferente da fase precedente (SANTOS, 2013, p.139). Em algumas regiões, como a demanda tecnológica foi aumentando, criou-se a necessidade de cidades, que já surgiram urbanas e não rurais (SANTOS, 2013, p.141). Essas cidades exercem funções diferentes. A fluidez territorial, possibilitada pelo avanço dos transportes e das comunicações, permite que estas se diversifiquem e que todas as funções não fiquem apenas em um local.

Com o tempo, não só a técnica passa a se concentrar, mas também as pessoas, pois estas necessitam de empregos, saúde, segurança e educação, o que acaba se concentrando nos principais núcleos urbanos em detrimento de outros. Como dissemos anteriormente, com a modernização da agricultura na década de 1970, um processo de “inchaço” nos núcleos urbanos se acentua.

Os antigos trabalhadores rurais e suas famílias se deslocam para os centros urbanos da região ou para novas áreas de fronteira agrícola no país. Com o tempo, os pequenos núcleos urbanos deixam de ser atrativos para a população local, sobretudo a jovem, gerando um aumento ainda maior de população nos principais centros da região, como Cascavel, Foz do Iguaçu e Toledo (Figura 29).

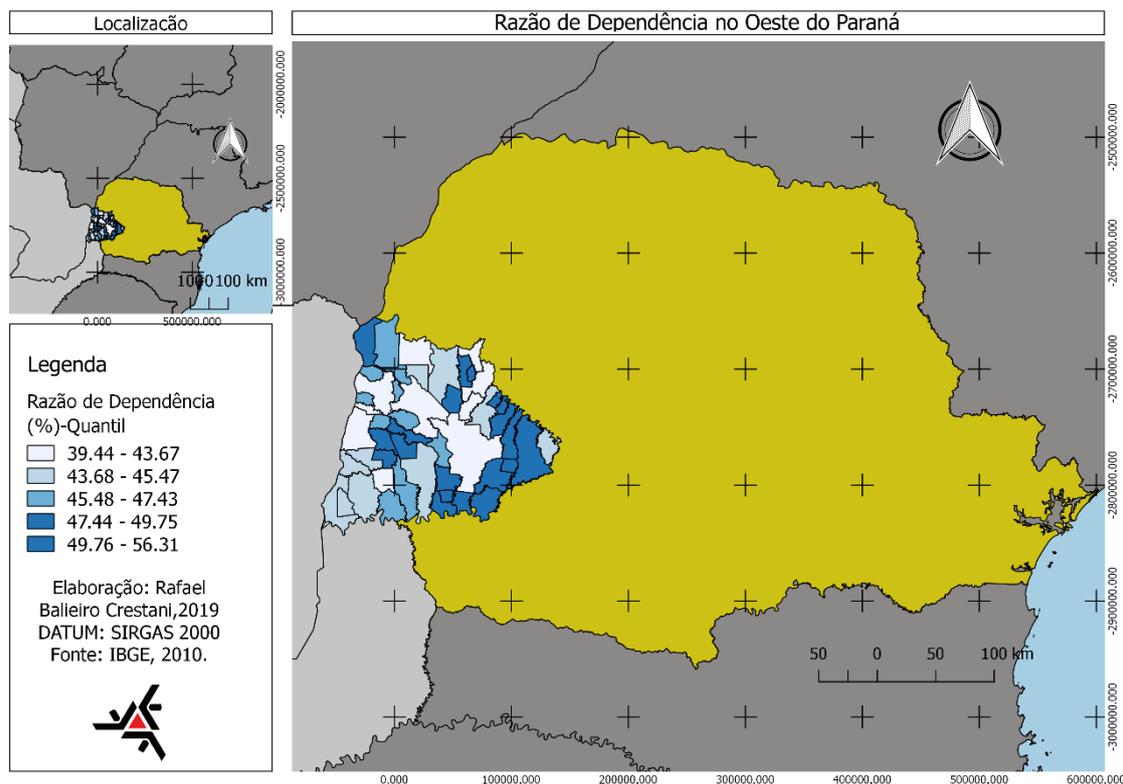
Figura 29- População no Oeste do Paraná



Autor, 2019

Esse fenômeno começa a chamar a atenção da opinião pública para o suposto problema do esvaziamento populacional de algumas localidades, gerando municípios com grande quantidade populacional de idosos, sendo chamados, tanto pela mídia quanto por agentes políticos, de “locais deficitários”, devido à falta de população economicamente ativa e pelo “gasto” que o Estado suporta ao sustentar o funcionalismo público de localidades com números populacionais considerados inexpressivos (figura 30). Foz do Iguaçu e Cascavel, por exemplo, apresentam, respectivamente, 43,88% e 39,98%, de índice de dependência, enquanto que pequenas localidades como o município de Anahy apresenta 50,71%. Nota-se que as localidades diretamente ligadas pelos eixos rodoviários às principais cidades(Cascavel, Foz do Iguaçu e Toledo) apresentam baixos índices de dependência, bem como de população idosa.

Figura 30- Razão de Dependência no Oeste do Paraná

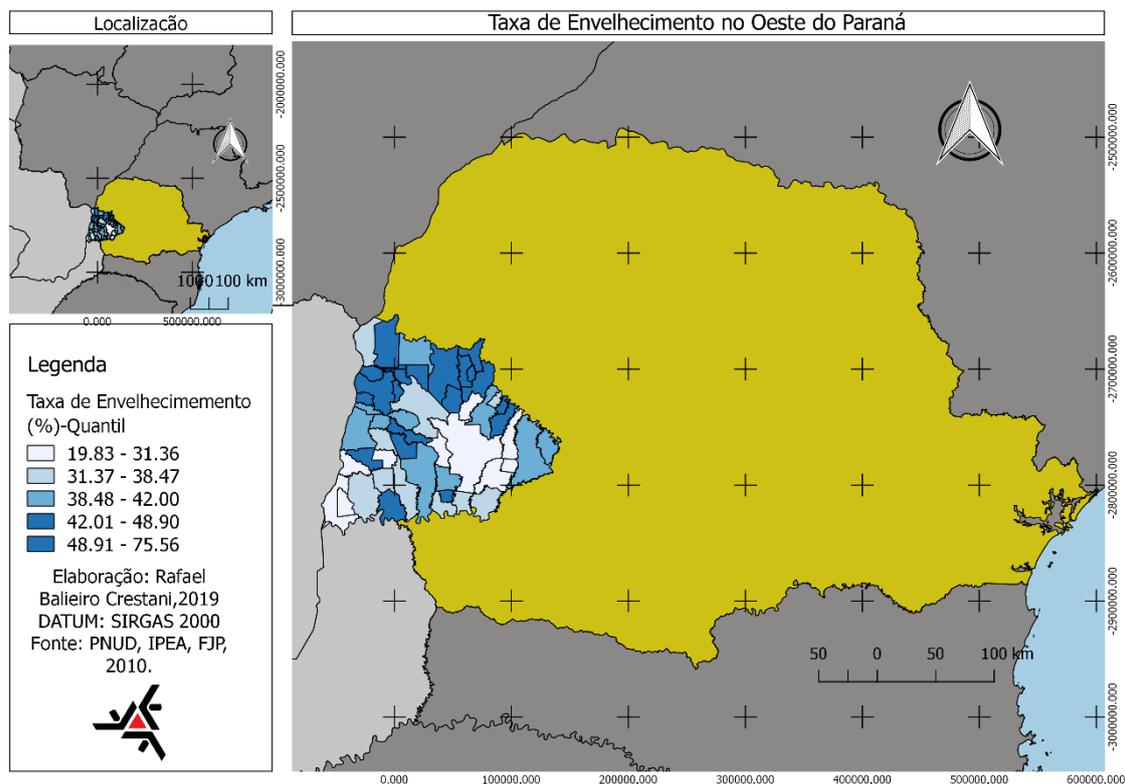


Autor, 2019

Esse movimento “desemboca” na proposta de aglutinação de municípios, a qual visa cortar os gastos do funcionalismo público. O problema é que essa proposta não pensa de forma verdadeira nos cidadãos que vivem nesses municípios. Uma vez aglutinado dois ou três municípios e fechados alguns serviços públicos essenciais em algumas localidades, a população, acostumada a utilizar os serviços em sua localidade, se deslocaria por quilômetros para ter acesso a um serviço que antes estava mais próximo. Os hospitais, por exemplo, caso fechados em alguns locais, causariam diversos transtornos para a população, sobretudo a idosa que em algumas localidades são presentes em grandes números (figura 31).

Além disso, a proposta de aglutinação de municípios poderia gerar um esvaziamento ainda maior dessas localidades, contrariando as políticas ocupacionais que foram incentivadas pelos diferentes governos no século XX, podendo causar, de certa forma, uma fragilização da zona fronteira, área estratégica para o Brasil

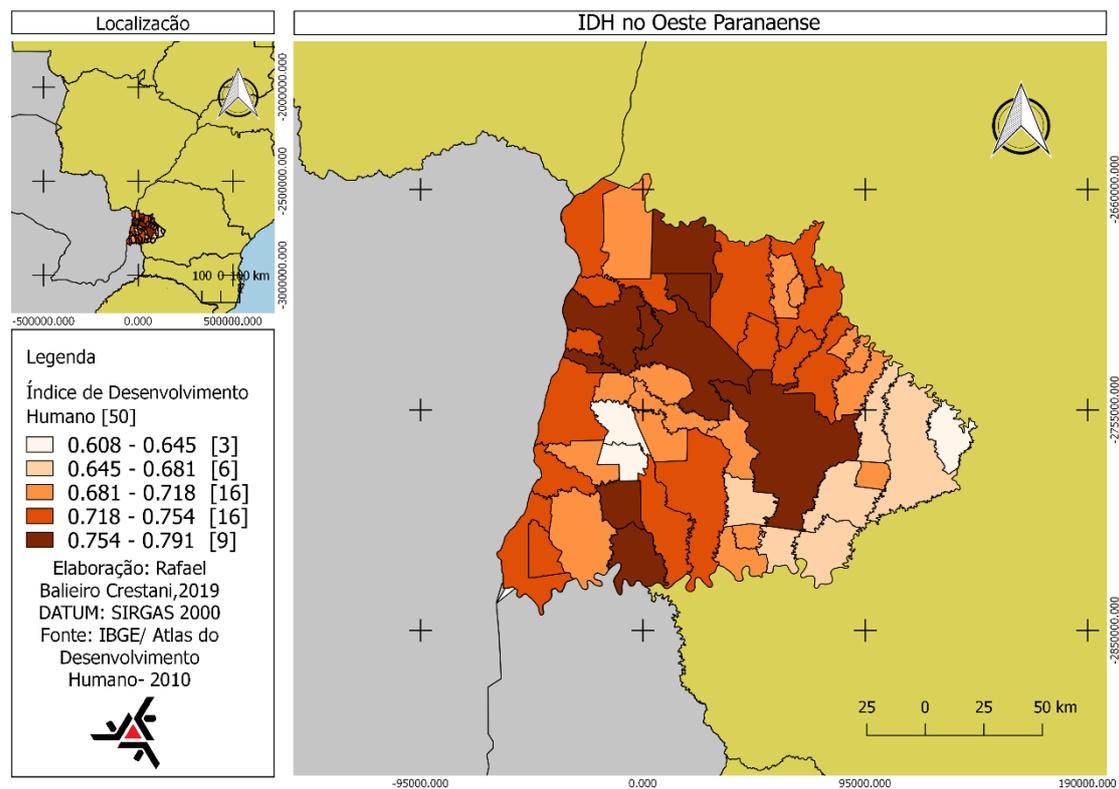
Figura 31- Taxa de envelhecimento no Oeste do Paraná



Autor, 2019

Como as localidades menores se tornaram menos atrativas com o tempo devido à falta de fluidez e técnicas úteis que se instalaram nos principais centros da região, essas localidades concentram, de forma geral, os índices menos atrativos do ponto de vista do desenvolvimento humano. Os maiores índices estão nas localidades mais densas, tanto do ponto de vista técnico, de serviços e populacional e em localidades que estão diretamente ligadas à estes por meios de vias de comunicação e transportes, tal como o eixo Cascavel-Foz do Iguaçu e o eixo Cascavel-Guaíra.(Figura 32).

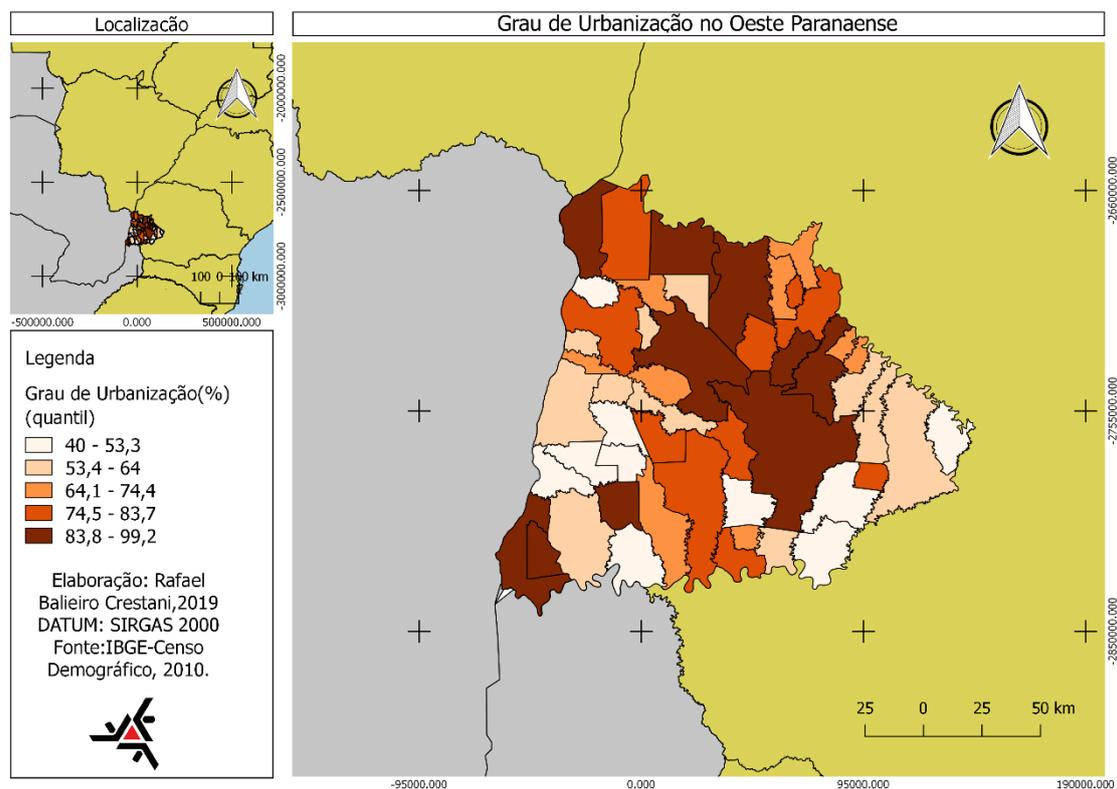
Figura 32- IDH no Oeste paranaense



Autor, 2019

Essas localidades também são mais urbanas e mais ligadas com os principais centros de decisão do país, graças a seus aparatos técnicos. As localidades menores, acusadas de serem “deficitárias” apresentam um “tempo” mais lento, típico de pequenos municípios e vilas rurais familiares (figura 33).

Figura 33- Grau de urbanização no Oeste Paranaense



Autor, 2019

Nesse sentido, é possível perceber cada vez mais um adensamento técnico e, por sua vez, populacional nos principais centros urbanos da região Oeste paranaense. Esse processo, por sua vez, pode acabar gerando a marginalização da população pobre desses centros, uma vez que, com o adensamento técnico e populacional, o preço do solo urbano pode aumentar sobremaneira, fazendo com que a população mais carente vá buscar moradia cada vez mais longe de seu local de trabalho, escolhendo as localidades vizinhas à esses centros urbanos, enfrentando horas de trânsito simplesmente para chegar ao trabalho. Como podemos notar no mapa acima, os centros vizinhos à Cascavel, Foz do Iguaçu e, de certa forma, Toledo, são cada vez mais urbanos e possuem seu ritmo cada vez mais ligado à esses centros urbanos.

7. CONCLUSÃO

A partir da análise da dinâmica fronteira existente no Oeste paranaense, analisando seu histórico de ocupação e o processo de avanço técnico, bem como da globalização, pudemos compreender como se formou essa cristalização momentânea que caracteriza a região atualmente. A concentração técnica, bem como outros fatores, possibilita que melhores índices de desenvolvimento social e técnico estejam presentes nas localidades centrais e nas que estão diretamente servidas pelas principais vias de comunicação, como os eixos Cascavel-Foz do Iguaçu e Cascavel-Guaíra. Ressaltamos com isso o importante papel que a fluidez confere aos agentes produtores do espaço.

Como vimos anteriormente, essa técnica, muitas vezes, tem apropriação e uso seletivos. Os mais pobres só conseguem alcançar essa técnica quando esta não é mais de última geração, não servindo de forma eficiente para as classes dominantes darem prosseguimento às suas ações de seu interesse. É o que Milton Santos chamou dos sistemas de técnicas e sistemas de ações, sendo estes indissociáveis, agindo conjuntamente. As técnicas e as ações em momentos distintos produzem geografias diferentes, ou seja, lugares distintos.

Como pudemos observar, o “tempo” não é o mesmo nas localidades menos provida de aparatos técnicos e fluidez do Oeste paranaense, quando comparadas com os principais núcleos da região. Essa diferenciação tem uma explicação histórica em que convergem diversas ações em distintos momentos, conferindo singularidades aos lugares e papéis distintos aos mesmos. Nesse ponto, a fronteira, como local de ligação, contribuiu sobremaneira para que a singularidade deste local, em especial de Foz do Iguaçu.

Como disse Milton Santos, as técnicas não atingem as pessoas e nem os lugares de forma homogênea e as singularidades locais poderiam servir como um entrave a essa globalização que tudo busca homogeneizar. Por isso ressaltamos a importância dos centros locais como pontos de resistência à absorção total da globalização e à perpetuação de uma cultura popular que foi e que é herdada através do tempo, embora sofra alterações, absorvendo e ressignificando as inovações que chegam a partir da globalização, mas sem

perder o aspecto identitário que, por sua vez, também oferece singularidade aos locais.

O Estado brasileiro, seguindo as orientações que vêm de “fora”, a partir de uma globalização que é posta de cima para baixo, escolhe atender as demandas do capital em detrimento dos cidadãos. Daí a obsessão frequente dos governos com o corte de gastos, chegando até mesmo a propor aglutinação de municípios com vistas a diminuir o investimento em programas públicos. As condições de trabalho ruins permitidas pelo Estado, sendo estas cada vez mais intermitentes e deteriorantes, agravam a situação de uma população que já está muito castigada do ponto de vista socioeconômico. Dessa maneira, buscam atender a “economia” de todas as formas possíveis, retirando dos cidadãos direitos básicos históricos.

Assim como Milton Santos, advogamos por uma globalização que leve em consideração o ser humano em primeiro lugar e não que trabalhe para e pelo lucro. A centralidade da competitividade como valor social entre homens, municípios, estados e países não pode continuar sendo uma meta, principalmente se quisermos pensar no meio ambiente de forma sustentável e em recursos para as próximas gerações. A dinâmica atual tem produzido um resultado que gera poucos vencedores e inúmeros perdedores. Nem o planeta e nem a sociedade suportará essa lógica por muito tempo.

A fronteira, se constituindo como um local de ligação antes do que de separação, é crucial nessa tarefa, pois sinaliza um marco simbólico de união dos que vem “de baixo”. Se um dia a fronteira foi um símbolo de limite que separava o Brasil de seus vizinhos, dando uma conotação fragmentadora em termos territoriais, atualmente ela precisa ser vista como um meio articulador. A fronteira não pode ser apenas uma linha que separa juridicamente e cartograficamente dois Estados. Uma visão que aborde a fronteira como fenômeno geográfico, *lato sensu*, caracterizada por trocas culturais e simbolizada por cooperação, deve ser incentivada, principalmente pelos poderes públicos municipais lindeiros, já que a troca entre os municípios é existente, em maior ou menor grau, seja de pessoas, mercadorias, cultura etc.

O cone-sul e a América do Sul como um todo, como um local de trocas culturais, necessita retomar o espírito de união perdido com o enfraquecimento do Mercosul. Compreender os processos e as modificações que ocorreram na zona fronteiriça do Oeste Paranaense faz parte desse processo de compreensão e de ação. É preciso compreender o histórico da região e seu momento atual para poder agir no sentido de melhorar nossas relações com nossos vizinhos sul-americanos e não afastá-los. A fluidez na zona fronteiriça pode contribuir para que as trocas sejam maiores e não se limite apenas à trocas materiais, como mercadorias.

Como afirmou Milton Santos, a outra globalização surgirá na periferia e no seu movimento de ressignificação do que é recebido pelos agentes globais hegemônicos. Apesar de parecer distante e extremamente utópica, deve ser buscada como solução para o caos que se aproxima e a cooperação ainda parece ser o melhor caminho para aqueles que mais sofrem com a perversidade das transformações modernas. Para concluir, lembramos as palavras de Milton Santos quando disse: “sem utopia não vale a pena viver”.

REFERÊNCIAS

ANCEL, J. Géopolitique. Paris: Delagrave, 1936.

Backheuser, E. Curso de geopolítica geral e do Brasil. Rio de Janeiro: Grafica Laemmert, Limitada 1952.

BROTTON, Jerry. Uma história do mundo em doze mapas. Rio de Janeiro: Zahar, 2014.

CARNEIRO FILHO, C. P. **Processos de transfronteirização na Bacia do Prata: a tríplice fronteira Brasil–Argentina–Paraguai**. Tese(Doutorado em Geografia)- Instituto de Geociências, Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Porto Alegre, p.255. 2013.

CARRÓN, Juan María; DA SILVA, Marcia Regina. La frontera Paraguay-Brasil, integración económica y desintegración social. **Población y Desarrollo**, v. 18, n. 33, p. 20-39, 2016.

CONTE, C. H.. **Foz do Iguaçu-PR na rede de cidades**. 2012. 204 f. Dissertação (Mestrado em Geografia)- Faculdade de Filosofia, Letras e Artes, Universidade Estadual de Maringá, 2012.

COWIE, A. P.; GIMSON, A. C. Oxford advanced learner's dictionary of current English. Oxford: Oxford University Press, 1992.

DAS NEVES, Alex Jorge et al. (Ed.). **Segurança pública nas fronteiras: Diagnóstico socioeconômico e demográfico: Estratégia Nacional de Segurança Pública nas Fronteiras (ENAFRON)**. Ministério da Justiça e Cidadania, Secretaria Nacional de Segurança Pública, 2016.

DA ROSA FILHO, Ernani Francisco et al. Sistema Aquifero Guarani–considerações preliminares sobre a influência do Arco de Ponta Grossa no fluxo das águas subterrâneas. **Águas Subterrâneas**, v. 17, n. 1, 2003.

DE HOLANDA FERREIRA, A. B.; FERREIRA, M.B.; DOS ANJOS, M. Dicionário Aurélio da língua portuguesa. Curitiba: Editora Positivo, 2010.

FAWCETT, C. B. Frontiers: a study in political geography. Oxford: Clarendon, 1918.

FERRARI, Maristela. "As noções de fronteira em geografia." **Perspectiva Geográfica**, Marechal Cândido Rondon, V.9, no. 10, s/p, 2014.

GOMES, Paulo Cesar da Costa. O conceito de região e sua discussão. **Geografia: conceitos e temas. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil**, p. 49-76, 1995.

HAESBAERT, Rogério. Regional-global: dilemas da região e da regionalização na Geografia contemporânea. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2010

IBGE, IBGE. Divisão Regional do Brasil em Mesorregiões e Microrregiões Geográficas. v. 1. **Rio de Janeiro**, 1990.

Kissinger, H. Ordem mundial. Rio de Janeiro: Objetiva, 2015.

LACOSTE, Y. A geografia-isso serve, em primeiro lugar, para fazer a guerra. Campinas: Papirus, 2005.

LAINÉ J. P. A historical view on the study of borders. *In*: Introduction to Border Studies. Sevastianov, S. V. Lainé J.P. Kireev. A. A. Vladivostok: Dalnauka, 2015. Cap 1. P.14-32

LÖWY, Michael; BETTO, Frei. Valores de uma nova civilização. La Insignia, 22 Mar de 2002. Disponível em: https://www.lainsignia.org/2002/marzo/cul_057.htm Acesso em 13, Jan 2020.

Martin, A.R. Fronteiras e nações. São Paulo: Contexto, 1997.

MARTINUCI, Oséias da Silva. **A compreensão geográfica dos eventos em saúde no território brasileiro e a análise cartográfica dos equipamentos de imagem-diagnóstico de alta complexidade.** Tese (Doutorado em Geografia)- Universidade Estadual Paulista, Faculdade de Ciências e Tecnologia, 250.f 2013.

MATTOS, C. De M.. Brasil: Geopolítica e Destino. 2º ed. Rio de Janeiro: Bibliex, 1979.

MOMBEIG, P. Pioneiros e fazendeiros de São Paulo. São Paulo: Hucitec, 1984.

MYSKIW, A. M. Colonos, posseiros e grileiros: Conflitos de terra no Oeste Paranaense (1961/66). 2002. 209f. Dissertação.(Mestrado em História). Universidade Federal Fluminense/Unioeste, Niterói, 2002

O GLOBO. **Entenda a proposta de Trump para o muro na fronteira mexicana.** Disponível em: <https://oglobo.globo.com/mundo/entenda-proposta-de-trump-para-muro-na-fronteira-mexicana-20824875>. Acesso em: 16 de jan. 2020

OHMAE, K. O Fim do Estado-Nação, a Ascensão das Economias Regionais. Rio de Janeiro: Editora Campos, 1999.

PADIS, P. C. Formação de uma economia periférica: o caso do Paraná. São Paulo: Hucitec, 1981.

PÊGO FILHO, Bolívar Organizador et al. Fronteiras do Brasil: uma avaliação do arco Norte, volume 1. 2018.

PIFFER, M. A dinâmica do Oeste paranaense: sua inserção na economia nacional. Curitiba: UFPR, 1997.

Prescott, J. R. V. The Geography of Frontiers and Boundaries. Londres: Routledge, 2014

PRIORI, A. et. al. História do Paraná: séculos XIX e XX . Maringá: Eduem, 2012.

RAFFESTIN, C. Por uma geografia do poder; tradução: Maria Cecília França. São Paulo: Ática, 1993.

SANTOS, M. X. **BR-277-A Vivificação da Fronteira.** 1995. 251f. (Mestrado em Geografia)-Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 1995.

SANTOS, M. *A natureza do espaço: técnica e tempo, razão e emoção.* 4 ed. 9 reimpr. São Paulo: Edusp, 2017.

SANTOS, M. Espaço e método. 5. ed. 2. reimpr. São Paulo: Edusp, 2014.

SANTOS, M. Por uma outra globalização: do pensamento único à consciência universal. Rio de Janeiro: Record, 2015.

SANTOS, M. *Técnica, espaço, tempo: globalização e meio técnico-científico informacional.* 5 ed. 1 reimpr. São Paulo: Edusp 2013

SILVEIRA, Maria Laura. Uma situação geográfica: do método à metodologia. **Revista Território**, Uberlândia, v. 6, n. 6, p. 21-28, 1999.

Vargas, F. A. Formação das fronteiras latino-americanas. Brasília : FUNAG, 2017.

WACHOWICZ, R. C. Obrageiros, mensus e colonos: história do oeste paranaense. Curitiba: Gráfica Vicentina, 1987.

TRAVASSOS M. Projeção continental do Brasil (Col. Brasiliana, no. 5). Rio de Janeiro: Brasiliana,. 1931.

THAUMATURGO, Leila Regina Youssef. **A expansão urbana e o crescimento populacional em áreas do entorno de grandes reservatórios: o caso de Foz do Iguaçu.** 2012. Tese (Doutorado em Geografia) – Universidade Estadual Paulista, Faculdade de Engenharia de Guaratinguetá, . 149f.,2012.

THAUMATURGO, Leila Regina Youssef; SIMÕES, Silvio Jorge Coelho; TRANNIN, Isabel Cristina de Barros. A construção da usina hidrelétrica de Itaipu e seu impacto sobre a urbanização de Foz do Iguaçu. **XVI SIMPÓSIO BRASILEIRO DE SENSORIAMENTO REMOTO-SBSR**, p. 983-990, 2013.

TURNER, Frederick Jackson . The significance of the frontier in American history, 1893.

WACHOWICZ, R. C. História do Paraná. Curitiba: Editora Gráfica Vicentina na , 1995.